COMENTÁRIO BÍBLICO BEACON

O Livro de

DEUTERONÔMIO

Jack Ford

A. R. G. Deasley

Introdução

A. Autor e Data

O Livro de Deuteronômio é composto quase que inteiramente de discursos atribuídos a Moisés. Há também breves seções históricas consideradas da lavra de Moisés. Quando o Antigo e o Novo Testamento citam a lei de Moisés, referem-se, em sua maioria, a este livro do Pentateuco. Por estas e outras razões, os estudiosos conservadores conferem sua autoria ao grande legislador de Israel. Isto não significa que não haja comentários e dados de informação histórica editados e inseridos por outros escritores. Mas, este ponto de vista leva a sério as declarações exaradas no livro e o testemunho geral pontilhado no restante da Bíblia concernente à autoria mosaica.

Os estudiosos que adotam o, digamos, ponto de vista de Wellhausen, sustentam, com várias modificações, que Deuteronômio é uma composição que contém algum material antigo, parte do qual derivado de Moisés, mas produzido por um profeta ou escola de profetas pouco antes de 621 a.C. Neste ano, o livro da lei foi descoberto por Hilquias, no Templo, e lido na presença do rei Josias. Este episódio desencadeou uma série de reformas que os estudiosos deste ponto de vista declaram que foi baseada em Deuteronômio (2 Rs 22.8—23.25; 2 Cr 34.14—35.19). Ponto de destaque entre estas reformas foi a retirada dos altares idólatras e dos altares erigidos ao Senhor nos lugares altos. Os reformadores também insistiram que os sacrifícios deviam ser oferecidos somente no santuário central em Jerusalém.

Estes estudiosos asseveram que a perspectiva de Deuteronômio é semelhante ao Livro de Jeremias, aos dois livros de Reis e a outra literatura profética de fins do século VIII a.C. a início do século VII a.C. Afirmam que a idéia de um santuário central exclusivo era desconhecida a tais dignitários como Samuel e Elias. Estas são algumas das principais razões apresentadas para imputar a autoria de Deuteronômio a um profeta ou escola profética mais ou menos no começo do século VII a.C.

A evidência para este ponto de vista não é bastante forte para ocasionar um consenso geral entre os estudiosos. E. Robertson atribui a edição de Deuteronômio a Samuel. Por outro lado, Hölescher imputa esta tarefa ao período pós-exílico.

Ademais, se o livro foi escrito para corrigir a prática de adoração nos lugares altos, é surpreendente que tal costume não seja especificamente mencionado. Supomos que um autor escrevendo em princípios do século VII a.C. fizesse alusão a Jerusalém ser o santuário central, se um dos propósitos primários do autor (ou autores) fosse centralizar todos os sacrifícios ali. A semelhança em perspectiva entre este livro e a literatura profética pode ser explicada pela influência de Deuteronômio nos escritores proféticos.

O fato de a leitura de Deuteronômio ter ocasionado certas reformas não é indicação segura de que foi escrito nos dias de erros de adoração, mais do que a Bíblia foi escrita pouco antes da Reforma protestante.

Contribuição importante ao assunto é o *Treaty of the Great King* (Tratado do Grande Rei).[1] Kline afirma que a estrutura e o conteúdo de Deuteronômio se ajustam ao padrão de tratados redigidos entre uma suserania e seu vassalo. Estes tratados começavam com um preâmbulo que identificava o estado suserano (cf. 1.1-5), seguido por um prólogo

histórico (cf. 1.5—4.49). Depois, vinham as estipulações do tratado (cf. caps. 5—26), sucedidas por uma exposição de maldições, no caso de não observância, e de bênçãos, na observação fiel (cf. caps. 27—30). O tratado era concluído com a listagem das testemunhas (cf. 31.16-22; 31.28—32.45), instruções sobre onde guardá-lo e suas proclamações recorrentes e periódicas (cf. 31.9-13), e providências para a sucessão dinástica (cf. caps. 31—34, *passim*). Kline alega que a estrutura de Deuteronômio tem afinidade mais estreita com os tratados do segundo milênio a.C. Sua tese dá impulso ao ponto de vista de que Deuteronômio é uma unidade pertencente à era mosaica.

O assunto da autoria é vasto e complicado, e não é o propósito deste comentário analisá-lo em detalhes. Esta breve exposição serve para indicar algumas das principais questões relacionadas à autoria e data, e explicar a razão para tratar Deuteronômio como substancialmente mosaico.

B. Características

É provável que o título "Deuteronômio" tenha sido retirado da expressão grega *deuteronomion touto*, tradução que a Septuaginta faz da frase: "um traslado desta lei" (17.18), literalmente, "esta segunda lei". Levando em conta que a maior parte do livro consiste em reformulações da lei feitas por Moisés na véspera da travessia do rio Jordão para entrar em Canaã, este título foi aceito por ser apropriado.

Em sua maioria, Deuteronômio é uma série de discursos feitos por Moisés. Estão na linguagem do povo e são dirigidos a todo o Israel. O propósito é lembrar os velhos e informar os jovens acerca do concerto com o Senhor e das leis que o compõem.

As exigências são lealdade absoluta ao Senhor e separação de todos os falsos deuses e sua adoração (7.5). Neste sentido, o Senhor é um Deus ciumento, que não tolera rivais e repudia a lealdade dividida (5.7-10). Nada que tenha a probabilidade de desviar seus filhos de adorá-lo ou de corromper-lhes o caráter e a conduta deve subsistir (7.5). Os cananeus licenciosos devem ser destruídos para que não contaminem o povo santo com as práticas pecaminosas destes povos (7.1-4; 20.16-18). Os éditos terríveis nos fazem estremecer, mas a degradação da raça eleita para o advento do Messias teria efeitos ainda mais medonhos.

Mas o livro também contém composições aprazíveis e majestosas. Neste livro, mais que em qualquer outro do Pentateuco, Deus declara o amor por seus filhos (7.13; 10.15; 23.5) e o desejo que lhes devota (6.5; 30.6). Deus ensina seu povo a ser misericordioso e generoso para com os órfãos, as viúvas, os pobres e os estrangeiros (10.18; 15.7).

Há insistência inflexível na justiça. A justiça deve ser feita indiscriminadamente aos ricos e aos pobres, aos grandes e aos pequenos (1.16,17), e ir a ponto de corrigir pesos e regular medidas (25.13-16).

Deuteronômio é um livro "amistoso e prestativo". Encontrando animais extraviados pertencentes ao vizinho, o israelita deve restituí-los ao dono e, se vir animais de terceiros em dificuldade, deve prestar ajuda (22.1-4).

A obediência a Deus é comparada à vida e bênção; a desobediência, à morte e maldição (11.26-28; 30.19). Este fato deu origem à expressão o "estilo de vida deuteronômico": a bondade ocasiona prosperidade, e a maldade ocasiona adversidade e sofrimento. Há

quem advogue que esta interpretação da história percorre os livros históricos da Bíblia. Seus críticos admitem que este ponto é verdadeiro, mas declaram que existem severas limitações. Defendem que Isaías mostra maior *insight* ao perceber que o sofrimento vicário é muito maior que a justiça florescente. O Livro de Jó foi provavelmente escrito em contradição direta a uma aplicação por demais canhestra do ponto de vista deuteronômico. Mas a passagem de 8.2,3 constata o valor da disciplina do sofrimento. O próprio Moisés é notável exemplo do justo que sofre voluntariamente por causa de sua identificação com um povo rebelde (3.26; 9.18,19).

C. Importância

Não há o que questionar sobre o valor permanente de Deuteronômio. Os estudiosos liberais e conservadores são prontos em reconhecer a parte que o livro desempenha no desenvolvimento da religião israelita. A história de Israel é escrita do ponto de vista deuteronômico e seus monarcas são pesados nas balanças deste livro. Foi plausivelmente lido na leitura da lei quando da reforma efetuada por Esdras e Neemias depois do retorno do exílio, e é provável que figurava com proeminência nos festivais culturais.

É óbvio que nosso Senhor meditou profundamente em Deuteronômio e enfrentou a investida tripla de Satanás com uma defesa tripla retirada do arsenal deste livro (8.3; 6.13,16). Citou parte do *Shema* (6.4,5) quando perguntou sobre o maior mandamento (Mc 12.28-30). O apóstolo Paulo, quando se estendeu em suas considerações sobre a simplicidade e acessibilidade da lei, aplicou ao evangelho a descrição feita por Moisés (Rm 10.6-8; cf. Dt 30.11-14).

D. Deuteronômio e Santidade

Que elucidações Deuteronômio proporciona para a doutrina da santidade? Os expositores, influenciados por Hebreus 3.1-11 e outros textos do Novo Testamento, vêem na terra de Canaã um tipo da experiência do enchimento do Espírito e de total santificação (cf. At 26.18). Deuteronômio é profuso em promessas pertinentes à terra e em exortações a possuir a herança divinamente providenciada (*e.g.*, 1.8; 7.1; 11.8,9).

Além desta significação tipológica, Deuteronômio nos lembra que a experiência religiosa genuína é validada pela conduta íntegra. O êxtase religioso é espúrio se não se manifesta em relações justas e sociáveis, e na justiça comercial e social.

Deuteronômio nos ensina que a lealdade a Deus é a essência da verdadeira espiritualidade. Este princípio não permite acordo com nada que seja contrário a Deus e exige separação de todas as relações e práticas ilegítimas.

A essência da santidade é o amor. O *Shema* (6.4-9) resume o dever supremo do homem em tais termos. Deus ama seu povo e busca ser amado por ele. Seu desejo é que seus filhos o sirvam com alegria. Ele possibilita este amor retirando tudo que o impeça, de forma que amemos o Senhor de todo o nosso coração (30.6).

Esboço

I. **Discurso Introdutório: Revisão**, 1.1—4.43

A. Tempo e Lugar, 1.1-5
B. De Horebe a Cades-Barnéia, 1.6-46
C. Procedimentos para com Edom, Moabe e Amom, 2.1-23
D. A Conquista de Seom e Ogue, 2.24—3.29
E. Exortação Final, 4.1-40
F. A Designação das Cidades de Refúgio, 4.41-43

II. **Discurso Principal: A Lei**, 4.44—26.19

A. Introdução, 4.44-49
B. Os Dez Mandamentos, 5.1—11.32
C. Outros Mandamentos, 12.1—26.19

III. **Discursos Finais: O Concerto**, 27.1—30.20

A. A Cerimônia de Ratificação, 27.1-26
B. A Sanção do Concerto, 28.1-68
C. O Juramento do Concerto, 29.1—30.20

IV. **A Perpetuação do Concerto**, 31.1—32.47

A. Proteções Preparatórias, 31.1-30
B. Procedimento de *Impeachment*: O Cântico do Testemunho, 32.1-47

V. **A Morte de Moisés**, 32.48—34.12

A. A Bênção de Moisés, 32.48—33.29
B. A Morte de Moisés e a Sucessão por Josué, 34.1-12

SEÇÃO I

DISCURSO INTRODUTÓRIO: REVISÃO

Deuteronômio 1.1—4.43

A. TEMPO E LUGAR, 1.1-5

Estas são as palavras, ou "discursos" (NTLH), **que Moisés falou a todo o Israel** (1). Deuteronômio era essencialmente um livro para o laicato, da mesma forma que Levítico era um manual para os sacerdotes e levitas. É improvável que todas as pessoas pudessem ouvir Moisés de uma vez só, mas os representantes da nação estavam presentes.

Além do Jordão é, literalmente, *eber*, "a travessia" ou "vale" do Jordão. É termo usado para se referir ao lado leste (4.41,49) e ao lado oeste (3.20,25; 11.30). Ainda que não haja expressão qualificativa para indicar de que lado se quer dizer, é surpreendente que possa ser entendido como alusão ao *lado oposto* do qual o autor escreveu. Neste caso, o palavreado mostraria que os versículos iniciais foram escritos na terra de Canaã como explicação editorial do lugar onde os discursos foram feitos. Adam Clarke sugere que as palavras poderiam ter sido adicionadas por Josué ou Esdras.[1] Mas certos estudiosos consideram que a expressão hebraica *eber Yorden* é descrição técnica do lado leste do rio Jordão.

Em hebraico, a palavra traduzida por **deserto** representa qualquer área de terra desabitada, não necessariamente um deserto. A **planície** é "Arabá" (ARA), o vale profundo que vai de norte a sul do mar Morto. Há muito que a identificação dos outros lugares — **Parã**, **Tofel**, **Labã**, **Hazerote** e **Di-Zaabe** — é tema de discussão entre os estudiosos. Alguns os consideram indicações da rota **desde Horebe** (2, outro nome do monte Sinai) até à fronteira da terra de Canaã. Sendo assim, a menção desses locais é histórica e dramática, bem como geográfica. A depressão da Arabá, onde os discursos foram feitos, se estendia até ao golfo de Áqaba (mar Vermelho; ver Mapa 3), e ao longo do

seu lado oeste acha-se a rota para Sinai, onde a lei foi proclamada. Outros críticos esposam que a menção é a um lugar chamado **Sufe** (1) e não ao mar Vermelho (*yam suph*). Completam dizendo que os outros nomes são de lugares que não podem mais ser identificados no vale do Jordão, defronte de Bete-Peor, na terra de Moabe (cf. 4.46).

O escritor acrescenta um comentário significativo: **Onze jornadas há desde Horebe, caminho da montanha de Seir** (a rota leste que margeia as fronteiras de Edom) **até Cades-Barnéia** (2). Só 11 dias de viagem, mas que levou quase 40 anos! Quantos se condenam a anos de peregrinação no deserto, vivendo uma vida abaixo do melhor, quando poderiam estar desfrutando a plenitude da bênção da santificação total de Deus (cf. Hb 4.1-11)!

Como Jacó (Gn 49), Josué (Js 24), Samuel (1 Sm 12), Davi (1 Rs 2) e nosso Senhor (Jo 14—16), Moisés fez um discurso exortativo ao final da vida. Sua liderança terminou com uma marca de vitória obtida nas batalhas contra **Seom** (4; cf. 2.24-37) e **Ogue** (cf. 3.1-22).

Depois da indicação cuidadosa do tempo e lugar, o registro nos informa que **Moisés falou aos filhos de Israel, conforme tudo o que o SENHOR lhe mandara acerca deles** (3). A base do discurso final foi a revelação que Deus já lhe tinha dado, embora algumas leis sejam mencionadas aqui pela primeira vez e outras, já anteriormente entregues, tenham sido modificadas. Tratava-se essencialmente de sua exposição final da lei, pois este é o significado do verbo **declarar** (5).

No hebraico, o termo "lei" é *torah*. "A palavra *torah* se refere à orientação moral ou a um único ensino específico, como em Provérbios 1.8: 'Não deixes a doutrina [*torah*] de tua mãe'. É aplicada a um conjunto de preceitos ou ensinos religiosos — como a porção central do livro (Dt xii—xxvi). Denota a totalidade da doutrina e vida religiosa de Israel — a *Torah* de Moisés."[2] A lei (*Torah*) veio a ser o nome hebraico para aludir ao Pentateuco (Ed 7.6) e, às vezes, a todo o Antigo Testamento (Rm 3.19).

B. DE HOREBE A CADES-BARNÉIA, 1.6-46

O primeiro discurso é primariamente uma revisão histórica dos procedimentos do Senhor com Israel. As investigações estabelecem que a estrutura de Deuteronômio corresponde estreitamente aos tratados redigidos pelas nações daqueles dias entre um estado suserano e seu vassalo. Estes começavam com uma narração histórica, e depois havia uma lista de cláusulas que delimitavam os termos do concerto. Concluíam com um pronunciamento de bênção, na observância fiel das cláusulas, e anátemas, no caso de infidelidade (ver "Introdução", subdivisão "Autor e Data"). A forma de Deuteronômio é um testemunho de sua unidade e antigüidade.

1. *A Conclamação para Possuir a Terra* (1.6-8)

Revelação requer ação. Não era para Israel ficar acampado indefinidamente em Horebe. O Senhor chamou a nação para possuir a terra de Canaã, sobre a qual faz descrição minuciosa (7). A **planície** é a região norte da Arabá, o vale do Jordão, terminando no mar Morto. A montanha é a cadeia de montanhas central. O **vale** é o Sefelá, os contrafortes entre a cadeia de montanhas central e a planície marítima. A **ribeira do mar** é a planície que se estende para dentro da costa do Mediterrâneo a uma distância de seis a

24 quilômetros. O **Sul** é o Neguebe, região de estepe seca ao sul de Judá. A cadeia de montanhas do **Líbano**, ao norte, e o rio **Eufrates**, a leste, são fronteiras naturais ideais.

Duas nações importantes são identificadas com a terra. Os **amorreus** constituíam nação poderosa que entraram na Palestina pelo norte e se instalaram na região montanhosa. Os **cananeus**, que ocupavam a planície, eram provavelmente de origem fenícia.

O versículo 8 introduz um tema que ocorre periodicamente ao longo do livro. **Eis aqui esta terra, eu a dei diante de vós; entrai e possuí a terra que o SENHOR jurou a vossos pais, Abraão... que a daria a eles e à sua semente depois deles.** A terra é um presente divino a ser possuído pela fé na promessa divina; esta é condição válida para todas as gerações de crentes.

2. *A Nomeação de Príncipes Assistentes* (1.9-18)

O crescimento traz seus problemas. Quem dera que todos os nossos problemas fossem deste tipo! Deus prometera a Abraão que tornaria sua semente tão numerosa **como as estrelas dos céus** (10), promessa que tem seu cumprimento aqui (cf. Gn 15.5). No versículo 12, Moisés menciona as dificuldades de governar um número tão grande de pessoas. As **moléstias** ("peso", ARA) e **cargas** se referem às responsabilidades gerais de liderança, e as **diferenças** ("contenda", ARA), às disputas entre grupos e indivíduos. Logo Moisés percebeu que precisava de assistentes. A sugestão foi feita primeiramente por Jetro, seu sogro (cf. Êx 18.13-27), mas é possível que certa solução semelhante já lhe tivesse ocorrido. Adotou-a e a propôs às tribos. Primeiro, estipulou as qualificações para a liderança — **homens sábios, inteligentes e experimentados** (13; cf. NTLH). Depois, Moisés deu aos israelitas a oportunidade de apresentar candidatos que lhes fossem aceitáveis, e ele os nomeou para o ofício. O Novo Testamento descreve arranjo semelhante na escolha dos primeiros diáconos (At 6.1-6).

Estes homens são chamados **cabeças** (15; *rashim*), **capitães** (*sarim*; "chefes", ARA) e **governadores** (*shoterim*; "oficiais", ARA). Os **governadores** eram aqueles que faziam cumprir as ordens de um superior ou eram magistrados. A palavra **juízes** (16) diz respeito aos **cabeças** (13) em sua função judicial. A imparcialidade e a compaixão, que são características de Deuteronômio, seriam mostradas quando julgassem **justamente**. **Não atentareis para pessoa alguma em juízo**, ou seja, os juízes tinham de ser imparciais ao lidar com **o pequeno** e com o **grande** (17), com o **irmão** israelita e com o **estrangeiro** (16). Os líderes não deviam temer os homens, porque eles eram os representantes de Deus (17). Moisés deu orientações gerais (18) e era a autoridade última (17).

Há orientações para "A Liderança da Igreja": 1) A responsabilidade da liderança, 12; 2) O compartilhamento e qualificação para a liderança, 13,15; 3) A execução da liderança, 16,17.

3. *A Exploração da Terra* (1.19-25)

Recordações pungentes estão resumidas no versículo 19. O atual conflito entre Israel e as nações árabes exibiu ao mundo o calor e a desolação cruéis daquele **grande e tremendo deserto** — a península do Sinai. Mas nos dias acerca dos quais Moisés fala, a nação estava em marcha a uma terra que mana leite e mel. É impossível identificar com certeza **Cades-Barnéia**, mas sabemos que se situava próximo da fronteira sul de Canaã (ver Mapa 3).

Moisés falou com realismo e fé — ótima combinação. Levou em conta a **montanha** e os **amorreus** (20), mas viu a terra como presente e possessão. Exortou o povo israelita: **Sobe e possui-a... não temas e não te assustes** (21). O verbo *possuir* (*yarash*) significa "entrar na posse de uma terra ou propriedade expulsando ou tomando o lugar de seus ocupantes anteriores, quer pela conquista ou pelo processo de herança. Este verbo ocorre não menos que 52 vezes em Deuteronômio."[3]

O versículo 22 fornece mais esclarecimentos sobre a exploração que os espiões fizeram na terra. Em Números 13.1,2, Deus manda Moisés enviar homens para espiar a terra. Os rabinos judeus enfatizam que o termo hebraico é *leka*, que quer dizer "envia para ti mesmo", frase que interpretam como: "Se tu queres enviar os espiões, envia". Em outras palavras, Deus permite sem aprovar. Esta pode ser indicação de que a iniciativa partiu do povo, como está expressamente declarado aqui. Moisés aprovou (23), confiante de que a inspeção não mostraria nada de errado com a terra. Repare no cuidado em verificar que cada tribo fosse representada na investigação (23). Foram os espiões que deram este nome ao **vale de Escol** ("cacho", 24). Ficava perto de Hebrom (ver Mapa 3). Quando voltaram, os espiões fizeram um excelente relatório inicial. Mostraram o **fruto da terra** e atestaram sua boa qualidade (25). Mas desastrosamente fracassaram ao resvalar na linguagem da incredulidade.

4. *A Recusa em Entrar* (1.26-33)

A recusa dos israelitas em possuir a terra é declarada de modo enfático e condenada nos termos mais categóricos. Primeiramente, não quiseram **subir** (26). Em segundo lugar, murmuraram nas **tendas** (27). Ficaram em casa e se recusaram a tomar parte na marcha à frente. E, finalmente, acusaram Deus de ter raiva deles. E tudo aconteceu porque as pessoas que fizeram o relatório aumentaram as dificuldades e ignoraram as possibilidades (28). Quanto aos **gigantes** (28), ver comentários em 2.21. Era verdade que as **cidades** eram **grandes e fortificadas**, mas Deus podia derrubar as muralhas — como de fato fez mais tarde em Jericó (Js 6.20). Os cananeus eram mais fortes e maiores que Israel; mas, como Moisés corretamente lembrou os israelitas, o **SENHOR** já os livrara dos egípcios, nação muito mais poderosa que qualquer uma de Canaã, e Ele ia **adiante** (30) deles para lutar por eles.

Em resposta à acusação absurda de que o Senhor os odiava, Moisés fala ternamente do cuidado paternal do Senhor **no deserto** (31). Ele imagina Deus indo à frente deles como um pastor a fim de achar o lugar para eles armarem as tendas, revelando sua presença de **noite** e de **dia** (33).

5. *O Julgamento do Senhor* (1.34-40)

O Senhor ficou descontente por terem os israelitas se recusado a entrar na Terra Prometida, do mesmo modo que ficou quando fizeram o bezerro de ouro (cf. Nm 14.11,12). A recusa deliberada em receber as bênçãos de Deus pode ser tão desastrosa quanto a transgressão positiva.

A sentença irrevogável foi pronunciada: **Nenhum dos homens desta maligna geração verá esta boa terra que jurei dar a vossos pais** (35). Podemos arriscar nossa utilidade e felicidade futura em um momento de incredulidade e rebelião. As pessoas se deserdaram e atrasaram o propósito de Deus em abençoar uma geração inteira.

Mas houve exceções. **Calebe** e **Josué**, sob risco de vida, não cederam diante do movimento de rebelião (Nm 14.10). Por esta causa, Deus os excluiu da sentença dos rebeldes e lhes prometeu um lugar na terra. **Calebe** é mencionado em primeiro lugar. Que menção mais honrosa podemos receber do que o Senhor nos dizer que insistimos em segui-lo (36)? "Só homens que acreditam cegamente no que Deus diz, como Josué e Calebe, e sabem que contra seu poder não há quem possa, perseveram em *seguir a Deus* e recebem a altura, o comprimento, a largura e a profundidade da salvação de Deus."[4]

Calebe obteve, para sua descendência, a porção da terra que ele inspecionara (36; cf. Js 14.9,12). **Josué** (38) recebeu o privilégio de conduzir toda a segunda geração à Terra Prometida. O que fazemos e somos não afeta somente a nós mesmos; afeta os outros também.

Há uma nota de tragédia pessoal neste discurso de Moisés: **Também o SENHOR se indignou contra mim por causa de vós** (37). **Por causa de vós**: "A palavra hebraica (*galal*) é derivada de um radical que significa 'rolar', e tem o sentido primário de reviravolta nos acontecimentos, numa circunstância, numa ocasião ou razão".[5]

A sentença que Deus determinou ao povo rebelde lembrou Moisés da sentença de exclusão que há muitos anos ele mesmo incorrera em Cades. Provocado pelas reclamações dos israelitas, ele se comportara de modo a desagradar ao Senhor. O texto bíblico descreve que o deslize de Moisés foi: 1) Incredulidade que resultou em falha em santificar ao Senhor (Nm 20.10-12); 2) ruptura de fé no Senhor e falta de respeito a sua santidade (Dt 32.51, NTLH); e 3) espírito amargo e palavras irrefletidas (Sl 106.33). Em sentido muito real, este sofrimento foi vicário; pois se Moisés não tivesse se identificado tão inteiramente com os queixosos, ele teria consentido com a destruição deles e se tornado o progenitor de outra nação (Êx 32.10; Nm 14.12). "Indignaram-no também junto às águas da contenda, de sorte que sucedeu mal a Moisés, por causa deles; porque irritaram o seu espírito, de modo que falou imprudentemente com seus lábios" (Sl 106.32,33).

Vemos indicação da estatura moral de Moisés quando Deus o comissionou com a tarefa de encorajar seu jovem assistente, Josué, a fazer o trabalho que lhe fora proibido de fazer. O amor de Moisés pelo rebanho ferido era tão grande que de boa vontade empreendeu a missão de preparar o homem que levaria os israelitas à terra à qual ele foi proibido de entrar. Não é de admirar que ele seja um tipo do Messias (cf. 18.18,19; At 3.22,23)!

Vossos meninos, de que dissestes: Por presa serão... eles a possuirão (39). Deus sempre está interessado no bem-estar de nossos filhos mais do que nós. Fazer as coisas do jeito de Deus talvez signifique impor sobre nossos filhos certas restrições, mas sempre é o melhor para eles e para nós. Note a incumbência que Deus coloca sobre quem não é moralmente responsável. Em hebraico, o termo traduzido por **meninos** (*tappim*) significa aqueles que caminham a passos curtos. Estas "crianças" (NTLH; NVI) não tinham a capacidade de chegar a uma decisão certa em tal questão. Mesmo os jovens de até 20 anos de idade teriam dificuldade em discernir as questões morais envolvidas, quando todas as pessoas mais velhas — exceto Moisés, Arão, Josué e Calebe — eram unânimes em recusar entrar na terra.

A solidariedade da nação é proeminente nesta passagem. Moisés estava discursando essencialmente para os filhos dos atores principais na peça dramática que ele estava ensaiando. Mas estas crianças foram tratadas como parte da nação que passava por estas experiências. As crianças maiores de 12 anos e até as mais novas teriam certas lembranças pessoais dos eventos.

6. *O Preço da Arrogância* (1.41-46)

É característico da natureza humana, sobretudo da natureza humana caída, não apreciar algo bom até que seja perdido. Esta é uma das principais dores angustiantes do inferno. Quando os israelitas ficaram sabendo que não deveriam fazer o que tinham recusado fazer, resolveram imediatamente fazer. Provavelmente se deram conta de que não havia alternativa à terrível experiência de 40 anos em "todo aquele grande e tremendo deserto" (19). Qualquer coisa era melhor que isso.

Há um elemento de desatenção moral na atitude das pessoas. "É freqüente tentarmos compensar o fracasso moral de não fazer a coisa certa, no momento certo, procurando afoitamente fazer agora, no momento errado, o que deveríamos ter feito antes."[6]

Teimar em fazer a coisa certa, no momento errado, é tanta rebelião quanto fazer a coisa errada, no momento certo (43). Apesar do aviso de que o Senhor não estava **no meio de vós** (42) eles insistiram em subir. O termo **vos ensoberbecestes** (43) é palavra muito forte no original hebraico. Significa "agir com insolência, impetuosidade, perniciosidade". Só poderia haver um resultado. Os **amorreus** os perseguiram **como fazem as abelhas** (44). O texto de Números 14.45 menciona os amalequitas e os cananeus. Este é exemplo de como os termos "amorreu" e "cananeu" eram, às vezes, usados intercambiavelmente. Os amalequitas não pensaram duas vezes em aproveitar a oportunidade de vitória (cf. 25.17,18). **Horma** ("destruição") se situava no extremo sul, provavelmente pouco ao norte de Cades-Barnéia (ver Mapa 3). Os israelitas foram perseguidos até quase ao acampamento. Não é de admirar que chorassem! Mas, pelo que deduzimos, era mais remorso que arrependimento, pois o **SENHOR não** os **ouviu** (45).

O versículo 46 é exemplo de expressão idiomática semítica empregada por um escritor que ou não sabe ou não tem motivo para falar explicitamente:[7] **Assim, em Cades estivestes muitos dias, segundo os dias que ali estivestes**.

Na história de Israel em Cades-Barnéia, vemos que "Obediência Significa Progresso". A idéia fundamental está em 2.3. 1) A desobediência ocasionou atraso: 38 anos de frustração e futilidade. A obediência os teria levado à Terra Prometida em apenas 11 dias, 1.2,26-28; 2) A desobediência sempre resulta em atividade impaciente e cansativa, sem progresso, 2.1ss.; 1.34,35; 3) A obediência é resultado de um senso de direção certa no cumprimento, 2.3,4 (G. B. Williamson).

C. PROCEDIMENTOS PARA COM EDOM, MOABE E AMOM, 2.1-23

Depois que descreve a rebelião em Cades-Barnéia e seu resultado trágico, Moisés se volta para o período que precede a época do seu discurso. Há somente breve referência aos longos anos passados no deserto pela região de Cades-Barnéia e do monte Seir.

Antes de mencionar as vitórias sobre Seom e Ogue, Moisés fala sobre os procedimentos dos israelitas para com quem tinham relações de sangue. "A amizade mostrada a Edom, Moabe e Amom como 'irmãos' é característico das eras patriarcal e mosaica, e serve de testemunho do teor contemporâneo da narrativa. Nos dias do reino, dava ensejo a guerras constantes, e profecias de guerras ferrenhas".[8]

1. *Edom* (2.1-8a)

Depois de **muitos dias** (1) em Cades-Barnéia (1.46), os israelitas viajaram em direção sudeste ao longo da fronteira de Edom para o **mar Vermelho** (golfo de Áqaba). Principalmente nesta região, a maior parte dos 40 anos foi gasta com, talvez, uma ou mais visitas a Cades-Barnéia (cf. 14). De acordo com o relato em Números 20.14-21, deduzimos que, viajando de Cades-Barnéia, os israelitas pediram permissão para atravessar o território de Edom. Quando o pedido foi negado, acompanhado por ameaças de guerra, eles marginaram as fronteiras de Edom e viajaram em direção sul ao mar Vermelho (golfo de Áqaba; Nm 21.4). Daqui, segundo a narrativa deste capítulo deuteronômico, Deus lhes ordenou: **Virai-vos para o norte** (3), indo pelas cercanias a leste da terra de Edom (4).

Não era para tomarem posse dessa região, pois o Senhor a dera aos descendentes de **Esaú** (5), irmão de Jacó. Os israelitas deviam possuir somente o território que o Senhor lhes designara; não tinham de ser mera nação de conquistadores. Deus lhes ordenou que comprassem comida ou água de que precisassem (6). O **SENHOR**, que dera a ordem, possibilitara o cumprimento ao abençoá-los mesmo quando peregrinavam pelo **deserto** (7). O Plano B de Deus é mais bem sucedido que o Plano A do mundo.

Passamos pelos **filhos de Esaú**, por **Elate** e por **Eziom-Geber** (8). Elate e Eziom-Geber são dois nomes para o mesmo lugar ou dois lugares muito próximos situados na extremidade norte do golfo de Áqaba (ver Mapa 3). Pelo visto, Israel se manteve pelas periferias do território edomita. As fronteiras do Leste não estavam provavelmente tão bem definidas como a fronteira do Oeste e não eram tão facilmente defendidas.

2. *Moabe* (2.8b-15)

Acerca de Moabe, o Senhor deu precisamente as mesmas instruções que dera concernente a Edom.

A maior parte deste parágrafo é considerada nota histórica relativa aos antigos habitantes de **Ar** (8), a principal cidade. As informações podem ter sido acrescentadas mais tarde como nota explicativa depois que Israel se estabelecera na terra (cf. 12b). Em hebraico, o termo traduzido por **gigantes** (11) é "refains" (ARA; cf. NTLH). Os refains eram uma raça aborígine gigantesca que habitava partes da Palestina. Tinham nomes diferentes em localidades diferentes. **Emins** (10) pode ser derivado do termo *emah*, que quer dizer "terror". Os **anaquins** eram notórios por sua estatura alta. A palavra hebraica *anak* pode ter o significado de "o [povo] de pescoço longo".

A narrativa prossegue mencionando a destruição que os edomitas infligiram nos antigos habitantes do monte **Seir** (12; ver Mapa 3). Há duas vertentes sobre quem eram os **horeus**. Uma diz que eram moradores das cavernas, possível significado do termo *horim* (cf. Is 42.22, onde o termo é traduzido por "cavernas"). Opinião mais recente afirma que eram os poderosos e civilizados hurrianos, alguns dos quais se instalaram na Palestina.[9]

Subjacente a estas referências está a filosofia da soberania divina na história humana. Entre os movimentos e conflitos das nações, em que predominam motivos e esforços humanos, Deus executa seu propósito. A batalha nem sempre é do forte. Há outro fator na história.

Levantai-vos agora e passai o ribeiro de Zerede (13). O **ribeiro de Zerede** é uma torrente de montanha, que forma um rio em tempos de chuva e que seca em outras épocas (*i.e.*, era um vádi). Deságua na extremidade sudeste do mar Morto e antigamente estabelecia a fronteira entre Edom e Moabe (ver Mapa 2). O texto de Números 21.12 nos informa que os israelitas se acamparam neste vale. Daí a ordem para se levantarem (13). Esta era fase definida da viagem que empreenderam ao longo das fronteiras de Edom e Moabe em direção a Amom.

O período entre a saída de **Cades-Barnéia** (14) e a travessia do **ribeiro de Zerede** é fixado em **trinta e oito anos**. O propósito de Deus teve de ser detido até que fossem afastadas as pessoas que lhe eram contra.

3. *Amom* (2.16-23)

Os **amonitas** (20) ocupavam o território entre os rios Arnom e Jaboque (ver Mapa 2) a oeste dos territórios dos reis amorreus, Seom e Ogue. À medida que os israelitas percorriam ao longo da fronteira leste de Moabe, talvez cruzando-a perto de Ar, eles iriam "chegar perto da fronteira dos amonitas" (19, NVI; cf. NTLH). Por conseguinte, o Senhor os avisa mais uma vez a não tomar posse deste território. Os amonitas tinham de ser tratados como irmãos, da mesma forma que os israelitas trataram Edom e Moabe.

Os habitantes originais de Amom também foram os "refains" (ARA; cf. NTLH), a quem chamavam **zanzumins** (20). Este nome "tinha relação com o termo árabe *zamzamah*, que significa 'um barulho distante e confuso', e com a palavra *zizim*, o som do *jinn* ouvido à noite no deserto. A palavra pode ser traduzida por 'cochichadores', 'murmuradores' e denota o espírito dos gigantes que supostamente assombravam os montes e ruínas da Palestina Oriental".[10]

Era do conhecimento de todos que os irmãos dos israelitas em Edom e Moabe conseguiram expulsar os gigantes dos territórios que Deus lhes dera para possuírem. Este fato torna ainda mais culpável a incredulidade dos israelitas concernente ao poder divino de lhes dar a terra de Canaã apesar dos **gigantes** (21; "anaquins", ARA; cf. NTLH).

Existe outra nota histórica, desta feita acerca dos **aveus, que habitavam em aldeias até Gaza** (23; cf. ARA). Estes foram destruídos pelos **caftorins** (os filisteus), que vieram de **Caftor** (Creta). Talvez este povo seja mencionado aqui porque pertencia aos refains, ou porque foi desapossado de modo semelhante por invasores.

Estas notas históricas têm suas lições. Os versículos 10 a 13 e 20 a 24 sugerem que: 1) O presente pode aprender com o passado. A história, sacra e secular, é tremenda influência na formação de pessoas de caráter da raça viva. 2) A igreja pode aprender com o mundo. A nação santa é estimulada ao identificar o que os outros povos fizeram na busca das ambições seculares. 3) O fracasso pode aprender com o sucesso. Temos de nos cientificar que não somos os primeiros a ter de enfrentar gigantes.[11]

D. A CONQUISTA DE SEOM E OGUE, 2.24—3.29

Moisés agora se volta para as recentes vitórias obtidas sobre os dois reis amorreus. Estas conquistas fizeram história. Não foram as primeiras vitórias que Deus dera ao povo israelita (cf. Êx 17.8-13; Nm 21.1-3). Mas este foi o começo da posse da terra.

1. *Seom de Hesbom* (2.24-37)

O primeiro passo na conquista de Seom foi a chamada de Deus à ação apoiada pela garantia de vitória. A vitória e a terra eram dos israelitas por presente de Deus, mas tinham de ser possuídas e conquistadas metro por metro. Deve haver um começo para que haja a vitória. O moral é fator vital na guerra. Deus promete que Ele começará a **pôr um terror e um temor de ti diante dos povos que estão debaixo de todo o céu** (25). A influência é tão imprescindível no serviço quanto o moral é na guerra. Temos de depender de Deus se queremos afetar corretamente o coração daqueles a quem procuramos ganhar para Ele.

Embora ciente de qual seria a provável resposta, Moisés se apresentou a **Seom, rei de Hesbom** (26), com uma proposta de paz e bom senso. Temos de agir de acordo com os princípios da justiça e moral ainda que saibamos que nosso vizinho fará o oposto. Pelo que inferimos da proposta de Moisés, alguns edomitas e moabitas tiveram relações comerciais com os israelitas enquanto viajavam ao longo das fronteiras do Leste (28,29). Será que havia comerciantes entre eles que não queriam perder negócio, ou o povo bondoso ficou comovido com as necessidades de Israel?

Como no caso de Faraó, o registro bíblico diz que Deus endureceu o **espírito** de Seom e lhe tornou o **coração** obstinado para entregá-lo na **mão** (30) de Israel. Em sentido muito real, todos os processos da vida, material e moral, são atribuíveis à soberania de Deus. Quanto mais os homens resistem a Deus e ao bem, mais propensos serão em agir assim, por causa do caráter que estão formando, e menos facilidade terão em escolher o que é certo. Talvez no caso de Seom e Faraó tenha havido um endurecimento judicial como clímax ao trajeto de rebelião deliberada e vontade própria. "A quem os deuses destroem eles primeiro o deixam furioso." Seom, acintosa e deliberadamente, colocou a si e a seu povo numa trajetória que desencadeou julgamento merecido sobre eles. A iniqüidade da nação agora estava cheia (cf. Gn 15.16) e tinham de dar lugar a um povo que expulsaria o mal da terra.

A batalha foi empreendida em **Jaza** (32), que provavelmente estava na rota de **Hesbom** (26), a capital. Moisés atribui ao **SENHOR, nosso Deus** (33), a vitória decisiva de Israel. Todas as cidades com todos os habitantes foram postos sob maldição (*cherem*), ou seja, foram totalmente destruídos (34; cf. 20.16-18). Esta ação não foi feita por avidez de sangue ou carnificina cruel, mas para que os habitantes não ensinassem os israelitas "a fazer conforme todas as suas abominações, que fizeram a seus deuses" (20.18). Entre as abominações incluíam-se sacrifícios de crianças, prostituição ritual e sodomia. Não obstante, nosso coração dói ao pensar na destruição total de homens, mulheres e especialmente criancinhas. E deve mesmo doer. Mas o pecado é algo repugnante com resultados repugnantes, e às vezes, só a morte pode deter seu curso. Na cruz, o próprio Filho de Deus morreu para acabar com o pecado.

Israel conquistou a totalidade do reino de Seom **desde Aroer, que está à borda do ribeiro de Arnom... até Gileade** (36). Esta conquista deu posse aos israelitas junto à fronteira de **Amom**, cujo território deixaram intacto, e até a **borda do ribeiro de Jaboque** (37), a fronteira de Ogue, para quem a história agora se volta.

2. *Ogue de Basã* (3.1-29)

O capítulo 3 trata da derrota de Ogue e, depois, lida com a distribuição do seu território. Termina com o pedido que Moisés fez a Deus para entrar na terra a oeste do rio Jordão, agora que a posse começara no lado leste.

a) *A conquista* (3.1-11). **Ogue** era o **rei de Basã**, reino que se situava ao norte do território de Seom. Ficava acima do ribeiro de Jaboque, tendo **Edrei** (1) e "Astarote" (1.4) como capitais. O próprio rei era um tremendo concorrente, sendo da gigantesca raça dos refains. Mas Israel, animado pela vitória sobre **Seom** (2) e encorajado por Deus, invadiu o território de Ogue e o derrotou completamente em Edrei. Estas duas vitórias causaram profunda impressão na consciência nacional de Israel e foram celebradas em discursos (Ne 9.22) e canções (Sl 135.11; 136.19,20). Viver no passado é sinal de decadência, mas aprender as lições do passado e criar coragem é o segredo do sucesso futuro.

Esta narrativa faz parte do discurso de Moisés. Sua repetição do número de cidades e suas fortificações contém algo a nos ensinar: **Fortificadas com altos muros, portas e ferrolhos** (5). Os espiões tinham insistido na impossibilidade de possuir Canaã por causa de suas "cidades [...] grandes e fortificadas até aos céus" e os gigantes anaquins (1.28). Mas confiando em Deus, Israel pudera capturar as cidades solidamente fortalecidas de Basã e derrotar o seu rei gigante.

Mais uma vez as **cidades** (5,6) foram postas sob maldição (*cherem*). Parece-nos terrível matar as pessoas e poupar o **gado** (7). Mas o homem, muito mais que os animais, pode descer tanto que sua presença constitui ameaça que, de certo modo , a presença de animais não ameaça.

O versículo 8 fornece a extensão da posse territorial recentemente conquistada: **desde o rio Arnom**, a fronteira de Moabe (ver Mapa 2), até **ao monte Hermom** no norte, distância de cerca de 190 quilômetros. Na fronteira leste estava o território de Amom. Assim Moisés, antes de morrer, teve permissão de ver Israel na posse de considerável território. Note os nomes para o monte **Hermom** (9), visível da maior parte da Terra Prometida. Todos os nomes são descritivos: **Hermom**, "o cume alto"; **Siriom** e **Senir**, o "peitoral" brilhante de gelo. O versículo 10 enumera os ganhos em termos de **cidades**: "todas as cidades do planalto" (ARA), **Edrei**, a cidade real, e **Salca**, no extremo oeste. **Gileade** e **Basã** eram excelentes terras pastoris.

Os estudiosos estão divididos sobre um quesito do versículo 11: Refere-se à armação do **leito de ferro** de Ogue ou ao seu caixão de pedra (sarcófago)? Nessa região, há muitos desses caixões de pedra feitos de basalto preto contendo certa porcentagem de ferro. As medidas eram de 4,10 metros por 1,82 metro.[12] Pelo visto, os amonitas tomaram posse desse objeto e o mantiveram em sua capital, **Rabá**.

b) *A distribuição do território* (3.12-22). Pelo que deduzimos, a melhor porção do território, embora não a maior, era a que ficava entre os ribeiros de **Arnom** e **Jaboque**. Esta região foi dada às duas tribos, Rúben e Gade (12,16). O restante do território norte foi dado **à meia tribo de Manassés** (13). **Jair** (14), descendente **de Manassés**, tomou posse da parte norte do território de Ogue, chamado **Argobe**, até as fronteiras dos **gesuritas e maacatitas** ("Gesur e Maacá", NTLH), duas tribos sírias localizadas a leste do Hermom. Chamou as aldeias segundo seu nome, "Havote-Jair" (ARA), ou seja, "aldeias da tenda" de Jair. **Maquir** (15) era o nome dos manassitas que possuíram Gileade ou se tratava de outro nome da tribo de Manassés. A fronteira leste das duas tribos e meia era o lado oriental do vale do Jordão, **desde Quinerete** (17, cidade que deu nome ao mar de Quinerete, o mar da Galiléia) ao **mar Salgado** (o mar Morto).

Moisés lembrou às duas tribos e meia da obrigação que lhes cabia. Tinham de ajudar as nove tribos e meia a possuir a herança à oeste do Jordão, assim como as outras

tribos as capacitaram a possuir o território à leste. As **mulheres**, **crianças** e **gado** poderiam permanecer no território recentemente adquirido, mas os homens não seriam dispensados da obrigação até que os **irmãos** tivessem entrado na herança (18-20).

Com esta vista do Jordão, Moisés incentivou **Josué** a ser corajoso no futuro pelos triunfos do passado (21,22).

Estes versículos revelam "As Qualidades de um Líder": 1) O reconhecimento dos triunfos divinos do passado, 21a; 2) A efetivação da ajuda futura, 21b; 3) A recusa em temer, 22.

c) *O pedido de Moisés* (3.23-29). Moisés não disfarça seu desejo intenso de entrar na Terra Prometida. Os textos onde ele menciona este desejo não realizado estão entre os trechos mais tristes de Deuteronômio. A tragédia é que a pessoa que mais desejava entrar na terra achou-se impedida por uma atitude de incredulidade, que não lhe era típica, e ato de loucura de sua parte. Talvez não entendamos bem este impedimento, mas é ilustração clara do princípio de que mais luz implica em maior responsabilidade.

Rogo-te que me deixes passar, para que eu **veja esta boa terra** (25). **Porém o SENHOR indignou-se muito contra mim, por causa de vós** (26). Certos estudiosos entendem que estas palavras significam sofrimento puramente vicário de Moisés a favor do povo. De comum acordo, no hebraico, a expressão **por causa de vós** é diferente da expressão "por causa de vós" que aparece em 1.37. Pelo visto, um pensamento semelhante está presente em ambos os lugares.

O SENHOR... não me ouviu; antes, o SENHOR me disse: Basta; não me fales mais neste negócio. Há quem considere que **basta** é uma ordem para parar de pedir; outros reputam que Moisés já desfrutava de muitos privilégios e não precisava pedir mais.

Contudo, a metade da oração foi respondida. Foi-lhe permitido ver a terra desde o cume do Pisga, perto, ainda que não pudesse entrar. E foi-lhe garantido que o empreendimento que ele começara teria uma conclusão bem-sucedida por **Josué** (28).

Esta não foi a última vez que Moisés viu a terra. "Em um 'monte santo' (Hermom ou Líbano) Moisés e Elias estavam com o Salvador do mundo, e conversaram acerca de uma conquista muito mais gloriosa que Josué: 'a partida de Jesus, que estava para se cumprir em Jerusalém' (Lc 9.31, NVI)."[13]

Este parágrafo nos dá *insights* sobre "Os Princípios da Oração": 1) A oração deve começar com louvor, 24; 2) A oração deve ser feita com desejo veemente, 25; 3) A oração exige fé e conduta obediente, 26; 4) A oração é respondida do jeito de Deus, 27,28.

E. Exortação Final, 4.1-40

Tendo concluído a revisão histórica, Moisés passa a fazer sua exortação final. Esta também está entremeada de apelos às experiências do passado da nação para dar força à substância do apelo.

1. *O Privilégio da Revelação de Israel* (4.1-8)

Moisés começa a peroração estendendo-se sobre o grande privilégio de Israel ser o recebedor da revelação divina. Esta revelação requer resposta prática. Tem de ser atendida e traduzida em obediência ativa: **Ouve** (1). Certos estudiosos não fazem distinção

entre **estatutos** (*chuqqim*) e **juízos** (*mishpatim*). Outros consideram que **estatutos** são revelações de validade permanente (*choq* significa "esculpido ou inscrito") e sancionadas por Deus e pela consciência. Por outro lado, **juízos** são regras de lei "formuladas por autoridade ou estabelecidas por costume antigo, pelas quais o juiz (*mishpat*) deve se guiar em certos casos específicos".[14] De acordo com a tradição judaica, **estatutos** são os preceitos, a razão da observância negativa que inculca disciplina e obediência — por exemplo, as leis dietéticas (cf. 14.3-20).[15] **Mandamentos** (2, *mitswoth*) é termo mais geral para designar qualquer coisa que seja mandada por Deus, incluindo regulamentos temporários como a colheita do maná (Êx 16.28).

Nada deve ser acrescentado ou tirado da lei de Deus (2). A idéia principal é que não deve haver tentativas de perverter o significado claro da lei divinamente dada. Jesus acusou os fariseus de invalidar a palavra de Deus pela tradição que eles mesmos inventavam e transmitiam (Mc 7.13). A lei deve ser reverentemente preservada e igualmente observada. Guardar a palavra de Deus significa vida; desobedecer-lhe significa morte, como testifica o destino daqueles que morreram em conseqüência de sucumbirem às seduções das moabitas para adorar **Baal-Peor** (3; cf. Nm 25.1-9). Baal quer dizer "senhor". Entre as nações em Canaã e circunvizinhanças, cada localidade tinha seu deus ou baal local. A imoralidade fazia parte regular da adoração de Baal, na qual havia oferecimentos de sacrifícios de crianças. **Baal-Peor** era o nome da deidade da cidade de Peor. Bete-Peor (3.29; "casa de Peor") seria o local do seu templo. O verbo **vos chegastes** (4) denota forte submissão (cf. At 11.23).

Observe os termos **ensino** (1) e **ensinado** (5). O próprio Deuteronômio é uma exposição das leis dadas, já tendo em vista as novas condições na Terra Prometida. O cumprimento destas leis impressionaria os **povos** adjacentes com a **sabedoria** e o **entendimento** (6) de Israel. De certa forma, quando a igreja cristã leva a sério a Palavra de Deus, o mundo a respeita. O parágrafo se encerra com uma exclamação relativa à grandeza de Israel. Não havia outra nação contemporânea, nem mesmo a maior, cujo deus esteve tão perto **como o SENHOR** (7) esteve de Israel, perto o bastante para ouvir todas as vezes que o chamava. Não havia outra **gente** (8) que fosse exaltada por leis tão justas.

2. *O Perigo da Idolatria* (4.9-31)

O grande privilégio da revelação de Deus a Israel trazia consigo uma responsabilidade especial.

a) *A revelação original tem de ser lembrada* (4.9-14). Em Deuteronômio, repetidas vezes Moisés leva a nação de volta à revelação histórica de Deus em **Horebe** (10). Os principais fatos devem ser firmemente lembrados e ensinados às gerações subseqüentes. Moisés enfatizava sobretudo a ausência de forma que desse base à idolatria. Os israelitas ouviam uma **voz** (12) que dava os mandamentos e fazia um concerto, apelando à consciência e fé, mas não havia **semelhança** ("forma", NVI; "aparência", ARA) alguma. Moisés foi delegado a lhes ensinar **estatutos e juízos** (14), para com isso validar a revelação divina dada a um homem escolhido. Mas nada que podia ser visto ou tocado estava visível em Horebe, para que a adoração não fosse materializada e sensualizada e a matéria se exaltasse acima do espírito. Como se deu com Israel, assim ocorre com cristãos; temos

de recorrer constantemente à revelação original concedida no Novo Testamento e manter nossa fé e serviço puros.

b) *A revelação original não deve ser corrompida com idolatria* (4.15-24). Este parágrafo apresenta várias formas de idolatria. Os israelitas foram advertidos a se manter longe de **escultura** (16; *pesel*, "imagem esculpida", cf. ARA). Não deviam copiar figura ou forma. A **figura de macho ou de fêmea** pode se referir à adulação sexual na adoração pagã, na qual os órgãos sexuais eram adorados com ritos obscenos. Eram os egípcios e outras nações que adoravam animais, pássaros, insetos, répteis e **peixe** (17,18).

O versículo 19 proibia Israel de adorar o **sol**, a **lua** ou as **estrelas**, que eram influência dominante na religião babilônica. Qual é o significado de: **Àqueles que o SENHOR, teu Deus, repartiu a todos os povos debaixo de todos os céus** (19)? Certos expositores julgam que significa que esta forma de adoração era permitida por Deus para as nações que não tinham a revelação especial de Israel como estágio para a verdadeira adoração (cf. At 14.16,17; 17.30). Mas para os israelitas, inclinar-se a esses elementos significava apostasia e repúdio ao **concerto do SENHOR** (23) que os libertara. **Do forno de ferro** (20) é metáfora para designar aflição severa (cf. 1 Rs 8.51; Is 48.10; Jr 11.4). **Um fogo que consome, um Deus zeloso** (24), indica o amor ardente que não tolera rivais e destrói tudo que seja contrário à natureza divina. Moisés se refere de novo à raiva que o Senhor teve do patriarca, excluindo-o da Terra Prometida (21,22). O propósito era avisar o povo que não se deve brincar com Deus e exortá-los a não se esquecerem do concerto, quando Moisés já não estivesse com eles para fazer cumprir suas reivindicações.

c) *Deus tratará de Israel com base na revelação original* (4.25-31). Se os israelitas menosprezarem a revelação singular dada por Deus, Ele os castigará; mas caso se arrependerem e se voltarem a Ele segundo as condições do concerto, Ele os restabelecerá.

Moisés previu o risco de as gerações futuras se esquecerem do concerto. Quanto mais nos afastamos dos dias do concerto original, maior o perigo de decadência espiritual, a não ser que o concerto seja renovado em novos enchimentos do Espírito. O envelhecimento, idéia contida na palavra hebraica traduzida por **vos envelhecerdes** (25), pode ocorrer até a quem entra na Canaã da santidade de coração. Pelo fato de o concerto não ser renovado, nossa experiência envelhece e perdemos a herança.

Moisés toma **o céu e a terra... por testemunhas** (26). Ou se tratava de um apelo a testemunhas celestes e humanas ou de apelo poético aos fenômenos fixos da natureza que sobrevivem ao envelhecimento das gerações dos homens. Ele afirma que julgamento inevitavelmente ocorrerá a toda forma de idolatria transgressora do concerto. Haverá reversão completa das bênçãos da observância fiel: os israelitas serão desapropriados da **terra** prometida, e seu **número** (27) diminuirá. Novamente estarão em escravidão a nações idólatras e, ao servi-las, serão escravos dos seus deuses artificiais, cegos, mudos e inanimados.

Mas o Deus que é um fogo consumidor também é um **Deus misericordioso**, que não se esquece **do concerto** (31). No exílio, Ele ouvirá o clamor dos seus se o buscarem **de todo o... coração e de toda a... alma** (29), voltarem-se a Ele e obedecerem-lhe a **voz** (30).

Moisés, como "o primeiro e o maior profeta da longa sucessão de profetas",[16] revelou este *insight* sobre o caráter de Deus e a fragilidade do povo para que estabelecesse o padrão dos acontecimentos futuros. Ao lado disto, como outro dos profetas, ele teve indubitavelmente visões extáticas do futuro.

3. *O Privilégio de Ser o Eleito de Deus* (4.32-40)
O discurso de Moisés atinge agora um clímax magnífico neste parágrafo.

a) *Um privilégio único* (4.32-34). Estes versículos estão na forma de perguntas retóricas. Moisés convida o tempo (32a) e o espaço (32b), a história e a geografia, para fornecer outro exemplo de nação que tenha a experiência de Deus como Israel teve. Nenhuma outra nação tinha ouvido Deus falar **do meio do fogo** (33) e sobreviver. Nenhum outro deus tinha separado para si um **povo** do domínio de outro **povo** (34) maior. Há estudiosos que afirmam que as **provas** se refiram a Faraó, ao passo que outros dizem que são os testes aos quais Deus submeteu Israel. Provavelmente ambos os pontos de vista estão certos. **Sinais** são atos significativos; **milagres** ("maravilhas", NVI), ações sobrenaturais; **peleja**, a ruína do exército egípcio no mar Vermelho. **Mão forte** ("mão poderosa", ARA) e **braço estendido** ("braço forte", NVI) representam a onipotência divina em ação. **Grandes espantos** são demonstrações terríveis do poder divino. A redenção de Israel estava fundamentada na história, e a nossa também está, na cruz e na ressurreição. Das três palavras gregas usadas no Novo Testamento para aludir a milagres, duas são encontradas aqui na Septuaginta: *semeion*, "sinal", e *teras*, "milagre". A terceira é *dynamis*, "obra de poder" (cf. Hb 2.4).

b) *O propósito do privilégio* (4.35-38). Deus escolheu os israelitas **porque amava** seus **pais** (37). Foi uma eleição baseada no amor e graça divinos; mas não devemos menosprezar a atitude de fé e obediência por parte dos patriarcas, notavelmente por Abraão. Porque amou, Deus deu a Israel seu poder e sua presença (cf. Êx 33.14,15). E seu propósito em tudo era que, primeiramente, soubessem **que o SENHOR é Deus; nenhum outro há, senão ele** (35). Davies declara que os versículos 35 e 39 "ensinam o monoteísmo absoluto".[17] Em segundo lugar, que fossem ensinados (ou disciplinados, cf NVI) nos caminhos divinos (36); e, em terceiro, para que ele os estabelecesse na Terra Prometida (37,38).

c) *A obrigação do privilégio* (4.39,40). Os israelitas não eram os favoritos mimados de um Deus indulgente. Tal concepção é um insulto ao caráter divino. Ser o povo eleito de Deus trazia consigo a obrigação de honrá-lo no **coração** (39) como supremo e guardar os **seus estatutos** (40). Só assim as coisas lhes iriam **bem**. Há uma verdade vital na ênfase deuteronômica. No final das contas, somos guardados ao guardar a Palavra de Deus ou quebrados ao quebrá-la.

F. A DESIGNAÇÃO DAS CIDADES DE REFÚGIO, 4.41-43

Pelo visto, esta ação foi empreendida entre o primeiro e o segundo discurso. O relato talvez tenha sido escrito por Moisés ou tenha qualidade de nota editorial. Quanto à finalidade das cidades de refúgio, ver comentários em 19.13 e também em Números 35.6,11-34.

É impossível localizar estas três cidades com certeza. Pensamos que **Bezer** (43) ficava exatamente a leste do lugar do discurso no território de Rúben. Consideramos que **Ramote** é o mesmo que Ramote-Gileade. Porém, ficava no território de Manassés e não em Gade. Julgamos que **Golã** se situava no norte do território de Manassés. Todas as cidades foram escolhidas por serem de fácil acesso para a maioria da população, a fim de que o assassino não intencional tivesse a chance de declarar sua inocência. **Daquém do Jordão** (41) é referência clara à margem leste do rio Jordão (cf. comentários em 1.1).

SEÇÃO II

DISCURSO PRINCIPAL: A LEI

Deuteronômio 4.44—26.19

A principal seção do livro é dedicada a uma exposição da lei de Deus. Começa com os Dez Mandamentos e, em seguida, passa a tratar de outras leis religiosas, civis e sociais.

A. INTRODUÇÃO, 4.44-49

Os termos que aqui descrevem a lei são **testemunhos** (45), **estatutos** e **juízos** ("ordenanças", NVI). Quanto a **estatutos** e **juízos**, ver comentários em 4.1. **Testemunhos** é tradução literal da palavra hebraica *edoth*. Neste texto representa "declarações solenes da vontade de Deus sobre questões de dever moral e religioso".[1]

O lugar **daquém do Jordão** (46) é o mesmo que está indicado em 1.1,5 e 3.29. As referências anteriores definem que os israelitas estão na terra de Moabe, ao passo o texto sob estudo declara que estão no território recentemente conquistado de **Seom, rei dos amorreus**. Mas outrora, esta parte do reino de Seom pertencera aos moabitas (cf. Nm 21.26).

Quanto à conquista de Seom e Ogue (46-49), ver comentários em 2.26 a 3.17. O nome do monte Hermom, **Siom** (48; "exaltar, erguer"), não deve ser confundido com o monte Sião, "montanha ensolarada".

B. OS DEZ MANDAMENTOS, 5.1—11.32

1. *Cenário, Conteúdo e Comunicação* (5.1-33)

a) *Cenário* (5.1-5). Este capítulo começa com uma exposição dos Dez Mandamentos. São tratados como a base do **concerto** (2) entre Deus e Israel. O concerto é feito

não só com as pessoas da geração passada, que infelizmente não cumpriram seus deveres, mas também com as pessoas a quem Moises discursa. Muitas destas, como as crianças e os adolescentes, estavam presentes em Horebe (2,3).

O padrão literário do Decálogo tem afinidade com o padrão em que se faziam os tratados internacionais daqueles dias, sobretudo os tratados entre um poder superior e estados vassalos.[2]

b) *Conteúdo* (5.6-21). Devemos comparar esta exposição dos Dez Mandamentos com a que aparece em Êxodo 20.1-17. Há poucas diferenças, mas as duas narrativas são substancialmente as mesmas. Há quem pense que as palavras originais escritas nas tábuas de pedra continham apenas os mandamentos em sua forma concisa e que Moisés, mais tarde, acrescentou interpretações inspiradas.[3] As interpretações em Deuteronômio são particularmente adequadas para a vida em Canaã.

O primeiro mandamento começa com a menção do nome divino (6; cf. Êx 3.13,14). Nenhum outro deus deve se intrometer entre o Senhor e o seu povo redimido.

O segundo mandamento proíbe a idolatria (8,9), sendo seqüência natural do primeiro. Esta proibição inclui a fabricação de imagens de outros deuses e a representação do Senhor na forma de criaturas celestiais, terrenas ou marinhas, como provavelmente foi o motivo de o povo ter feito o bezerro de ouro. Os versículos 8 e 9 devem ser considerados juntos. Não se trata de proibição de esculpir estátuas ou pintar telas, mas de fazê-las com o objetivo de adoração.

É um fato da vida os **filhos** sofrerem pelos pecados dos pais. Por outro lado, também se beneficiam da fidelidade dos pais. Esta é a vida como Deus a fez, parte do seu vínculo social. Como é séria a responsabilidade dos pais em deixar um bom legado aos filhos a quem amam! Ezequiel deixa claro que Deus prontamente recebe os filhos arrependidos de pais maus (Ez 18.14-17). E considerando que a **maldade dos pais** é visitada na **terceira e quarta geração** (9), a **misericórdia** ("amor firme", RSV) do Senhor se estende a **milhares** de gerações de quem o ama e guarda seus **mandamentos** (10).

O terceiro mandamento (11) está especificamente relacionado a juramentos: tomar o **nome do SENHOR, teu Deus**, levianamente nos lábios ou em falsidade. Uma das marcas de fidelidade a uma deidade era usar seu nome em juramentos (cf. 6.13). Usar o nome sagrado para apoiar uma falsa declaração é o máximo da incredulidade cínica. **O SENHOR não terá por inocente** o indivíduo que assim proceder. O terceiro mandamento tem o desígnio de apregoar reverência e verdade.

O quarto mandamento (12-15) se relaciona a guardar (Êx 20.8, "lembra-te") **o dia de sábado**. As duas idéias principais são descanso (*shabbath*, "sentar-se, cessar") e santidade (12). A ordenação de Deus é o trabalho de seis dias e o descanso de um dia. Haveria menor necessidade de tranqüilizantes e menos colapsos nervosos se observássemos esta lei de higiene espiritual e física. Êxodo 20.11 cita o exemplo do Senhor e relaciona o mandamento ao seu trabalho criativo. Aqui a ênfase é dada no descanso para toda a casa (14). O mandamento é imposto pela lembrança da servidão severa **na terra do Egito** (15) e pela libertação graciosa dada pelo Senhor. Quase que ouvimos Jesus dizer: "De graça recebestes, de graça dai" (Mt 10.8).

Paulo cita o quinto mandamento (16) dizendo que é "o primeiro mandamento com promessa". Ele aplica a promessa de vida longa e bem-estar aos cristãos que o observarem (Ef 6.2,3). Este mandamento acha-se na fundação da verdadeira religião e bem-estar nacional. Está associado aos primeiros quatro mandamentos que tratam da devoção a Deus, porque, no que diz respeito aos filhos, os pais ficam no lugar de Deus.

Os outros cinco mandamentos têm a ver com a justiça social; estão unidos pela conjunção hebraica traduzida por "e". O Senhor é um Deus justo e exige procedimentos justos nas relações humanas. Os primeiros cinco mandamentos contêm cláusulas explicativas, advertências ou promessas. Os últimos cinco são curtos e auto-explicativos. A consciência e nossa experiência suprem a análise racional.

Não matarás (17) é mais bem traduzido por: "Não cometerás assassinato". O termo hebraico *ratsach* sempre é usado com este sentido no Antigo Testamento.

Não adulterarás (18). Este é o pecado contra o cônjuge no casamento, e se há filhos, contra eles também. É desumano e cruel.

Não furtarás (19). Estes três últimos mandamentos têm relação entre si. Assassinar é tomar a vida de um homem; adulterar é tomar a esposa de um homem (ou o marido de uma mulher) e roubar é tomar a propriedade de um homem. Em cada caso, o transgressor exalta desejos e exigências próprias acima dos direitos dos outros, julgando-se de mais valor que o irmão. Agir assim é pecar contra Deus.

O nono mandamento trata do pecado dos lábios: O **falso testemunho contra o teu próximo** (20). Abrange não só o perjúrio, mas toda a mentira prejudicial a nosso semelhante. O ideal de Deus é uma sociedade na qual todo homem fale a verdade com o próximo (Ef 4.25).

O décimo mandamento lida com o pecado do coração (21). Foi este mandamento que fez Paulo ver sua necessidade de uma salvação que lhe mudasse o coração (Rm 7.7). Em Êxodo 20.17, a **casa** é mencionada antes da **mulher**, ao passo que aqui a ordem está invertida. Talvez, no primeiro texto, a palavra "casa" seja usada no sentido de "os indivíduos pertencentes a casa ou família", ao passo que no texto deuteronômico esteja em mente a residência ou o bem imóvel. Por isso, a esposa é mencionada em primeiro lugar em ordem de importância.

Os Dez Mandamentos detêm uma categoria própria: **E nada acrescentou** (22). São fundamentais para a vida correta e o pensamento correto. A nação que almeja ser grande não os ignora. O cristão não quer quebrá-los. Não obstante, todos transgredimos em motivo e espírito. Precisamos de um Salvador que nos resgate da maldição da lei e nos dê a promessa do Espírito pela fé (Gl 3.13,14). Assim, teremos a lei escrita em nosso coração (Hb 10.16) e nos alegraremos no fato de que o amor é o cumprimento da lei (Rm 13.9,10).

c) *Comunicação* (5.22-33). Esta passagem ressalta a ocasião histórica em que Israel recebeu a lei com todos os acompanhamentos impressivos de sua comunicação. Acentua o **monte**, o **fogo**, a **nuvem**, a **escuridade**, a **grande voz** e as **duas tábuas de pedra** escritas pela mão divina (22).

A majestade imponente de toda essa cena era esmagadora. Os líderes de Israel, inteiramente convencidos da autenticidade da revelação, pediram que Moisés agisse como intermediário entre eles e Deus, para que não morressem (23-27). Neste aspecto, Moisés

é tipo do único "mediador entre Deus e os homens, Jesus Cristo" (1 Tm 2.5). Há inumeráveis referências bíblicas ao efeito dominante do sobrenatural sobre o natural (*e.g.*, Dn 10.5-19; Mt 28.2-4; At 9.3-9; Ap 1.17). Esta é uma das razões por que Deus se comunica com o espírito do homem e não pelos cinco sentidos. No caso de Moisés, havia tamanha relação espiritual profunda entre ele e Deus, que ele pôde se aproximar da glória de Deus de certo modo impossível para os outros. Mesmo assim, houve limites a esta aproximação (cf. Êx 33.20).

O Senhor atendeu ao pedido dos líderes, sobretudo tendo em vista a promessa que fizeram de ouvir e fazer **tudo** o que o **SENHOR** (27) dissesse a Moisés. A exclamação divina (29) é característica do teor do livro: reverência de coração, que é conseqüência de guardar **todos** os **mandamentos** para **sempre**, resultando no bem-estar deles e de seus filhos.

As pessoas tiveram permissão de voltar às suas **tendas** (30), mas o homem de Deus não foi dispensado; teve de esperar em Deus para receber a revelação completa (31). Todo cristão nesta dispensação tem acesso direto a Deus. Mas, na prática, quem é ordenado ao ministério tem a obrigação especial de esperar em Deus para receber a palavra para o rebanho. Não há quantidade de atividade que substitua esse dever.

No encerramento do parágrafo, Moisés faz um lembrete (32,33) sobre a obrigação das pessoas manterem a promessa feita pela nação na ocasião da comunicação histórica da lei divina.

Nesta "segunda vez em que a lei é dada" não houve nenhum dos fenômenos sobrenaturais anteriores. A essência desta ocasião era a comunicação da vontade de Deus aos israelitas. A verdade divina perdurou e foi apresentada a eles por Moisés. Não havia necessidade de mais outra autenticação. Exigia apenas obediência, e a bênção de Deus automaticamente se seguiria. Semelhantemente, erramos se necessitamos de fenômenos externos. O dom interior do Espírito está acessível a todos que pedem, crêem e obedecem (Lc 11.13; At 5.32; 15.8,9). Sua plenitude habitadora é a essência do cristianismo do Novo Testamento.

2. *A Dedicação que os Mandamentos de Deus Merecem* (6.1-25)

Neste capítulo, os Dez Mandamentos ainda são o tema principal, visto que são a base do concerto com Deus e o núcleo da Torá (lei).

a) *Dedicação interior e exterior* (6.1-9). O versículo 2 resume o conteúdo do capítulo inteiro. A reverência a Deus se expressa em guardar **todos os... mandamentos... todos os dias** de nossa vida e ensinar nossos filhos a fazer o mesmo.

Os versículos 4 e 5 fazem parte do que chamamos Shema (hb. "ouve"). Este é o credo do judaísmo. **O SENHOR, nosso Deus, é o único SENHOR** ou "O Senhor é o nosso Deus, o Senhor é um" são traduções válidas. Os judeus consideram a palavra hebraica *Yahweh** muito sagrada para ser pronunciada e, por isso, a substituem pela palavra *Adonai*, "meu Senhor". *Yahweh* quer dizer, literalmente, "Ele é" ou "Ele se torna, Ele vem

* A RC traduz por "JEOVÁ" ou "SENHOR" (assim, em letras maiúsculas) todas as vezes que, no original, ocorre a palavra hebraica *Yahweh*. (N. do T.)

a ser". Moffatt a traduz por "o Eterno". Os dizeres do versículo 4 declaram que o Senhor é o Deus de **Israel**, que ele é o único Deus e que ele é o mesmo em todos os lugares. Esta descrição estava em oposição aos deuses das nações circunvizinhas, particularmente a Baal que era adorado de diferentes formas e com diferentes ritos em diversas localidades. A palavra **único** não é incompatível com a doutrina cristã da Trindade, ou seja, três Pessoas da mesma substância em uma deidade. Com efeito, a palavra **Deus** está, via de regra, na forma plural nas Bíblias hebraicas como também neste versículo.

Em seguida à confissão de fé há uma exortação para amar. Este padrão ocorre dez vezes em Deuteronômio, e em nenhum outro lugar do Pentateuco.[4] Este amor tem de abranger a personalidade total: **coração**, **alma** e **poder** (5). Estes três termos envolvem o homem inteiro, sua vida interior e exterior, sua mente, vontade, desejo, emoções psíquicas, energia mental e física, e até suas posses. Quando lhe perguntaram qual era o primeiro mandamento da lei, Jesus citou o Shema, acrescentando "entendimento" (Mc 12.30; Lc. 10.27). Fez isso provavelmente para pôr em relevo o vocábulo grego *dianoia*, que significa "entendimento", usado pela Septuaginta. Também acrescentou Levítiço 19.18: "Amarás o teu próximo como a ti mesmo". As pessoas que têm o Antigo Testamento em baixa estima deveriam lembrar que, de suas páginas, o Filho de Deus definiu a religião vital em termos de amor. "A resposta de Jesus estava em concordância com o melhor pensamento judaico sobre o assunto. Em conseqüência disso, os judeus e cristãos consideram esta lei a exigência primária de Deus, o resumo de todas as outras exigências."[5]

As Escrituras declaram: **Estas palavras... estarão no teu coração** (6). O centro da religião está no coração. Mas não deve se limitar a isso. Tem de entrar em circulação nas atividades cotidianas da vida. A palavra de Deus deve ser ensinada aos **filhos**, mencionada em **casa** e pelo **caminho** (7), o último item antes de dormir e o primeiro pela manhã. Até que ponto esta ordem deve ser interpretada literalmente, cada um de nós tem de decidir. Jesus disse: "A boca fala do que está cheio o coração" (Lc 6.45, ARA). Devemos prestar atenção e perceber se o que reputamos estar em primeiro lugar em nossa vida goza de suficiente proeminência em nossas conversas.

As opiniões divergem acerca dos versículos 8 e 9 quanto à literalidade. Driver declara: "Levando em conta a totalidade, é mais provável que a prescrição deva ser interpretada literalmente".[6] Por outro lado, há pouca evidência bíblica ou extrabíblica de ter sido colocada em prática até o tempo dos Macabeus (c. 167 a.C.). A partir do século II d.C., os judeus costumavam usar quatro trechos da lei: Êxodo 13.1-10; 13.11-16; Deuteronômio 6.4-9 e 11.13-21. Punham estas passagens em caixinhas de couro amarradas por correias à mão esquerda e na testa antes das preces matinais. Chamam-se *tefilins*, "orações", ou *filactérios*, provavelmente "meio de proteção". Em um estojo de metal ou de vidro, os judeus também punham os textos de 6.4,5 e 11.13-21 e o fixavam no batente do lado direito da entrada externa de cada compartimento na casa. Chama-se *mezuzá*, "ombreira da porta, batente". Não foi porque usavam filactérios que Jesus censurou os fariseus, mas porque os exibiam pomposamente. Esta ostentação era parte do trágico engano de exaltar as ornamentações da religião acima da atitude do coração.

O tema dos versículos 4 a 11, segundo G. B. Williamson, é "Deus é o Único Senhor". 1) O Senhor na experiência pessoal, 5,6; 2) O Senhor na vida familiar, 7-9; 3) O Senhor da provisão abundante para o céu na terra, 10,11 (cf. 11.21).

b) *Dedicação constante* (6.10-19). Os mandamentos e o concerto do Senhor requerem dedicação constante. Isto será provado sobretudo pela prosperidade. A própria bondade de Deus, se não for aceita em espírito de humildade e gratidão, pode ser fonte de tentação. Imagine só o que **grandes e boas cidades** (10), **casas cheias de todo bem... poços... vinhas e olivais** (11) significariam para uma nação que tinha passado 40 anos no deserto. E tudo era um presente. Na fartura, o homem logo se esquece da adversidade e, lamentavelmente, do que ocasionou a mudança. Havia também a tentação de adotar os **outros deuses** (14) das nações agrícolas circunvizinhas, agora que Israel se tornara um povo agrícola. Mas o **SENHOR** (15) não tolera rivais. Jesus citou o versículo 13 quando foi tentado a adorar Satanás (Mt 4.10; Lc 4.8). Será que ele considerou que a tentação significava conformar-se com os métodos do mundo? No versículo 13, Jesus interpretou o verbo "temer" por *adorar*.

Cristo citou o versículo 16 quando foi tentado a forçar a mão de Deus a operar um milagre (Mt 4.7; Lc 4.12). Ele deve ter meditado muito neste capítulo. É um privilégio seguir seu exemplo. Quanto a **Massá**, ver Êxodo 17.1-7. Deus liberta e supre as necessidades de quem **diligentemente** guarda **os mandamentos** (17) e faz **o que é reto e bom aos olhos do SENHOR** (18).

c) *Dedicação comunicada* (6.20-25). O concerto não foi planejado só para uma geração. Como parte da dedicação, quem recebera a lei e o concerto tinha de comunicá-los aos filhos.

Quando o povo guardasse as leis divinas, Deus esperava que essa observância fiel chamasse a atenção dos filhos (20). Não há preceito que valha muito, a menos que seja reforçado pelo exemplo. Por outro lado, supunha-se que os pais estivessem familiarizados com a história da libertação de Deus para instruir os filhos nos fundamentos da fé. Deuteronômio destaca periodicamente o fato de que os mandamentos divinos são para benefício humano (24). Sua vontade e nosso maior bem são a mesma coisa.

Com relação à declaração **será para nós justiça** (25), Clark escreve: "[A observância da lei é] a *prova* de que estamos sob a influência do temor e amor de Deus. Moisés não diz que esta justiça podia ser produzida sem a influência da misericórdia de Deus, nem diz que [os israelitas] deveriam comprar o céu com ela; mas Deus exigia que eles fossem conformados à vontade divina em todas as coisas para que fossem santos de coração e justos em cada área da conduta moral".[7]

3. *A Separação Exigida pela Lei* (7.1-26)

Há um lado negativo e outro positivo em guardar os mandamentos e o concerto de Deus. No concerto matrimonial, o homem se separa de todas as outras mulheres para ser o marido leal de uma mulher. Este capítulo indica a divisão que tem de haver entre Israel e os cananeus por causa do concerto com Deus.

a) *A separação das nações que contaminam* (7.1-5). A derrota e desaposse das nações em Canaã são atribuídas a Deus. A vitória é dele. Os **heteus** (1), ou filhos de Hete, eram uma nação poderosa e civilizada que dominaram a Síria e a Ásia Menor de 1800 a 900 a.C. Os **jebuseus** eram um povo cananeu que habitava os montes em torno de Jebus (Jerusalém). Pouco se sabe a respeito dos **girgaseus** (no hb., este termo sempre está no

singular), a não ser que parece terem povoado certa região de Canaã a oeste do rio Jordão (Js 24.11). Os **heveus** se situavam ao norte, no Líbano e em Hermom (Jz 3.3; Js 11.3), e ao sul, em Quiriate-Jearim e Beerote (Js 9.17). Foi este povo em Gibeão que, ardilosamente, fez paz com os israelitas (Js 9.17). Quanto aos **amorreus** e aos **cananeus**, ver comentários em 1.7. Todos estes seis povos aparecem na relação da linhagem de Canaã, neto de Noé (Gn 10.15-18). Pelo visto, os **ferezeus** viviam principalmente na região montanhosa. Em Josué 17.15, são associados com os refains ou gigantes.

Todos os povos pertencentes a estas nações tinham de ser totalmente destruídos — "postos sob maldição" (*cherem*) —, para que não contaminassem os israelitas (2,4). Os filhos de Israel não deviam contrair matrimônio com esses povos (3; cf. Nm 25.1-9). Todos os objetos de culto deviam ser eliminados (5). Os **bosques** eram árvores ou postes de madeira montados como símbolos sagrados, talvez imagens de Asera, deusa cananéia do mar, a consorte de El ou Baal.[8]

Há vários quesitos que devemos levar em consideração ao lermos passagens como estas. Primeiramente, este mandamento de Deus foi dado a uma nação em particular. Este povo foi escolhido para receber a revelação divina e ser treinado a gerar o Messias e preparar a mente dos homens para o ministério dele (cf. Rm 9.4,5). Esta nação precisava de uma lição prática sobre os resultados medonhos da idolatria e licenciosidade. Em segundo lugar, a ordem de destruir dizia respeito a nações que se tornaram um câncer podre na raça humana, praticando sacrifícios de crianças, sodomia, bestialidade, idolatria e feitiçaria (cf. 7.5; 18.9-12; Lv 18.21-25). Em terceiro lugar, a ordem foi dada em um estágio na cultura do povo escolhido em que a distinção entre a misericórdia aos derrotados e a transigência a seus costumes errados não era nitidamente entendida.

O escritor da Epístola aos Hebreus deixa claro que o Antigo Testamento é o registro de uma revelação progressiva que atinge sua expressão plena com a encarnação do Filho de Deus (Hb 1.1-3). Aplicar estas ordens às guerras de hoje seria emprego errôneo e grosseiro da Escritura. Não há que duvidar que, munido com o evangelho e dotado com o Santo Espírito, Paulo teria entrado em Canaã, como entrou em Corinto, para mostrar o triunfo de Deus sobre o mal nas vidas transformadas (cf. 1 Co 6.9-11). Não obstante, há um princípio permanente nos julgamentos deuteronômicos. Deus, como o Senhor da história, sempre julga as nações que ignorantemente quebram suas leis. Ele usou a Assíria como vara (Is 10.5), Nabucodonosor como servo (Jr 25.9) e as legiões de Roma como arautos do seu julgamento (Lc 21.22; cf. Mt 22.7).

b) *A separação para o Deus que abençoa e dá vitória* (7.6-26). Deus fala que Israel é **povo santo**, separado e santificado; o **seu povo próprio** ("o seu tesouro pessoal", NVI; cf. Tt 2.14). **Próprio** é o mesmo adjetivo hebraico que Davi usa para descrever sua riqueza pessoal em distinção da tesouraria estatal sobre a qual ele tinha controle como rei (1 Cr 29.3, "particular").

Os versículos 6 a 8 sugerem o tema "Escolhidos por Deus": 1) Para sermos santos, 6a; 2) Para sermos dele, 6b; 3) Para sermos humildes, 7; 4) Para sermos herdeiros, 8.

Deus não foi atraído ao povo de Israel por causa de sua numerosidade. Quando chamou Abraão, este não tinha filhos, e tomou para si seus descendentes quando eram minoria como escravos no Egito. A causa da escolha divina achava-se no seu amor (8; cf. Rm 5.6,8; 1 Jo 4.10). O resultado da escolha foi a libertação da **servidão** egípcia, fato que

demonstrou a fidelidade e amor divinos. Deus é o **Deus fiel** (9), confiável, firme e coerente. Ele é o Único em quem os crentes obedientes e fiéis podem contar que manterá o concerto terminantemente. É Aquele que os inimigos terão de inevitavelmente encontrar para serem julgados (9-11). "Considera, pois, a bondade e a severidade de Deus" (Rm 11.22).

Nos versículos 12 a 15, as promessas de abençoar fluem como rio sobre um povo fiel e obediente. Tinha a ver com a multiplicação da nação: filhos férteis, terras produtivas e animais fecundos (13,14). Também incluía a promessa de liberdade de **toda enfermidade** (15). O Egito se caracterizava por suas condições de insalubridade. Plínio o descreve como "a mãe das piores doenças".[9] Canaã, caso fosse obediente, seria notório por sua saúde.

O fato que Deus abençoa seu povo obediente e fiel está exarado em todas as páginas da Bíblia. É natural que esta situação se manifeste nas nações de modo visível e material. No caso de indivíduos, é comum a retenção das bênçãos materiais para que recebam bênçãos maiores e mais permanentes. Foi o que ocorreu com o melhor e mais amado de todos: o próprio Cristo. Contando que esta verdade seja considerada, a mensagem de Deuteronômio é autêntica e eterna.

Os versículos 16 a 26 lidam com o poder de Deus para tornar seu povo vitorioso. O Deus que arrancou seu povo do poder de **Faraó** arrancará Canaã do domínio daqueles que a contaminaram. A fim de fortalecer a fé na execução do empreendimento futuro, Moisés chama a atenção para as libertações feitas por Deus no passado (17-19). O patriarca exorta: **Não deixes de te lembrar** (18). A vitória de Deus será estratégica como também grandiosa. Os **vespões** (20) ajudarão Israel, mas as **feras do campo** (22; "animais selvagens", NTLH) serão contidas. Certos estudiosos julgam que os vespões, que eram o distintivo de Tutmoses III e seus sucessores, são referência a invasões egípcias que enfraqueceram a resistência dos cananeus.

O propósito deste discurso era fortalecer a moral de um povo medroso (18,21). Não devia haver outro fiasco como ocorreu em Cades-Barnéia. Deus pode tirar a confiança do coração dos inimigos e colocá-la no coração dos seus servos.

Assim que a vitória é ganha, não deve haver acordo com o mal derrotado (16,24-26). Os cananeus perecerão por causa de sua **abominação** (25). O mesmo destino se apossará dos israelitas se fizerem acordo com o mal devastador (25,26). Deus não está retirando uma nação para dar espaço aos seus favoritos. Ele tem um propósito coerente ao purgar a terra do mal indizível.

4. *O Perigo de Esquecer os Mandamentos* (8.1-20)

Os mandamentos são a base de todas as bênçãos que Deus tem em reserva para Israel. A fim de nunca esquecê-los é necessário manter em mente as lições do passado.

a) *Não se esqueça das lições da disciplina divina* (8.1-6). Deus nos prepara para suas bênçãos. Não há quem possa permanecer no sucesso sem a necessária disciplina divina. Muitos teriam mais êxito se se submetessem ao aprendizado necessário. Ao passo que, com outros, o treinamento é prolongado desnecessariamente, porque "reprovam nas provas". Foi o que sucedeu com Israel. Foram 40 vezes mais longo do precisava ter sido.

Mas a disciplina foi algo bom. **Humilhou** e provou (3). Revelou os verdadeiros motivos do **coração** (2). Tinha a forma de dieta alimentar incomum, para a qual os israelitas

dependiam literalmente de Deus todos os dias. Certos estudiosos pensam que o **maná** (3) era a excreção de dois tipos de insetos escamosos que se alimentam de tamargueiras.[10] Se foi assim, e na verdade não temos como obter certeza, então a referência a humilhar é muito apropriada! Este cardápio era uma comida que nem os israelitas nem seus pais tinham previamente conhecido. Mas, sobretudo, Deus humilhou os filhos de Israel para torná-los dependentes dos mandamentos e das promessas divinas. A condição mais importante na vida é ter um relacionamento correto com Aquele que alimenta a alma e o corpo (cf. Mt 4.4; Lc 4.4).

Certos expositores entendem que a declaração: **Nunca se envelheceu a tua veste sobre ti** (4), quer dizer que as roupas dos israelitas não se desgastaram durante os 40 anos. É mais provável que signifique que, pela provisão de Deus, eles fizeram outras roupas, mesmo sendo nômades peregrinando pelo deserto. Pelo mesmo cuidado divino, os pés não incharam. No versículo 5, a ênfase não está na palavra **castiga**, mas no termo **seu filho** (cf. Hb 12.7,8). A lição da disciplina é aplicada: **E guarda os mandamentos do SENHOR, teu Deus** (6).

Os versículos 1 a 6 sugerem o tema "Para que não Esqueçamos": 1) As provas do passado, 2; 2) As lições do passado, 3; 3) O cuidado paternal, 4,5.

b) *Não se esqueça de quem foi que deu a terra* (8.7-20). Temos descrição fiel de como era Canaã no tempo de Moisés (7-9). Charles Wesley descreve a experiência do amor perfeito em termos da terra de Canaã:

> *A land of corn and wine and oil*
> *Favoured with God's peculiar smile*
> *And every blessing blessed...**

O **ferro** (9) é menção à pedra de basalto preta com aproximadamente 20% de teor de ferro. Quanto a **cobre** é tradução correta (cf. NTLH). Na atualidade, a riqueza mineral de Canaã tem sido explorada como nunca.

O tema dos versículos 6 a 10, "Viva pela Palavra de Deus", é sugerido no versículo 3b. 1) Viva pela obediência aos mandamentos de Deus, 6; 2) Viva pela aceitação das disciplinas de Deus, 5 (cf. Hb 12.5-11); 3) Viva pela fé nas promessas de Deus, 7-10 (G. B. Williamson).

É característico da natureza humana passar da escassez para a abundância com uma gratidão inicial, a qual, depois de certo tempo, dá lugar a um espírito de congratulação própria, autocontentamento e, às vezes, rebelião arrogante. Estes versículos apresentam esta tendência e indicam as coibições. **Guarda-te para que ... havendo tu comido, e estando farto... se não eleve o teu coração, e te esqueças do SENHOR** (11-14), **e não digas no teu coração: A minha força** (17) me adquiriu **este poder**. Feliz o homem que sabe equilibrar um estômago cheio com um coração grato e humilde. É extremamente comum a tendência a descambar para outra direção. O coração arrogante inibe a memória da bondade do Senhor e explica a prosperidade em termos de capacidade

* Uma terra de trigo, vinho e azeite / Favorecida com o sorriso peculiar de Deus / E abençoada com todas as bênçãos... (N. do T.)

humana e boa sorte. O resultado triste é nos afastar de nosso Benfeitor e transferir nossa lealdade a uma forma menos exigente de religião, que dê maior amplitude aos desejos mais vis. Esta propensão é copiosamente ilustrada pela história de Israel. Nas palavras gráficas da canção de Moisés: "Engordando-se Jesurum, deu coices" (32.15).

Moisés dá uma prescrição certa para a prevenção de tal eventualidade. Os israelitas devem se lembrar do Senhor ao guardarem **mandamentos** divinos, e nunca se esquecer da libertação do **Egito** (11,14). Devem recordar a orientação, a proteção e a provisão divinas no deserto. Jamais devem esquecer que por trás de toda a capacidade em adquirir **poder** ("riquezas", ARA) acha-se a **força** (18) de Deus. Por fim, a apostasia aos falsos deuses trará sobre Israel o mesmo destino das **gentes** ("nações", ARA) que eles desapossam (19,20).

5. *A Graça Divina por trás da Lei* (9.1—10.11)

É freqüente a lei e a graça serem colocadas em posição de contraste. Vemos aqui o concerto de Deus com Israel baseado nos Dez Mandamentos e arraigado na graça divina.

a) *Aviso contra a justiça própria* (9.1-6). Em 7.17-24, Moisés encorajou os medrosos. Aqui, depois de garantir a vitória do Senhor sobre os cananeus, ele avisa para não se orgulharem quando o empreendimento aparentemente impossível for realizado. Moisés não está prevendo que os israelitas imediatamente atribuirão a vitória à bravura deles. Serão propensos a dizer que o Senhor os usou como executores do propósito divino por causa da **justiça** (4) própria. O orgulho pode se insinuar por meios tortuosos, mas Moisés tomou providências para evitar a entrada desse sentimento. Não foi por causa da **justiça** (*tsedeqah*, "retidão de conduta") ou **pela retidão** do **coração** (*yosher*, "retidão de motivo e propósito") dos israelitas que o **SENHOR** lhes deu vitória; mas **pela impiedade das nações** (5). Portanto, a conquista de Canaã seria um tipo de aviso constante aos israelitas sobre o perigo da impiedade, perigo ao qual sucumbiram mais de uma vez.

b) *Lembrança da rebelião de Israel* (9.7-29). A apostasia infame do bezerro de ouro recebe muita atenção na própria época do estabelecimento do concerto (8-21; cf. Êx 32—33). **Pois, em Horebe** (8) é mais bem traduzido por "até mesmo em Horebe" (NVI). O relato é substancialmente igual ao registro em Êxodo, levando em consideração que foi feito quase 40 anos depois e em forma condensada. Não está claro se Moisés jejuou **quarenta dias e quarenta noites** duas vezes ou se os versículos 9 e 25 se referem ao mesmo evento.

Na opinião de Kline, as **duas tábuas de pedra** (11) eram duas tábuas separadas, cada uma contendo todos os Dez Mandamentos, escritos na frente e atrás (Êx 32.15). Segundo ele, os tratados entre suseranias e vassalos eram habitualmente redigidos em duplicata conforme este procedimento. Uma cópia ficava com o estado suserano e a outra, com o estado vassalo. Cada parte guardava sua cópia no santuário do seu deus. No caso de Israel, ambas as cópias foram depositadas na arca, que estava no santuário do Tabernáculo, porque o Senhor era o Suserano e o Deus de Israel. Nesta interpretação, o ato de Moisés quebrar as tábuas quando viu o bezerro de ouro não foi mero ímpeto de raiva — embora fosse compreensível que estivesse com raiva (Êx 32.19). Tratava-se de ação simbólica da quebra do **concerto** (cf. 15). Certos comentaristas, mesmo discordando da opinião de Kline, interpretam deste modo a quebra das tábuas (Hertz, Alexander, Waller *et al.*).[11]

Moisés lembrou os israelitas da intercessão que fez a favor deles. O **SENHOR** (12) sabia de tudo que estava acontecendo ao pé da montanha. Sua ameaça: **Deixa-me que os destrua** (14), era na realidade um convite à intercessão. O texto em Êxodo declara que Moisés intercedeu imediatamente pelo povo e Deus o ouviu. Mesmo assim, teve pressa em descer **do monte** (15) e tomar providências para deter o pecado do povo. Se vivêssemos suficientemente perto de Deus para tremer o **furor** da sua **ira** (19) contra o pecado, como seria mais eficaz nossa intercessão! A essência da intercessão de Moisés dizia que Israel era o povo e herança do Senhor (apelo ao amor de Deus); que Ele tinha prometido a terra aos patriarcas (apelo à fidelidade de Deus, 27); e que os egípcios entenderiam mal a ação divina (apelo à honra do nome de Deus, 28).

A intercessão de Moisés sugere o tema "Pedidos Persuasivos": 1) **Não destruas o teu povo**, 26; 2) **Lembra-te dos teus servos**, 27; 3) Protege o teu nome, 28.

Os outros incidentes referidos por Moisés ocorreram em: **Taberá** (22; "queima, incêndio"), onde o povo murmurou (cf. Nm 11.1-3); **Massá** ("tentação, prova"; cf. comentários em 6.16); **Quibrote-Hataavá** ("sepulturas do desejo intenso"), onde o povo desejou carne avidamente (Nm 11.4-35); e **Cades-Barnéia** (23; cf. comentários em 1.19-46).

c) *Renovação divina dos mandamentos* (10.1-11). Pelo visto, o Senhor forneceu as primeiras tábuas de pedra para a inscrição dos mandamentos (Êx 24.12). Depois que os israelitas quebraram o concerto, eles, por meio de Moisés, tiveram de fornecer as **duas tábuas de pedra** (1) para a renovação do concerto. Em ambas as ocasiões, o Senhor escreveu os mandamentos nas pedras. A **arca de madeira** diz respeito à arca feita por Bezalel (Êx 37.1) ou a uma arca provisória até que a arca permanente ficasse pronta. A expressão **ali estão** (5) se encaixa muito bem com um discurso feito por Moisés. O concerto fora renovado.

Os quatro versículos seguintes estão na forma de inserção histórica, embora tenham relação direta com o contexto. Os israelitas partiram **de Beerote-Benê-Jaacã** (6; ou "poços dos filhos de Jaacã, cf. NTLH; NVI) a **Mosera** ("castigo, punição"), onde Arão morreu. O texto de Números 33.30 menciona "Moserote" (forma plural), mas entendemos que esta narrativa em Números se refira a uma visita feita certo tempo antes da morte de Arão. Pelo que inferimos, na peregrinação pelo deserto os israelitas passavam pelos mesmos lugares mais de uma vez. **Mosera** ficava provavelmente ao pé do monte Hor (ver Mapa 3). A morte de Arão é mencionada para apresentar a sucessão sacerdotal. Compare **Gudgoda** (7) com "Hor-Hagidgade" (Nm 33.32,33); e note que **Jotbatá** está na lista em Números 33.33,34; estes lugares estavam na mesma vizinhança como **Beerote-Benê-Jaacã** e **Mosera**.

No mesmo tempo (8) é expressão que diz respeito, não à morte de Arão, mas à rebelião em Horebe, quando os levitas atenderam ao chamado de Moisés (Êx 32.26). O registro em Números 3.25,26,30,31,36,37 apresenta os deveres dos levitas. Além de cuidar do Tabernáculo, tinham de ajudar os sacerdotes e, provavelmente em data posterior, participar de corais na adoração. O dever dos levitas era servir o Senhor. Para exercer esta função, eles estavam isentos de cultivar a terra, sendo sustentados com os dízimos das outras tribos. Este é o significado da frase: **O SENHOR é a sua herança** (9).

Embora fosse povo rebelde, Deus perdoou Israel por causa da intercessão de Moisés: **O SENHOR me ouviu... não quis o SENHOR destruir-te** (10). Apesar do episódio

escandaloso do bezerro de ouro, Deus renovou a promessa de dar a **terra** (11). A história do concerto era uma história do fracasso do povo e da incessante graça de Deus.

6. *Exortações Finais* (10.12—11.32)
A subdivisão de 5.1 a 11.32 atinge seu clímax nesta exortação magnífica.

a) *As exigências de Deus* (10.12-22). Moisés e Miquéias fizeram a mesma pergunta indireta: **Que é o que o SENHOR, teu Deus, pede de ti...** Miquéias respondeu em termos de justiça, misericórdia e devoção humilde (Mq 6.8). Moisés dá extremo destaque à relação com Deus. É necessário dar uma resposta plena e fazer cinco coisas: 1) temer, o respeito reverente à deidade de Deus; 2) andar, a atividade nos caminhos de Deus; 3) amar, o afeto pessoal; 4) servir, a dedicação ao serviço de Deus; (5) guardar, a observância dos mandamentos de Deus (12,13). Este conjunto de ações resultaria em bem para quem o fizesse e para os outros. As ordens de Deus levam ao bem-estar pessoal e social para nós como levou para Israel.

Imensidão e condescendência estão ligados nos versículos 14 e 15. Os **céus**, remotos e misteriosos, e a **terra**, muito próxima e exigente, estão sob a soberania de Deus. Contudo, Ele está suficientemente interessado em "libertar seu coração em amor sobre" (RSV) indivíduos e nações e os escolher para cumprir seu propósito. Os israelitas tinham de reagir deixando de lado a obstinação e circuncidando o **prepúcio** do **coração** (16). Deus indica claramente que o homem pode satisfazer as exigências divinas entregando totalmente o coração a Deus e confiando nele para a retirada dos obstáculos (cf. 30.6).

Que tremenda revelação de Deus os versículos 17 e 18 apresentam! Temos soberania, imensidão, poder, reverência e eqüidade. Como seria terrível se o poder e a eqüidade se separassem! "Esta ordem de amar o estrangeiro não tem paralelo na legislação de outro povo da antigüidade."[12] A vida de Cristo é um comentário do versículo 18. As pessoas desafortunadas e desterradas sempre suscitam compaixão divina. Note a relação entre Deus e seu povo. Porque *Ele* ama o **estrangeiro** (18), assim *o seu povo* deve amar, assistido pela memória da experiência vivida no **Egito** (19). Quanto ao versículo 20, ver comentários em 5.11 e 6.13.

Ele é o teu louvor (21) significa "o objeto de teu louvor" (cf. NVI) ou "a tua honra e glória". "Trata-se de uma honra eterna a alma estar em relação de amizade com Deus."[13] A exortação se encerra com um apelo à história e experiência (22). Quanto a **setenta almas**, ver comentários em Gênesis 46.8-27.

(b) *As manifestações do poder de Deus* (11.1-7). O amor e a obediência genuínos aos **mandamentos** de **Deus** (1) são inseparáveis. Israel tinha boas razões para amar e obedecer àquele que demonstrara seu amor em **sinais** e **feitos** (3). Moisés fez distinção entre os indivíduos que eram suficientemente velhos para se lembrar dos fatos sobre os quais ele estava a ponto de falar e os **filhos** (2) que nasceram no deserto. **Instrução** ("disciplina", ARA) tem o significado de educação e correção.

Moisés menciona dois atos miraculosos de Deus: a derrota do **exército dos egípcios** (4) e a ruína de **Datã** e **Abirão** (6). Estas vitórias representam os inimigos externos e os inimigos internos. **Até ao dia de hoje** (4) dá a entender que os egípcios não empreenderam

outro ataque contra Israel, mas foram decisivamente derrotados. Corá não é mencionado, embora fosse um dos líderes da rebelião (cf. Nm 16.1-35). Esta omissão se deve, talvez, ao fato de seus filhos não terem morrido com ele (Nm 26.11), como no caso de Datã e Abirão. Portanto, a mesma destruição total não colheu sua família. Também pode ser que, pelo motivo de seus descendentes estarem presentes enquanto Moisés discursava, este quis poupá-los, não mencionando o nome do pai deles.

(c) *A bênção ou a maldição* (11.8-32). O tema que percorre todo o livro é proeminente ao final desta subdivisão: a obediência traz bênção, e a desobediência traz maldição (cf. cap. 28). Aqui, este tema está especialmente relacionado com a **terra**. Se os **mandamentos** forem observados, Israel possuirá a **terra** (8) e ali prolongará seus **dias** (9). O **Egito** é notoriamente uma terra seca onde a irrigação é um grande problema. **E a regavas com o teu pé** (10) se refere à formação de sulcos de água com o pé, ou ao uso do pé para fazer funcionar o mecanismo de irrigação. Canaã, com seus **montes** (11), em contraste com as planícies do Egito, tem chuvas abundantes. A chuva **temporã** ("as primeiras" chuvas, ARA) cai em outubro e novembro, logo depois da plantação das sementes. A chuva **serôdia** ("as últimas" chuvas, ARA) ocorre em março e abril para fazer crescer os grãos (11,12,14,15).

Temos um esboço sobre "A Terra de Canaã": 1) Terra de abundância, 9; 2) Terra com uma diferença, 10; 3) Terra sob o favor dos céus, 11,12.

A declaração de que as chuvas são condicionais à obediência (13-17) causa certa dificuldade. Em primeiro lugar, Jesus declarou que Deus envia o sol e a chuva sobre justos e injustos (Mt 5.45). Há também o fato de que bons fazendeiros cristãos sofrem por causa da seca. Talvez Deus tenha usado métodos especiais na educação da raça eleita. A maioria dos estudiosos admite que a obediência e o bem-estar têm relação entre si, e que até a natureza trabalha a favor de propósitos morais. A fé afirma que a bênção vem depois da obediência, e se a prosperidade material é detida, serve somente para que a bênção seja dada de forma mais profunda e duradoura (cf. comentários em 7.12-15).

Pela razão de as leis de Deus serem as leis da sobrevivência, todos os meios devem ser envidados para garantir que não sejam esquecidas (18-20; cf. comentários em 6.7-9). Se fossem obedecidas, onde quer que os israelitas colocassem os **pés** seria possessão deles, e as fronteiras seriam suficientemente amplas para desafiar a fé (24; cf. comentários em 1.7).

Nos versículos 22 a 25, vemos o tema "Tomar Posse da Terra". 1) A condição para a conquista bem-sucedida é a obediência a Deus, 22,23; 2) Obediência incessante significa posse permanente, 24; 3) Aqueles que se identificam com Deus são o terror dos inimigos. A resistência se derrete na presença divina, 25 (G. B. Williamson).

Para fazer cumprir a alternativa de bênção e maldição, tinha de ser encenada uma peça dramática nacional, com o **monte Gerizim** representando a bênção e o **monte Ebal**, a maldição (29; cf. comentários em 27.11-26). Estes montes seriam bem visíveis de onde Moisés falava. Eles ocupavam uma posição central na terra **defronte de Gilgal** (30; claro que não a Gilgal perto de Jericó, mas a Gilgal nas proximidades de Siquém) **junto aos carvalhais de Moré**. Foi aqui que Deus disse a Abraão: "À tua semente darei esta terra" (Gn 12.7). A **campina** seria uma região plana e aberta (cf. ARA; NTLH).

C. Outros Mandamentos, 12.1—26.19

A segunda divisão da seção principal do livro trata de outros mandamentos que, junto com o Decálogo, formavam a coleção completa de leis para a terra. As palavras iniciais do capítulo 12 deixam claro que está sendo apresentada outra etapa do assunto.

1. *Leis Relativas a Religião* (12.1—16.17)

Encabeçando estas leis, estão os regulamentos concernentes ao santuário central, sobre o qual se concentra a principal controvérsia dos estudiosos em relação a Deuteronômio.

a) *O santuário central* (12.1-32). As **altas montanhas** e os **outeiros** (2) eram os lugares prediletos de adoração entre os cananeus. Eram escolhidos por causa de sua suposta acessibilidade aos deuses celestes. A **árvore verde** ofereceria sombra, além de ser considerada sagrada. Estes locais foram uma cilada para os israelitas e se tornaram lugares de adoração irregular e — o que é mais sério — idólatra. Tais práticas foram veementemente condenadas pelos profetas (cf. Jr 2.20; Ez 18.6; Os 4.13). Todos os indícios da adoração cananéia tinham de ser destruídos, inclusive os **bosques** (3; *cf.* comentários em 1.5) e as **estátuas** ("colunas", ARA; *mazzebah*, lit., algo "levantado"). Estes objetos eram símbolos pagãos dos cananeus (7.5; Êx 23.24), sendo erigidos dentro ou perto dos templos de Baal (2 Rs 3.2; 10.26,27) e nas proximidades dos aserins, símbolos da deusa cananéia Asera (traduzido por "imagens do bosque" em 1 Rs 14.23; 2 Rs 17.10).[14] É possível que a estátua ou coluna representasse a deidade masculina e o bosque (hb., *asherah*), a deidade feminina. Contudo, a palavra *mazzebah* pode se referir a um monumento perfeitamente legítimo (*e.g.*, Gn 28.18; Êx 24.4; Is 19.19).

Assim não fareis para com o SENHOR, vosso Deus (4). Esta ordem diz respeito à multiplicação de santuários pelos cananeus, como esclarece o versículo seguinte. Certos rabinos julgam que se refere a destruir os nomes dos falsos **deuses** (3) e entendem que significa que o nome do Senhor não deve ser destruído do mesmo modo que os nomes das deidades pagãs. É por isso que os livros hebraicos, nos quais ocorre o nome sagrado, são reverentemente enterrados em vez de serem destruídos quando já não podem ser usados.

Os israelitas tinham de ir ao **lugar que o SENHOR** escolhesse **de todas** as **tribos, para ali pôr o seu nome** (5). A este lugar, deviam levar **holocaustos** e **sacrifícios** (Lv 1—7), **dízimos** (cf. comentários em 14.22-29), **oferta alçada** (*terumah*, a porção sacerdotal dos sacrifícios, *e.g.*, Êx 29.27,28; Lv 7.14,32), **votos** ("ofertas votivas", ARA), **ofertas voluntárias** (como indica o nome, "ofertas feitas por vontade própria", NTLH) e os **primogênitos** das **vacas** e das **ovelhas** (6; Êx 13.12,13). Esta passagem pressupõe o ensino dos outros livros do Pentateuco concernente aos itens mencionados no versículo 6.

Nada seria mais natural que o ensino deste capítulo relativo ao santuário central. Este assunto nunca apresentara problema. Desde a libertação do Egito, a nação desfrutara de unidade sob a liderança de Moisés. Agora o líder sairia de cena e os israelitas teriam de entrar na terra e conquistá-la, deixando as mulheres e crianças de três tribos no lado leste do Jordão. As campanhas militares contra Seom e Ogue e as providências

relativas às mulheres e crianças de Rúben, Gade e da meia tribo de Manassés já haviam interrompido a vida normal da nação e o padrão estreitamente entrelaçado de governo e adoração. Este é provavelmente o significado do versículo 8. Moisés conjeturou que haveria certo lapso de tempo antes que fosse possível cumprir regularmente os regulamentos do santuário central. **Mas passareis o Jordão** e quando o **SENHOR** vos der **repouso de todos os vossos inimigos em redor** (10), **então, haverá um lugar** (11) que será o centro da adoração, bem como tribunal de apelação e lugar de orientação. Esta idéia já estava sob consideração desde o começo dos primeiros dias do concerto. Em sua configuração inicial, pressupunha o comparecimento de todo homem perante o Senhor três vezes por ano: na Páscoa, no Pentecostes e na Festa dos Tabernáculos (Êx 23.14-17; 34.18-23). Agora, na véspera de Israel entrar na terra, Deus esclarece os pormenores.

As ocasiões das visitas tinham de ser festas de alegria e relações sociais. A alegria é uma das características de Deuteronômio (14.26; 16.11; 26.11). Estes tempos de confraternização santa fortaleceriam a fé do indivíduo e a unidade da nação. Também seria expediente de proteção contra a apostasia e os falsos deuses. O maior perigo que os israelitas incorriam era cair nas práticas dos cananeus, usar seus santuários, construir altares nas localidades e adorar o Senhor, ou até o Baal local, com os ritos dos cananeus (cf. 29-31). Foram por estas e outras razões que a adoração sacrifical regular foi confinada ao santuário central (13,14).

Até aqui, o ato de matar animais para comerem era feito junto ao Tabernáculo. A carne não fazia parte da dieta diária dos israelitas; era algo circunstancial quando comiam. Quando o Tabernáculo era de fácil acesso, isto não apresentava problema. Agora o regulamento é atenuado, permitindo a matança de animais exclusivamente para comida e não como ato de sacrifício (17,18,26,28): **Degolarás e comerás carne... dentro de todas as tuas portas** (15). A única e importantíssima restrição era abster-se de comer **sangue** (16). **O sangue é a vida** (23). Não deviam comê-lo, porque o sangue pertencia a Deus e lhe era oferecido no altar. Para que não fosse oferecido num altar pagão, Deus ordenou que fosse derramado **na terra** como **água** (24). Esta era a prática vigente no caso de animais selvagens, como o **corço** (22; "gazela", NTLH; NVI) e o **veado**. Também podiam comer os animais domésticos mortos dessa maneira, tanto o **limpo** quanto o **imundo**, visto que não eram oferecidos em sacrifício (15,22).

Até que ponto esta lei do santuário central proibia sacrifícios em outros lugares? Com certeza proibia o indivíduo comum de erigir um altar de acordo com seu bel-prazer (13). Mas na primeira configuração do concerto havia instruções referentes à construção de "um altar de terra" para "holocaustos" e "ofertas pacíficas" ("ofertas de paz", NTLH). E Deus deu a garantia de que, em todo lugar onde Ele fizesse celebrar a memória do seu nome, Ele viria e abençoaria (Êx 20.24). No caso de "um altar de pedras", tinha de ser de pedra ao natural (Êx 20.25). Em 27.5-7, Moisés ordenou que, no monte Ebal, os israelitas construíssem um altar com estas especificações para nele oferecerem "holocaustos" e "ofertas pacíficas" ("ofertas de paz", NTLH). O Tabernáculo com o altar de bronze ainda existiam e estes indubitavelmente faziam parte do santuário central.

Pelo que deduzimos, ainda que fosse proibido ao israelita comum erigir altares de acordo com inclinação própria, um profeta inspirado ou líder autorizado podia erigir um e usá-lo em circunstâncias especiais. Era o que acontecia no caso de teofania (uma aparição especial de Deus; cf. Jz 6.25,26; 13.15-20; 2 Sm 24.17,18). Na ausência do

santuário central em Siló, houve tempo em que Samuel sacrificou em diferentes altares (1 Sm 7.9; 9.12; 16.5). Nos dias do reino dividido, Elias reconstruiu um altar no monte Carmelo (1 Rs 18.30,31).

Identificamos nas regulamentações do santuário central certas condições imprescindíveis para o seu cumprimento adequado: **Repouso de todos** os **inimigos em redor** para que os israelitas morassem **seguros** (10). As Escrituras declaram que esta situação ocorreu três vezes em Israel: ao final das conquistas sob o comando de Josué (Js 23.1); no tempo de Davi (2 Sm 7.1); e nos dias de Salomão (1 Rs 5.4), em cujo reinado construíram o Templo. Infelizmente, o reino foi dividido no reinado do seu filho.

Como declaramos na "Introdução", os estudiosos que seguem uma forma modificada da hipótese de Wellhausen insistem que os regulamentos explícitos para o santuário central são uma melhoria distinta dos dizeres de Êxodo 20.22 a 23.33 e se contradizem. Afirmam que a explicação é que Deuteronômio foi escrito muitos séculos depois da passagem de Êxodo, a qual é designada ao que chamam fonte eloísta. Hoje em dia, os estudiosos que advogam este ponto de vista tendem a ver semelhança muito maior entre os textos de Êxodo 20.22 a 23.33 e Deuteronômio 12 que antigamente. Reconhecem que desde o início havia a idéia e existência de um santuário central em Israel. Esta parece ser tendência na direção certa.

A interpretação dada acima está de acordo com os estudiosos da escola conservadora, leva em conta o caráter geral das Escrituras e dá elevada proeminência à sua inspiração.[15]

b) *A apostasia* (13.1-18). Este capítulo trata de três casos de possível apostasia.

(1) O *primeiro caso de possível apostasia* é por intermédio de um **profeta ou sonhador de sonhos** (1-5). Estes dois eram classes de pessoas por quem o Senhor comunicava sua vontade ao povo (cf. Nm 12.6). Também existiam nas religiões pagãs. Em Israel, como no caso sob consideração, havia falsos profetas que por razões várias falavam o oposto da vontade do Senhor (cf. 1 Rs 22.6,8,20-23; Jr 6.13; 28.1-17). O texto admite que era possível o falso profeta dar um **sinal ou prodígio** que se cumpriria; em outras palavras, fazer algo que parecesse sobrenatural ou milagroso.

O Senhor permitiria esta ocorrência para testar o amor e a lealdade do seu povo (3). A prova que tinham de aplicar ao profeta não era se ele podia fazer o fato espetacular, mas se ele se mantinha fiel à lei de Deus (2). Podemos levar a sério esta prova do verdadeiro profeta (cf. Is 8.19,20). O registro bíblico previne o perigo com uma advertência negativa (3) e o reforça por uma ordem positiva: **Após o SENHOR, vosso Deus, andareis, e a ele temereis, e os seus mandamentos guardareis, e a sua voz ouvireis, e a ele servireis, e a ele vos achegareis** (4). A verdadeira proteção contra a apostasia é o compromisso total com Deus. O termo **SENHOR** vem no começo da sentença no original hebraico e o pronome **ele** está na primeira posição em cada frase. A ênfase da vida deve estar *nele*. Uma vida inteiramente consagrada, limpa e cheia do Espírito é a melhor defesa contra o pecado, assim como um corpo ativo e saudável é a melhor defesa contra a doença.

O texto também nos adverte a não termos uma atitude muito crédula aos que detêm cargos oficiais. Os que estão em posição de destaque na igreja têm o direito de serem respeitados e sustentados na medida que são leais a Deus e sua Palavra. Mas Deuteronômio, o manual do leigo, esclarece que até o indivíduo cujo ofício requer respei-

to pode falhar em sua responsabilidade (cf. Arão, 9.20,21). Se ele se afasta da vontade revelada de Deus, sua autoridade tem de ser rejeitada.

O falso **profeta** ou **sonhador de sonhos** devia morrer, porque era culpado de tentar desviar as pessoas da lealdade a seu Deus e seu Redentor. Os falsos líderes procuram **apartar** as pessoas do **caminho** do **SENHOR** (5), ou seja, do estilo de vida de Deus ("ensinou rebeldia contra o Senhor, vosso Deus", RSV; cf. ARA). Kline declara que nos tratados de suserania antigos (cf. "Introdução" e comentários em 9.7-17), o vassalo tinha de se comprometer em não ser conivente com palavras maldosas ditas contra o suserano. No caso de rebelião ativa, o suserano tomava medidas militares contra os ofensores. Em tais casos, o vassalo tinha de manifestar fidelidade ao seu senhor, pouco importando quem fosse o ofensor, quer príncipe ou parente próximo.[16]

(2) Isto nos leva ao *segundo caso possível de apostasia*: por um parente ou amigo (6-11). Primeiramente, o texto considerou a tentação que vem de alguém em posição de autoridade religiosa. Estes versículos tratam de exemplos de sedução por meio de afeto natural. Pelo visto, esta foi a causa da queda de Adão. Ele não foi enganado pela mentira da serpente (cf. 1 Tm 2.14), mas aceitou como sua a crença da esposa que amava (cf. a **mulher do teu amor**, 6). Note a intimidade das relações: o **filho da tua mãe**, relação muito mais próxima que o filho do mesmo pai, mas de mães diferentes no caso de várias esposas; o **teu amigo, que te é como a tua alma**. O profeta *diz* (2); o ente querido *incita* (6).

Pouco importando qual seja o grau da tentação, esta deve ser rejeitada. Ao longo das páginas de Deuteronômio, a maior ameaça são as falsas religiões da terra (cf. 6.14; 7.1-5; 12.2,3; 20.15-18). Os falsos deuses, onde quer que estejam, dividem a dedicação que pertence unicamente ao Senhor e, por isso, devem ser totalmente repelidos. Não só o ato externo deve seja recusado, mas também o consentimento interior (8) ou o mais leve indício de demonstração simpatizante. Caso se trate de escolha entre repudiar Deus ou a pessoa que mais amamos, não devemos hesitar. Temos de nos achegar a Deus (4) e desmascarar o parente ou amigo querido. Este procedimento dá a entender que o parente ou amigo persiste na apostasia, pois é claro que a pessoa que sofreu a tentação procure, antes de denunciá-lo, ganhar quem o tentou de volta ao Deus de Israel. Mesmo que se saiba que a denúncia signifique morte, devemos aceitar a morte de um amado em vez de sermos coniventes na infidelidade contra Deus. **Com pedras o apedrejarás** (10) era a forma habitual de execução entre os hebreus.

Jesus faz a mesma exigência suprema na lealdade dos seus discípulos como Deus faz nestes versículos (cf. Mt 10.34-39). Esta é uma das evidências de sua deidade, pois só Deus tem este direito supremo. Como Criador, suas reivindicações têm precedência sobre todos os seus dons na criação: materiais, mentais ou pessoais.

(3) A *terceira fonte de possível apostasia* era por meio dos **filhos de Belial** (13), ou seja, "filhos da inutilidade". "O termo [é] repetidamente usado nas Escrituras para se referir a criminosos devassos, *vis* em palavras, pensamentos e ações."[17] Neste caso, não há desculpa. É um despojamento arrogante da prudência e a aceitação insolente de uma religião que favorece os desígnios mais escusos ou as paixões mais ignóbeis da natureza. Esta ação está muito em evidência hoje em dia, quando práticas más pertencentes às

eras sombrias da raça humana são descaradamente defendidas por quem assevera pontos de vista "avançados". No caso em questão, presumimos que a **cidade** inteira consente espontaneamente com esta rebelião petulante contra o Deus de Israel.

(4) *A execução da justiça* (14-18). Fato particularmente interessante neste caso é o cuidado meticuloso para a confirmação indubitável da ocorrência da apostasia antes da execução do julgamento. Os israelitas tinham de inquirir, informar-se e perguntar com diligência (14). Somente após a comprovação verdadeira e certa da acusação é que deveriam tomar ação radical. Se ao ouvirmos fofocas sobre nossos irmãos fôssemos escrupulosamente justos com eles e nos recusássemos a acreditar em tudo que fosse prejudicial ao seu caráter (a menos que a história fosse indubitavelmente comprovada), os caluniadores estariam perdendo tempo.

O destino prescrito para a **cidade** (15) apóstata é terrível. Tinha de ser "posta sob maldição" (*cherem*), "destruindo-a completamente e tudo o que nela" houvesse (ARA).

Dois pontos são dignos de observação. Primeiro, não se devia dar proeminência aos executores da sentença. A função de caçadores de heresia não tinha de se tornar ocupação lucrativa, como lamentavelmente ocorreu na Idade Média. **Também nada se pegará à tua mão do anátema** (17; cf. Acã, Js 7). Segundo, os israelitas tinham de administrar o mesmo tratamento severo ao seu pessoal como impunham aos cananeus, se as próprias comunidades israelitas se identificassem com as práticas dos cananeus (cf. o destino de Gibeá e cidades circunvizinhas, Jz 20.37,48).

Três razões são dadas para a tomada de ação drástica contra os apóstatas inveterados. Primeiramente, **tirarás o mal do meio de ti** (5). Em segundo lugar, como meio de intimidação aos outros: **Para que todo o Israel o ouça e o tema, e não se torne a fazer segundo esta coisa má no meio de ti** (11). Ação firme e destemida, no momento certo, pode cortar o mal logo no início. Dizem que Kerensky, o líder liberal russo, poderia ter debandado os bolcheviques com um tiro de canhão caso tivesse disparado no momento psicológico. Em terceiro lugar: **Para que o SENHOR se aparte do ardor da sua ira, e te faça misericórdia... e te multiplique** (17). Se desejamos a bênção de Deus, temos de eliminar de nosso meio as coisas que lhe causam tristeza.

O cenário deste capítulo se ajusta devidamente aos dias de Moisés e ao período prémonárquico. Esta é outra evidência da autenticidade do livro.

c) *Os alimentos limpos e imundos* (14.1-21). O propósito desta subdivisão está indicado nos dois versículos iniciais. Por serem **filhos... do SENHOR, vosso Deus** (1), os israelitas deviam evitar práticas incompatíveis com tal relação privilegiada. O ato de cortar o corpo e o cabelo da testa (ARA) em relação aos mortos "tinha associações pagãs e, talvez, visava concluir o concerto com o defunto, em cuja sepultura ofereciam o sangue derramado ou o cabelo cortado".[18]

De forma semelhante, o texto descreve que Israel é o **povo santo ao SENHOR**, que o **escolheu** para ser **o seu povo próprio** (2). Portanto, os israelitas não deviam comer "coisa alguma abominável" (3, ARA).

Certos animais alistados eram impróprios para consumo humano e, neste caso, as regras são leis dietéticas para proteger a saúde do povo do Senhor. Em outros casos, a razão para a proibição não é tão facilmente entendível. Além das razões de saúde, os

judeus consideravam que a observância das leis dietéticas tinha mais dois motivos importantes. Primeiro, as leis os separavam das outras nações e evidenciavam o caráter de povo eleito. Segundo, davam oportunidade para exercitar a fé e a obediência aos estatutos divinos, os quais transcendiam o raciocínio humano. Na dispensação do Novo Testamento, essas leis não têm mais aplicação (Mc 7.19; Rm 14.14; 1 Tm 4.4), embora o bom senso no cuidado do corpo, o templo do Espírito Santo (1 Co 6.19), dite abstinência de alimentos que fazem mal.

Os animais limpos eram os que têm **unhas fendidas** (6) e remoem. Os israelitas tinham permissão para comer peixe **que tem barbatanas e escamas** (9). A lista começa com os animais domesticados e depois classifica as caças permissíveis para consumo humano. Os versículos 7 e 8 relacionam os animais proibidos. Os versículos 12 a 18 mencionam as aves proibidas, e o versículo 19 trata dos répteis (cf. a lista na NTLH). Nem todos os animais apresentados na lista podem ser categoricamente determinados.

Por óbvias razões de saúde, os israelitas deviam evitar todo animal que tivesse tido morte natural (21; cf. NTLH). Pelo visto, havia estrangeiros dentro e fora das fronteiras de Israel que não se prendiam a este detalhe.

Certos expositores entendem que a proibição de cozinhar o **cabrito com o leite da sua mãe** (21) esteja baseada em princípios humanitários. Outros são propensos à opinião de que se refere a um ritual cananeu, provavelmente um feitiço de fertilidade.

d) *Os dízimos* (14.22-29). Nestes versículos, as regulamentações sobre dizimar são claras e diretas. A cada ano, a **novidade** da **semente** plantada nos campos tinha de ser dizimada pelos israelitas, ou seja, a décima parte era separada para propósito especial. Esta porção, com os **primogênitos** das **vacas** e das **ovelhas**, tinha de ser levado ao santuário central e comido num banquete religioso **perante o SENHOR, teu Deus** (23). Se o santuário central estivesse muito longe da casa do dizimador (24), este tinha permissão de vender o décimo de sua produção agrícola e o primeiro filhote das vacas e das ovelhas e, com o dinheiro, comprar tudo que desejasse para o banquete no santuário (25,26). Deste banquete, os levitas tomavam parte (27).

A cada três anos, os **dízimos** (28) e os primogênitos eram recolhidos para dentro das **portas** do dizimador para proporcionar um banquete para o **estrangeiro**, o **órfão** e a **viúva** (29).

Levando em conta que todo sétimo ano a terra não era cultivada (Lv 25.1-7), não haveria dízimo durante aquele ano.

A passagem de Números 18.21,24 declara nitidamente que os levitas receberiam o dízimo dos irmãos israelitas. Surge a questão: Como conciliar os regulamentos de Deuteronômio com esta declaração? Falando em termos gerais, há dois pontos de vista. Há críticos que acham que os regulamentos em Deuteronômio se referem à apresentação oficial do dízimo. Este ato ocorre em um banquete cerimonial, o qual o dizimador e sua família compartilham com os levitas. Este banquete é feito na cidade do dizimador a cada três anos, no qual também participam o **estrangeiro**, o **órfão** e a **viúva**. Em cada ocasião, o levita fica com a maior parte do dízimo que sobra do banquete religioso.

A concepção judaica é que as providências nestes versículos dizem respeito a um segundo dízimo além do primeiro, que, de acordo com Números 18.21,24, era dado inteiramente aos levitas. Isto significa que quase um quinto da renda é dado em dízimos,

embora a maior parte do segundo dízimo, não considerando todo terceiro ano, é consumido pelo dizimador e sua família. Esta não só é uma opinião teórica sobre a passagem, mas é uma prática entre os judeus.

Se os judeus que vivem sob a lei reconhecem a soberania de Deus na disponibilidade da renda, com muito mais disposição os cristãos devem dar regular, proporcional e alegremente levando em conta o Dom indizível de Deus!

e) *O perdão para os devedores* (15.1-11). A palavra **remissão** (2) significa perdoar ou cancelar uma dívida, como aqui, ou deixar os campos sem cultivo, como em Êxodo 23.11. Estes dois procedimentos tinham de ser feitos no sétimo ano.

O perdão das dívidas nesta ocasião limitava-se ao israelita: o **próximo** e o **irmão**. Este privilégio não se estendia ao **estranho** (3; *nokri*, membro de outra nação, que neste caso tem relações comerciais com Israel). O **estranho** é diferente do **estrangeiro** (*ger*) citado em 14.29. Este "estranho" pertence a outra raça, mas fez de Israel seu lar.

O contexto destes versículos refere-se às condições de uma comunidade agrícola, na qual a dívida é contraída por causa de pobreza. Não se aplica a uma nação comercial, onde o crédito faz parte essencial da economia. Quando as condições mudaram, Hillel, no século I d.C., modificou os regulamentos para terem aplicabilidade em uma comunidade comercial.

Certos expositores advogam que estas providências objetivam apenas que o credor não deve exigir seu direito ao pagamento da dívida durante o sétimo ano, quando a terra do devedor teria de ficar sem cultivo.[19] Mas os intérpretes judeus entendem que a lei é quitação total da dívida; neste parecer, eles são apoiados pela maioria dos estudiosos. Pelo que presumimos, se as circunstâncias mudassem, o devedor estaria livre para pagar a quantia que lhe fora emprestada, mas o credor não poderia cobrá-la.

Não há inconsistência entre o versículo 4: **Somente para que entre ti não haja pobre**, e o versículo 11: **Pois nunca cessará o pobre do meio da terra**. Observe como Moffatt traduz os versículos 4 e 5: "Embora não deva haver pobre entre vós (pois o Eterno, vosso Deus, vos fará prosperar na terra que o Eterno, vosso Deus, vos designar como vossa própria posse), contanto que presteis atenção à voz do Eterno, teu Deus, e estejais atentos a obedecerdes todos estes mandamentos apresentados por mim hoje" (cf. NTLH). Idealmente, não haveria pobres na terra, se Israel fosse totalmente obediente. Mas a experiência de Moisés o leva a duvidar do cumprimento das condições, por isso elabora leis a favor dos pobres. Se de todo o coração Israel obedecesse aos mandamentos do Senhor, além de não haver pobres na terra, a nação israelita seria credora — **emprestarás a muitas nações** (6). Esta promessa se cumpriu em eras como os reinados de Davi e Salomão. Quando os israelitas passaram da agricultura para as finanças, exerceram grande poder como financistas, embora até que ponto esta condição se deveu a obediência à lei seja questão de debate.

Duas características de Deuteronômio estão presentes nestes versículos: preocupação pelos pobres e ênfase na atitude do coração. **Não endurecerás o teu coração, nem fecharás a tua mão a teu irmão que for pobre** (7). Como diz Matthew Henry: "Mão fechada é sinal de coração endurecido".[20]

Moisés estava pronto em antecipar a tentativa dos egoístas em frustrar os benefícios desta legislação humanitária. Há indivíduos que não se importarão com a necessidade

do irmão, mas privilegiarão a possibilidade de pagamento. A recusa em emprestar, porque o **ano da remissão** (9) se aproximava, é atribuído a um "pensamento vil no teu coração" (ARA). O pensamento vil cogitado no coração pode resultar em ato vil, trazendo culpa perante Deus e plantando a semente de um caráter vil. Dar voluntariamente e de bom grado desencadeia bênçãos divinas sobre todos os nossos trabalhos (10).

Talvez Jesus tivesse este capítulo em mente quando proferiu as palavras registradas em Lucas 6.30-36.

Nestes versículos, vemos "Coração e Atitude". 1) Coração endurecido e mão fechada, 7; 2) Coração mau e olhos maus, 9; 3) Coração generoso e mão-aberta e abençoada por Deus, 10,11.

f) *O perdão para os escravos* (15.12-18). A escravidão fazia parte do cenário contemporâneo, mas a legislação mosaica modificou seus rigores e tomou providências para seu fim em condições generosas. Estes versículos são uma amplificação da passagem de Êxodo 21.1-6. A lei rege escravos e escravas (Êx 31.7-11 se refere ao caso especial de um pai vender a filha para noivado).

Depois de servir por **seis anos** (12), o escravo receberia alforria no **sétimo**. Pelo visto, esta não é menção ao ano sabático como no caso de dívidas, mas a qualquer período de sete anos a contar do início do serviço. De acordo com o versículo 14, com os presentes do **rebanho**, da **eira** e do **lagar** do seu senhor, o escravo liberto começaria a vida com o suficiente para ter independência. Há três motivos para o senhor do escravo fazer assim: primeiro, porque ele próprio é tratado generosamente pelo **SENHOR** (14); segundo, ele, ou antes, seus antepassados, foram escravos no **Egito** e o **SENHOR** os **resgatou** (15); e terceiro, tendo o ex-escravo como membro permanente da casa, ele recebeu duas vezes o benefício de um **jornaleiro** (18; "empregado", NTLH; "trabalhador contratado", NVI), que trabalhava somente em horários ajustados.

Se o escravo desejasse ficar, havia meios para isso (16,17). Neste caso, em confissão de amor por seu senhor e sua casa, ele recebia a marca vitalícia de escravidão por amor na **porta** da casa do seu senhor. Este costume valia para o escravo e para a escrava — **também assim farás à tua serva** (17). Talvez Paulo estivesse se referindo a este costume quando disse: "Trago no meu corpo as marcas do Senhor Jesus" (Gl 6.17). Há cicatrizes que podem ser recebidas no serviço do Mestre.

Há três características do "Escravo de Deus por Amor". 1) Sua determinação: **Não sairei de ti**; 2) Seu motivo: **Porquanto te ama a ti e a tua casa**; 3) Sua razão: **Por estar bem contigo**, 16.

g) *Os primogênitos* (15.19-23). Esta passagem enfatiza que todo o **macho** primogênito das **vacas** e das **ovelhas** tinha de ser dedicado ao **SENHOR** (19), para emprego conforme suas ordens. Os israelitas não deviam fazer uso indevido do animal dedicado, colocando o primogênito do **boi** no trabalho da fazenda ou tomando a lã do primogênito da ovelha para uso doméstico. Se o filhote primogênito tivesse **algum defeito** (21), devia ser tratado como os animais comuns de uma fazenda. Podiam comer a carne do animal, contanto que observassem esta condição única: despejar o **sangue** na **terra** (23; cf. 12.23). Assim, o povo do Senhor é ensinado a consagrar só o melhor para Deus e a consagrá-lo por inteiro.

Perante o SENHOR, teu Deus... comerás (20) o primeiro filhote macho dos animais. Em Números 18.17,18, os primogênitos são dados aos sacerdotes, e há interpretes que opinam que as palavras **tu e a tua casa** se refiram àqueles.[21] Outros entendem que estas palavras dizem respeito ao segundo dízimo (ver comentários em 14.22-29).

Comerás os primogênitos **de ano em ano**. "Ou seja, a oferta não deve ser adiada para o ano seguinte. Esta normativa não está em desacordo com a declaração em Êxodo 22.29,30: 'Ao oitavo dia mos darás', pois o Mechilta explica que esta condição significa do oitavo dia em diante (cf. Lv 22.27)."[22]

h) *As reuniões nacionais* (16.1-17). As festas descritas neste capítulo são as três que tinham de ser celebradas no santuário central, depois que Israel se instalasse na terra. Os dizeres do versículo 16 são semelhantes aos termos usados em Êxodo 23.14-17 e 34.18-23. Para inteirar-se da lista completa das festas, ver Levítico 23.1-44 e Números 28.16 a 29.40.

(1) *A Páscoa e a Festa dos Pães Asmos* (1-8). A palavra **abibe** (1) significa "as espigas verdes de cereal". Depois do exílio babilônico, o nome do mês foi mudado para *nisã*. É equivalente a março-abril em nosso calendário. O propósito da **Páscoa** era lembrar os israelitas da noite fatal no Egito, quando o Senhor feriu os primogênitos dos egípcios e salvou os primogênitos de Israel pelo sangue de um cordeiro. A referência a **ovelhas** (2) e **vacas** diz respeito ao cordeiro ou cabrito para o sacrifício da Páscoa e aos bois para o sacrifício festivo (cf. Nm 28.16-19). Contudo, certos estudiosos pensam que, ainda que a primeira Páscoa especifique um cordeiro ou um cabrito, a regra foi relaxada em Deuteronômio. **Cozerás** (7) é o significado geral do termo hebraico *bishshel*, embora tenha o sentido restrito de *assar*. O foco do texto de Êxodo 12.8 está no cordeiro que é assado. Na celebração da Páscoa registrada em 2 Crônicas 35.1-19, temos a declaração: "Assaram [o mesmo verbo hebraico usado em Dt 16.7] o cordeiro da Páscoa no fogo, segundo o rito; as ofertas sagradas [os bois] cozeram [mesmo verbo hebraico] em panelas, em caldeirões e em assadeiras" (2 Cr 35.13, ARA; cf. NTLH; NVI).

A Páscoa tinha de ser comida com **pães asmos** (3), rememorativo da **aflição** da escravidão egípcia e da pressa com que saíram da terra. As palavras: **Seis dias comerás pães asmos, e no sétimo dia é solenidade** (8), significam que os israelitas comiam pães asmos por sete dias no todo, ou seja, seis dias mais o sétimo (cf. 3,4).

Na primeira Páscoa, o cordeiro foi morto e seu sangue aplicado nas vergas das portas e janelas das habitações. Porém, quando se estabeleceram na terra de Canaã, os israelitas tinham de se reunir no santuário central para celebrar a Páscoa (2,5,6).

Quanto à significação da Páscoa para o cristão, ver 1 Coríntios 5.6-8.

(2) *A Festa das Semanas* (9-12). Esta festa ocorreria **sete semanas** (50 dias, daí a palavra grega *Pentecostes*, que significa "cinqüenta") depois do início da colheita da cevada. O cálculo começava com a apresentação do molho das primícias no dia 16 de abibe (cf. Lv 23.4-11). Tinha de ser ocasião de agradecimento, alegria e dádivas compassivas, com a mente voltada para passado a fim de promover a gratidão e a obediência (12). A festa seria observada no santuário central — o **lugar que escolher o SENHOR, teu Deus** (11).

(3) *A Festa dos Tabernáculos* (13-15). Esta festa celebrava o final da colheita, não só da cevada e do trigo, mas também dos vinhedos e árvores frutíferas (13). Durante **sete dias** (13) celebravam uma festa de regozijo e ação de graças, a mais alegre das festas de Israel. Todos deviam participar: o **levita**, o **estrangeiro**, o **órfão** e a **viúva** (14).

Os versículos 16 e 17 recapitulam o ensino dos versículos anteriores.

Nesta subdivisão, notamos o "Padrão das Reuniões Religiosas": 1) Devem lembrar as verdades fundamentais, 1,3,6,12; 2) Devem ser tempos de alegria grata, 11,14; 3) Devem ser oportunidades de dádiva grata, 10,17.

2. *Leis Relativas a Governo* (16.18—21.23)

Das leis religiosas, o tema do livro passa a tratar das leis relativas a governo. Começa com as pessoas que têm de administrar a lei.

a) *Os servidores públicos* (16.18—18.22). Já fomos informados sobre o dever dos juízes (1.16-18). Agora é dada informação adicional.

(1) *Os juízes* (16.18—17.7). Há diretivas para a nomeação de **juizes e oficiais** (18; ver comentários em 1.15) em várias localidades da terra. A porta era o lugar onde os anciãos da cidade se sentavam e tratavam de assuntos importantes. Mas aqui, a frase **em todas as tuas portas** significa não mais que uma cidade ou aldeia (cf. 5,11,14). O registro bíblico não declara qual era o método de nomeação, mas estaria no princípio observado em 1.13-15. A passagem de 1.16,17 dá instruções semelhantes aos juízes como ocorre aqui. O texto em estudo dá ênfase especial à recusa de subornos, o maior mal para deturpar a administração da justiça. Os subornos podem cegar e perverter até os **sábios** (19) e os **justos** (ou subverter "a causa dos justos", ARA). Note como Moffatt traduz a primeira parte do versículo 20: "A justiça, a justiça tu tens de visar".[23] Isto resume o caráter das mensagens do Antigo Testamento concernentes às relações civis e sociais.

Logo após a ordem para designar juízes, ocorrem três casos de violação religiosa. O primeiro caso é a proibição de estabelecer "poste-ídolo [ou Asera; cf. comentários em 7.5], plantando qualquer árvore junto ao altar do SENHOR, teu Deus, que fizeres para ti" (21, ARA; cf. comentários em 12.3). O versículo 21 é fatal à teoria de que Deuteronômio foi escrito no século anterior ao reavivamento de Josias, com vistas a centralizar toda a adoração em Jerusalém. Aqui, é óbvia a permissão para edificar outros altares além do santuário central.

A segunda violação religiosa mencionada é o sacrifício ao Senhor de **boi ou gado miúdo** (17.1; "novilho ou ovelha", ARA; cf. NVI) com **defeito** (cf. comentários em 15.19-23).

A terceira violação é o caso de apostasia (17.2-7). As questões religiosas não são tratadas por juízes civis, mas numa teocracia em que Deus é o Rei, as violações religiosas são uma afronta ao Soberano, e os transgressores ficam sujeitos à pena de morte. Por conseguinte, estavam sob a jurisdição do juiz. No caso de apostasia, tinham de tomar o cuidado de certificar-se de que a acusação era comprovadamente certa (4; cf. comentários em 13.14). O testemunho era necessariamente firmado por **duas ou três testemunhas** (6; cf. 1 Tm 5.19), as quais assumiam séria responsabilidade (7).

(2) *O supremo tribunal* (17.8-13). Se os juízes locais não conseguissem chegar a uma decisão, tinham de ir ao santuário central — **ao lugar que escolher o SENHOR, teu Deus** (8). Podiam ser questões de **sangue e sangue** (homicídios), **demanda e demanda** (ações civis) ou **ferida e ferida** (agressões). No santuário central, os **sacerdotes levitas** (cf. comentários em 18.1) e o **juiz** (9; o presidente do supremo tribunal, *e.g.*, Josué, Gideão, Samuel) julgariam o caso e dariam o veredicto de acordo com a lei (cf. 2 Cr 19.5-11). Este veredicto era final e todo aquele que arrogantemente se recusasse a aceitá-lo era culpado de pecado capital (12; cf. comentários em 1.43).

(3) *O rei* (17.14-20). Esta passagem se ajusta ao tempo de Moisés na véspera de entrar na **terra** (14) na mesma proporção em que não se ajusta em outro tempo. A monarquia é tratada como instituição permitida, pois não é estado ordenado; era uma concessão ao desejo de os israelitas serem como as **nações** ao **redor**. Pela maior parte de sua história, Israel existiu como nação sem rei. O **rei** (15) devia evitar os vícios dos monarcas orientais: amor ao poder (16), às mulheres e à riqueza (17). Foi o segundo destes itens que causou a queda de Salomão (1 Rs 11.1-13), e pela multiplicação de **cavalos** (16) ele entrou em relações comerciais com o Egito (cf. 1 Rs 10.28,29). O rei tinha de escrever para si uma cópia da lei, provavelmente Deuteronômio mas, possivelmente, todo o Pentateuco. Tinha de lê-lo constantemente e observá-lo, para que tivesse um reinado longo e seus filhos o sucedessem. Seria escolhido dentre seus **irmãos** (15) e permanecer irmão, embora fosse rei (20). Era Deus quem fazia a escolha (15), expressa por intermédio de seus servos, os profetas, e endossado pelo povo (cf. 1 Sm 10.24; 16.11-13; 2 Sm 5.1-3; 2 Rs 9.1-13).

(4) *Os sacerdotes e levitas* (18.1-8). A análise de diversos servidores responsáveis em administrar a vontade divina por toda a nação continua com os **sacerdotes** e os **levitas** (1). Os **sacerdotes** são apropriadamente incluídos em tal contexto. A atual distinção entre sacro e secular era alienígena ao antigo israelita que considerava que a totalidade vida estava fundamentada no Senhor e, portanto, submissa ao controle divino. Isto explica a desconcertante facilidade com que o livro passa dos assuntos religiosos para os regulamentos civis e vice-versa. Esta passagem ilustra esta característica geral — o sacerdote está em parceria com o juiz na administração da justiça (17.9).

Este e vários outros textos deuteronômicos (e.g., 17.9,18; 21.5; 24.8; 27.9) descrevem que os sacerdotes são **sacerdotes levitas** (1) ou "sacerdotes os filhos de Levi". É ponto padrão com Wellhausen[24] e seus seguidores que esta nomenclatura indica que todos os levitas eram sacerdotes. Esta posição é contestação material ao restante do Pentateuco (*e.g.*, Lv 1.5-9), segundo o qual os sacerdotes eram somente dos filhos de Arão. Todos os sacerdotes eram levitas, mas nem todos os levitas eram sacerdotes. Esta suposta "discrepância" é usada por Wellhausen para apoiar a conclusão de que os levitas foram rebaixados da posição que mantinham em Deuteronômio e, por conseguinte, a lei levítica deve ser posterior e não contemporânea a Deuteronômio como afirma ser.

De comum acordo, há obscuridades na relação entre os sacerdotes e os levitas. Aqui, como em outras partes, a lei nem sempre era observada ao pé da letra, quer por rematada desobediência ou por causa das exigências políticas da época. Por conseguinte, é perigoso procurar deduzir a lei pela prática israelita.[25]

Nada no contexto imediato impõe a conclusão de que todos os levitas eram sacerdotes. A frase em si — **os sacerdotes levitas** — não impõe, e o fato de o texto passar a elaborar leis exclusivas às necessidades dos **levitas** (6) demonstra que na mente do autor os dois papéis eram distintos. O uso dos outros escritores do Antigo Testamento que reconheciam a distinção confirma a idéia (*e.g.*, 2 Cr 30.27; cf. 25; Ml 3.3). Por conseguinte, a segunda frase no versículo 1: **Toda a tribo de Levi**, deve ser interpretada não como equivalente, mas como ampliação da primeira frase: **Os sacerdotes levitas** (cf. ARA; NVI).[26] Do campo da arqueologia, depois de exame minucioso dos dados pertinentes, Albright conclui: "Não temos justificativa [...] para descartar a tradição padrão israelita concernente aos sacerdotes e aos levitas".[27]

O propósito desta passagem (18.1-8) é estipular normas para o sustento material dos sacerdotes e de toda a tribo de Levi. Considerando que esta tribo foi dedicada ao serviço de Deus, Levi não foi aquinhoado com região territorial na Palestina como as outras tribos, mas recebeu o **SENHOR** (2) por **herança**. Na prática, o significado disso era que os levitas tinham parte nas ofertas feitas ao Senhor.

Tendo apresentado o princípio geral (1,2), o autor define sucessivamente as respectivas porções dos sacerdotes e dos levitas. As partes dos sacrifícios designadas aos sacerdotes diferem das indicadas em Levítico 7.30-34. Não há nada inerentemente surpreendente neste fato. Como é amplamente reconhecido hoje em dia, o padrão básico de Deuteronômio é de um antigo tratado de suserania.[28] Seu cenário de vida é a renovação do concerto entre Deus e Israel em vista da morte iminente do mediador, Moisés. Em tais renovações, "as partes preparavam novos documentos, nos quais atualizavam as estipulações precedentes. Deuteronômio é um documento de renovação de concerto; daí sua repetição com modificações atualizadas da legislação anterior".[29] Quanto à razão para esta alteração em particular, é plausível sugerir que objetivava evitar confusão com a prática pagã cananéia, segundo a qual o ombro direito do sacrifício era a porção sacerdotal.[30]

Apesar do caráter subordinado dos seus deveres (ver 10.8), o **levita** (6), que servia junto ao altar do Senhor, recebia proventos semelhantes ao sacerdote.[31] O suprimento vinha totalmente fora da renda proveniente da venda de herança (8) pessoal (em contraposição à herança tribal; cf. Jr 32.6-15).

É significativo que tão cedo na história do povo de Deus houvesse providências para o sustento dos seus ministros. Paulo apelou para esta lei quando apoiou seus direitos ao sustento, embora recusasse exercê-los (1 Co 9.8-18). A passagem em consideração estabelece: 1) O princípio, 1,2; 2) O método, 3,4; e 3) A medida, 8, desse sustento.

(5) *O profeta* (18.9-22). A pergunta crucial ao longo da história da religião é: Como saber a vontade de Deus? Era pergunta particularmente importante que os israelitas respondessem antes de entrarem em Canaã, porque, depois, achariam muitas outras respostas que não se harmonizariam com a crença que agora defendiam. Mantendo em mente este plano de fundo, faremos três observações importantes.

(a) Na questão sobre como saber a vontade de Deus, os israelitas não deviam ser guiados por prática cananéia vigente (9-14). Os exemplos convenientemente alistados ilustram a fossa abismal na qual essas **nações** (9) tinham caído.[32] Havia sacrifícios de crianças — fazer **passar pelo fogo o seu filho ou a sua filha** (10; cf. 12.29-31) —,

feitiçaria e necromancia. Nos quesitos em que a razão não proporcionava orientação, os homens buscavam esclarecimento no não-racional. Mas o Deus de Israel é o Deus da racionalidade, que elucida sua vontade de maneira moral e não mágica.

(b) O modo no qual o **SENHOR** (15) guia seu povo é por meio de seus servos, os profetas (15-19). Da mesma forma que Moisés foi o intermediário divino em **Horebe** (16), assim ele será sucedido por outros que desempenharão o mesmo papel. Não se trata de sucessão de profetas, mas de ser um único indivíduo, fato que está claro pelo teste do verdadeiro **profeta** (20-22). O texto deixa claramente implícito mais de um profeta. A tarefa do profeta é ser o porta-voz de Deus: ele **falará tudo o que eu lhe ordenar** (18; cf. Êx 7.1,2). No mesmo ato, o mediador do concerto também é o revelador da vontade divina. Com freqüência os profetas são apresentados nesta função, conclamando Israel de volta à lealdade a Deus (ver 1 Sm 11.14—12.25; 1 Rs 18.19-39).[33]

Contudo, a promessa é mais que mera sucessão de profetas. Este fato é esclarecido em 34.10, que, logicamente, rememora esta passagem.[34] Outros profetas surgiram desde a morte de Moisés, mas nenhum conheceu o Senhor de forma tão direta quanto ele. Desse tempo em diante, Israel sempre estava a procurar "o profeta" (*e.g.*, Jo 1.21; 7.40). Não o encontraram até que acharam Aquele, cuja glória era "como a glória do Unigênito do Pai" (Jo 1.14), que era o próprio "resplendor da sua glória, e a expressa imagem da sua pessoa" (Hb 1.3; cf. At 3.22,23).

(c) Se havia maneiras verdadeiras e falsas de buscar o conhecimento da vontade divina, também havia verdadeiros e falsos profetas. Como saber a diferença? Com um teste: o não cumprimento de predição é marca distintiva de falso profeta: **Quando... tal palavra se não cumprir, nem suceder... o SENHOR não falou** (22). Na realidade, esta não é a única marca. A questão já surgira e o princípio fundamental já fora estabelecido: Todo profeta que fizesse esforços para liderar Israel a seguir outros deuses era falso (ver 13.1-5). Para Moisés, a principal parte na revelação da vontade divina consistia em guiar a vida da comunidade. Mas outra parte do ministério profético (tb. relacionada com a primeira) dizia respeito ao descobrimento das coisas futuras, como ocorreu com Moisés. Para este quesito, mais outro teste seria necessário.

A palavra de Deus para seu povo antigo ainda é grandemente pertinente à nossa situação. O verdadeiro tema destes versículos é a antiqüíssima pergunta: Como o homem encontra Deus? Ao respondermos, faremos duas observações: 1) A frustração da busca do homem a Deus, 9-14. "As coisas encobertas são para o SENHOR, nosso Deus" (29.29), e não é procurando que o homem as encontra. 2) A auto-revelação de Deus ao homem, 15-19: de forma parcial e progressiva pelos profetas, de maneira completa e cabal pelo Filho (At 3.22,23; Hb 1.1,2). Particularmente surpreendente é a revelação do padrão que Deus espera do homem: **Perfeito serás, como o SENHOR, teu Deus** (13). É impossível melhorar o comentário de Manley: "Recebemos a ordem de sermos perfeitos (Gn 17.1; Mt 5.48), porque Deus não pode exigir menos que isso. A perfeição absoluta é inacessível ao pecador, mas é possível ter um coração perfeito (1 Rs 11.4; Cl 2.10)".[35]

b) *Leis para a nação e a família* (19.1—21.23). Tendo tratado dos administradores da justiça, Moisés se volta à tarefa de demonstrar aplicabilidades detalhadas. Estas

leis são uma mistura de "estatutos" e "juízos" (4.1). Nos *estatutos*, os verbos estão no futuro do presente, na forma positiva ou negativa. Os *juízos*, ou leis estabelecidas por precedente legal, têm o fraseado: "Quando um homem (ou alguém)..." Estes fraseados são comuns em concertos e leis que estão na forma de tratados que vigoravam no antigo Oriente Próximo.[36]

(1) *Justiça para os indefesos* (19.1-21). Os três exemplos não têm a mesma extensão no enunciado, mas são igualmente importantes. Refletem as necessidades e padrões de uma sociedade primitiva.

(a) *Justiça para o assassino culposo, ou seja, para quem matou por negligência, imprudência ou imperícia* (1-13). No antigo Israel, como em outras sociedades nas quais a organização estatal encontrava-se em fase embrionária, o direito de vingar o sangue era da família do defunto. Longe de ser vingança, esta era proteção da santidade da vida. Nesta função, esta lei não estava preocupada em abolir o ato vingativo — o assassino doloso ou premeditado tinha de morrer às mãos **do vingador do sangue** (12). Esta legislação estava relacionada a restringir aplicações injustas da vingança de sangue. A principal delas era a possibilidade de o parente enfurecido exigir a desforra de um assassino culposo ou involuntário (4-6).

Para prevenir semelhante erro judicial, havia lugares de refúgio onde o assassino acharia santuário até que o caso fosse investigado. Nos tempos mais primitivos, o altar era esse lugar (Êx 21.14). Mas nas circunstâncias outras de Canaã, nas quais o indivíduo poderia estar há muitos quilômetros do altar central (ver o v. 6), faziam-se necessárias outras providências. Este Deus tinha prometido (Êx 21.13;[37] Nm 35.9-29) e, em parte, suprido o que prometera (Dt 4.41-43). São ordens para a separação de **três cidades** (2,3,7) de refúgio, com a possibilidade de acrescentar **outras três cidades** (9). Contudo, não haveria proteção para o assassino doloso, ou seja, para quem quis o resultado ilícito ou assumiu o risco de o produzir (11-13). Em tais casos, os **anciãos** da **cidade** do criminoso fariam justiça, entregando-o para ser executado (12).

(b) *Justiça para o proprietário de terras* (14). Numa sociedade em que a base da riqueza estava em propriedades de terra, era importante, sobretudo para os pobres, que a posse tivesse garantias. Isto era feito por meio de marcos de divisa nos quais se inscreviam os limites da propriedade. Remover estes marcos divisórios era arruinar os direitos e meio de vida do proprietário. Por conseguinte, Deus ordenou: **Não mudes o marco do teu próximo**.

(c) *Justiça para o acusado* (15.21). O testemunho de, pelo menos, duas testemunhas para sustentar acusação de crime de pena capital, era regra já anteriormente estabelecida (17.6). Aqui, a lei é ampliada, abrangendo **qualquer iniqüidade** ou **qualquer pecado** (15). Além disso, é apresentado um meio de intimidação contra o perjúrio provocado com a intenção de prejudicar o acusado. Quando há suspeita disso, a evidência deve ser investigada cuidadosamente. Se condenado, o perjuro deve sofrer a pena que quis ocasionar em **seu irmão** (18). **Bem inquirirão** significa "examinarão o caso com todo o cuidado" (NTLH; cf. NVI).

Estas três leis são uma janela muito interessante que mostra o espírito e temperamento da antiga sociedade israelita. Três fatores são especialmente dignos de nota.

(i) *O contexto mental das leis e a base última da justiça é Deus.* Esta verdade emerge claramente da Lei das Testemunhas, na qual um caso em disputa é julgado **perante o SENHOR, diante dos sacerdotes e dos juízes** (17). Mas não está ausente da Lei do Refúgio. Kline ressalta que as cidades de refúgio eram cidades levíticas (cf. Js 20.7,8 com 21.11,21,32) e o período de refúgio era permanente ao longo da vida do sumo sacerdote (Nm 35.25). "As cidades de refúgio eram extensões do altar como lugar de asilo. Tudo isso aumenta o destaque que esta seção legislativa dá à importância judicial do sacerdócio e do altar central."[38] Este ponto é excelente ilustração do tema contínuo de Deuteronômio: Todas as coisas da vida pertencem a Deus e a injustiça é um ataque contra Deus tanto quanto a quem sofre o ataque.

(ii) *Em comparação com leis semelhantes que vigoravam em outras nações, estas mostram elevado grau de perspicácia ética.* Em outras nações, o assassino doloso podia comprar sua vida para não ser morto, mas em Israel, ele tinha de morrer. Diferente dos babilônios, os hebreus davam mais valor à vida que à propriedade.[39]

(iii) *O repúdio ao dó (13,21) e a ordenação de vingança (19,21) não contradizem isso.* É verdade que estas duas regras são contrárias ao padrão cristão (Mt 5.38-48). Mas neste cenário do Antigo Testamento, representam um avanço no padrão primitivo de vingança ilimitada. São exemplos de Deus tomar os homens no nível em que estão e apresentar-lhes um elemento mais alto, pelo qual só ele é responsável.[40]

(2) *Justiça e guerra* (20.1-20). A justiça de Deus tinha de caracterizar os assuntos internos de Israel e orientar suas relações com outras nações, mesmo quando estas eram inimigas. A adoração e a guerra tinham de ser santas. A apresentação da guerra como instituição sagrada soa esquisito aos ouvidos cristãos, contudo, permeia toda a história de Israel.[41] Seu Deus era um Deus de guerra (Êx 15.3), e quando os israelitas saíssem **à peleja** (1), Ele não só os conduziria (1 Cr 13.12), mas Moisés prometeu: Ele lutará **convosco... contra os vossos inimigos** (4). Por conseguinte, os israelitas não deviam pôr a confiança em armas ou na capacidade humana, mas em Deus (Os 1.7). Quando saíssem, sairiam com a bênção de Deus (1 Sm 30.7), e tudo que ganhassem na peleja lhe pertenceria (Js 6.17-19). Este é tema proeminente em Deuteronômio (6.18,19; 7.1,2,16-26; 9.1-6; 11.22-25; 12.29; 19.1; 31.3-8).[42] Este capítulo expõe a idéia e estabelece as regras para sua execução.

(a) *A presença de Deus na batalha e suas implicações* (1-9). Particularmente nos primitivos anos em Canaã, os israelitas careciam de organização militar e armas características de nações mais desenvolvidas. Um exército voluntário liderado por um líder carismático empregando táticas de surpresa (ver 1 Sm 11.1-11) estava mais ao gosto israelita que enfrentar **cavalos, e carros** (1) nas batalhas intensas. Porém, mesmo nestas circunstâncias, os israelitas não precisavam temer, pois o Senhor que os tirara **da terra do Egito** estava com eles. O **sacerdote** lembraria as tropas deste fato do passado enquanto se enfileirassem para a **peleja** (2-4).

Como prova do amparo de Deus, e também por questões de justiça, certas classes de pessoas estariam isentas do serviço militar. A princípio, esta isenção dizia respeito a indivíduos que empreenderam certas responsabilidades e ainda não tinham desfrutado os privilégios advindos dos seus esforços: o **homem** que edificara **casa nova** (5), plantara uma **vinha** (6) ou desposara uma **mulher** (7). Também todo o **homem medroso e de coração tímido** (8) seria enviado para casa (cf. Jz 7.3). Depois que os **oficiais** (9; *shoterim*) tivessem reunido o exército dentre as tribos, eles designariam os **maiorais** ("capitães", ARA; *sarim*) para comandar as tropas. Todos estes dados pressupõem claramente uma data antiga.[43]

(b) *Regras para a conduta de guerra* (10-20). Os israelitas devem impor tratamento diferente entre as **cidades que estiverem mui longe** (15) e as **cidades destas nações** (16). As primeiras receberiam a opção de **paz**, sob a condição de se tornarem tributárias (11; sujeitas "a trabalhos forçados", ARA) a Israel. Se rejeitassem a paz, seriam destruídas, embora a maldição (**passarás ao fio da espada... todo varão**, 13) fosse imposta e executada somente contra os homens (14). Mas os israelitas não deviam dar tais considerações às **cidades destas nações** (16, os cananeus). Estas tinham de ser totalmente destruídas, pois constituíam ameaça à conservação da fé de Israel (16-18; cf. 7.1-6).

A lei final relacionada à guerra proibia a destruição do **arvoredo** (19; "árvores frutíferas", NTLH), política comum entre os invasores. A razão desta proibição estava em que tudo que sustenta a vida humana devia ser preservado. Este é o significado mais provável da observação parentética: **pois o arvoredo do campo é o mantimento do homem** (cf. 24.6).

Para a mentalidade hodierna, este capítulo soa curiosa mistura de humanitarismo culto e selvageria primitiva. A mente cristã examinará particularmente a noção de santidade da guerra. O ensino deuteronômico aqui e em outros lugares deve ser visto no contexto amplo do caráter progressivo da revelação divina.

Aqui, o significado da guerra não passa de instrumento de política divina. Considerando a condição vigente naquela sociedade, Israel não poderia ter sobrevivido sem esse recurso. Mas isso não indica aprovação permanente. Mesmo no Antigo Testamento, Deus negou a Davi o privilégio de construir o Templo, porque as mãos do rei estavam manchadas de sangue (1 Rs 5.3). Ademais, o Reino Messiânico é visto como envolvendo a abolição de guerra (Is 2.4; Mq 4.3). O fato de hoje esta sociedade ainda recorrer à guerra não prova nada, exceto que os homens são terrivelmente resistentes à graça de Deus. O reconhecimento de neutralidade e a repulsa contemporânea contra a guerra, em contraste com a glorificação da guerra nos dias primitivos, indicam que alguns passos foram dados em direção ao ideal bíblico.

Quanto ao problema moral inerente à ordem de exterminar os cananeus, ver comentários em 7.1-6. Hertz escreve: "Os cananeus foram postos sob maldição, não porque criam em falsos deuses, mas porque suas ações eram vis; por causa dos sacrifícios humanos e imoralidade repugnante dos seus cultos hediondos. A extirpação judicial dos cananeus é outro exemplo do fato de que os interesses do progresso moral humano exigem, ocasionalmente, o emprego de métodos austeros e inexoráveis".[44]

É legítimo interpretar este capítulo tipologicamente acerca do avanço da justiça de Deus. Ele está ativo no mundo por meio do seu povo nos interesses do seu Reino (1-4);

quem se submete a Ele recebe a proposta de paz (10,11); sobre quem resiste vem o julgamento (12-18), um julgamento que é total e final sobre quem obstinadamente persiste no pecado (17,18).

(3) *Justiça na nação e na família* (21.1-23).

(a) *Assassinos desconhecidos* (1-9). Levando em conta que o derramamento de sangue inocente devia ser vingado (Gn 4.10; Nm 35.33), vítimas de assassinos desconhecidos constituíam problema peculiar. Na ausência do criminoso, era da responsabilidade coletiva da **cidade** mais próxima fornecer um substituto na forma de uma **bezerra** (3), que levaria a pena do assassino. Não se tratava de oferta pelo pecado, pois o ritual prescrito para tal oferta não era observado (Lv 4.1-21; cf. Êx 13.13). Mas a santidade estava ligada a este procedimento. A cerimônia devia ocorrer em um **vale áspero** (4; área virgem, não tocada pelo homem; cf. ARA) e com uma bezerra "que nunca foi usada no trabalho" (3, NVI; cf. NTLH). Com o ato de lavar as **mãos sobre a bezerra** (6) e declarar que são inocentes (7), os anciãos garantiam o perdão para o **povo** (8).

O papel desempenhado pelos vários servidores é de interesse particular. Os **anciãos** (2; *zeqenim*) das cidades adjacentes faziam um tipo de assembléia municipal (19.12).[45] Eram acompanhados pelos **juízes** (ver comentários em 16.18-20); estes seriam os sucessores dos anciãos designados por Moisés (Êx 18.13-26; Dt 1.9-17). O juiz garantiria que não haveria trapaça em determinar qual era a cidade mais próxima da cena do crime.[46] Depois disso, a iniciativa ficava com os **anciãos daquela cidade** (4) e os **sacerdotes, filhos de Levi** (5). Estes eram reconhecidos como os principais servidores judiciais: "E, por sua palavra, decidirem toda demanda e todo caso de violência" (5, ARA). Mais uma vez está implícita a unidade última da justiça e da fé, da lei e da religião (ver comentários em 19.15-21); em destaque estão a seriedade do pecado e a provisão de perdão.

(b) *Casamento com mulheres cativas* (10-14). Visto que o casamento com cananéias foi expressamente proibido (7.3), as mulheres bonitas (11) em questão devem ser de nações mais distantes (20.14,15). Mesmo que estas mulheres fossem parte do saque de guerra, tinham de ser tratadas com respeito. Não podiam se casar imediatamente. Primeiro, tinham de romper formalmente com o paganismo: rapar a **cabeça** (12), cortar as **unhas** e tirar as **vestes** de **cativeiro** (13; cf. Lv 14.8; Nm 8.7). Depois — e por questão de humanidade —, teriam um **mês inteiro** para chorar por seus pais e se ajustar ao novo ambiente (13; cf. Nm 20. 29).

Se tempos depois, o marido deixasse de gostar dela, ela não podia mais voltar ao *status* de escravo, do qual o casamento com o conquistador a libertara (14). **Se te não contentares dela** é melhor "se não cuidares mais dela" (Moffatt). Kline comenta que "o caso da mulher cativa é usado como exemplo característico para estabelecer os direitos da esposa, talvez porque seja óbvio que o princípio se aplicaria com muito mais razão no caso da esposa israelita".[47]

(c) *Herdeiros não desejados* (15-17). Da mesma maneira que os versículos 10 a 14 legislam contra o tratamento arbitrário de mulheres, assim os versículos 15 a 17 proíbem o tratamento arbitrário de herdeiros. A poligamia, aqui tolerada como o divórcio o

foi nos versículos anteriores (cf. Mt 19.8), é fértil em debates. O desafeto que o homem sente pela mãe do seu **primogênito** poderia instigá-lo a transferir o direito de primogenitura, que acarretava porção dobrada da herança (17; Gn 48.22; 2 Rs 2.9). No antigo Israel, não havia tal instrumento como testamento por escrito;[48] a divisão dos bens era indicada antes da morte (cf. Gn 24.36). Quando era feita, tinham de observar o rígido direito de primogenitura (16,17). **O princípio da sua força** (17) é melhor "a primeira pujança da virilidade do seu pai" (Moffatt).

(d) *Filhos malvados* (18-21). Até no caso de filhos malvados, os direitos que o pai e a mãe tinham de castigar eram limitados. Se a disciplina familiar se mostrasse ineficaz, então deviam recorrer às autoridades legais devidamente constituídas, os **anciãos** (19) que se reuniam à porta da cidade. Só estes poderiam impor a pena de morte, que seria executada pelos **homens da sua cidade** (21).

Talvez seja severa a pena de morte imposta neste caso e em outras transgressões não capitais (*e.g.*, 22.20-27). Porém aqui, como em outros lugares (ver os comentários finais sobre o cap. 19), a comparação com o resto do antigo Oriente Próximo mostra a superioridade do código israelita. A lei israelita, ao contrário de outras nações, restringia a pena de morte a transgressões contra a pureza do culto, a santidade da vida e as relações sexuais. Como destaca Vaux,[49] este é o resultado da ligação entre a lei e a religião. Além destas áreas, a lei de Israel se distinguia pela humanidade de suas sentenças.

(e) *Criminosos pendurados* (22,23). A pena de **morte** (22) seria agravada pela exposição dos corpos. Pendurar não era meio de execução, mas sinal de desgraça, uma declaração pública de que o criminoso quebrara a lei do concerto e, portanto, era **maldito de Deus** (23; cf. Nm 25.4; 2 Sm 4.12). Da mesma forma que a terra, em sentido figurado, era perdoada pelo derramamento do sangue da bezerra (9), assim podia ser contaminada pela exibição do cadáver de um criminoso amaldiçoado. Por conseguinte, tais corpos **não** permanecerão no **madeiro**. Quanto à aplicação cristã destas idéias, ver João 19.31 e Gálatas 3.13.

3. *Leis Relativas a Comunidade do Concerto* (22.1—25.19)

Esta subdivisão de Deuteronômio lida com a prática da justiça dentro dos limites da comunidade do concerto e entre seus membros.

a) *O concerto e as instituições divinas* (22.1-30). Da implementação da justiça de Deus na sociedade, agora o autor se volta às instituições divinas nas quais a sociedade — na verdade, a própria vida —, se alicerça. Aqui também a ordem divina deve ser reconhecida e respeitada. Mas, primeiramente, é apresentado um grupo de leis que ilustra que o vínculo de união da comunidade do concerto é o amor sociável e prestativo.

(1) *A base da obediência — o amor* (1-4). Na posição central da seção legal do livro, esta série de injunções exemplifica o fato de que as leis, em si, são de vasta inutilidade quando inexiste um espírito obediente à lei. Nos exemplos dados, não há como afirmar se a propriedade perdida em questão foi ou não deliberadamente negligenciada. Só a atitude básica de boa vontade ao próximo garante a observância da lei. Este fator indica a

pressuposição do livro deuteronômico: A religião e a lei são o mesmo e "a verdadeira comunidade é dependente da adoração apropriada".[50] Nas leis paralelas em Êxodo 23.4,5, a propriedade perdida é a do inimigo. George Adam Smith ressalta que "a substituição do termo irmão amplia a lei em vez de estreitá-la".[51] O termo "inimigo" se referia a um inimigo particular e não a inimigo estrangeiro. Estas leis são preconcepções notáveis de Mateus 5.44, e demonstra que o antigo concerto se preocupava com a atitude interior tanto quanto com as ações externas, embora pouco pudesse fazer para curar a primeira (Jr 31.31-34). **Não te esconderás** (1,3,4) significa "não negarás tua ajuda" (RSV; cf. NVI; NTLH).

(2) *O concerto e a ordem da natureza* (5-12). O Senhor do Concerto declara que a justiça prevalecerá em sua comunidade. Na função de Criador, Ele decreta que a justiça caracterizará a atitude para com essas instituições, sem as quais a comunidade e a própria vida seriam impossíveis. O mundo natural, sendo dele, deve ser usado conforme as leis de quem o criou: Deus.

Este é o princípio demonstrado pelos exemplos nos versículos 5 a 11. Pelo visto, indicam os abusos da natureza cometidos pelos pagãos; como raciocina Welch: "É conclusão legítima que nos poucos casos em que não é possível determinarmos a origem, o mesmo princípio esteja em ação".[52] O uso de **trajo** (5) peculiar ao sexo oposto é proibido por embaraçar a distinção entre os sexos. Na prática pagã, este fato levava a repulsivas indecências morais.[53] Não há razão ritual conhecida quanto a poupar a mãe dos **passarinhos** (6,7). George Adam Smith observa que, por bondade, era proibido apanhar a ninhada inteira.[54] Talvez estivesse em consideração o equilíbrio da natureza. Os pássaros na Palestina são importantes para o controle de pestes.

O **sangue** (8) humano é de maior valor na ordem da criação. O **telhado** plano, muito usado para desfrutar o espaço aberto, tinha de ter um **parapeito** para prevenir o derramamento de sangue por acidente.

Os versículos 9 a 11 proíbem a mistura de mais de uma variedade de **semente**, a aradura com um **boi** e um **jumento** juntos e a combinação de tipos de tecido numa roupa. A passagem de Oséias 2.5,9 sugere que os cananeus atribuíam diferentes produtos a diferentes baalins, em cujo caso roupas com tecido misturados poderiam ter significado pagão.[55] A mistura de sementes era proibida por razões religiosas, porque a conseqüência seria a contaminação da colheita. "Para que a produção toda não seja confiscada para o santuário" (9, RSV; cf. NVI, nota de rodapé), isto é, não seja colocada sob maldição. Desconhecemos a explicação exata, mas, no final das contas, está relacionado com a distinção de espécies conforme Deus as criou (Gn 1.11). Deduzimos explicação similar para o versículo 10. O uso de **franjas** (12) ou borlas nas **quatro bordas** da roupa exterior era sinal de submissão à lei de Deus (ver Nm 15.37-41).

(3) *O concerto e a instituição do casamento* (13-30). Da mesma forma que o povo do concerto tinha de observar os limites divinamente ordenados na natureza, assim tinham de observar os limites divinamente ordenados no casamento. Este texto trata de várias transgressões destas leis e do estabelecimento das apropriadas penas.

A primeira lei se relaciona com acusações contra uma **mulher** (13), que é esposa ou noiva. Se o homem se casasse por razões puramente sensuais e, passando a odiar a

esposa (cf. 2 Sm 13.15), procurasse se divorciar alegando relações pré-matrimoniais da parte dela, o caso seria levado a julgamento. No Oriente Próximo, **os sinais da virgindade da moça** (15) eram as roupas de cama manchadas de sangue da noite de núpcias, guardadas depois disso como evidência pelo pai da noiva. Fossem estes apresentados, o marido seria castigado (açoitado), condenado (multado) e privado do direito ao divórcio (18,19). Porém, caso a acusação fosse verdadeira (20), a mulher seria apedrejada **à porta da casa de seu pai** (21), porque o tinha desgraçado. A segunda lei diz respeito ao adultério, cuja pena era a morte de ambas as partes (22).

As próximas três leis têm a ver com a sedução de mulheres solteiras. As primeiras duas são pertinentes a virgens noivas. Estas são tratadas separadamente, porque o noivado equivalia ao casamento, visto que o dote de noiva já fora pago (ver o v. 24, onde a donzela é chamada **a mulher do seu próximo**, e Mt 1.20). Se a mulher não oferecesse resistência, simbolizada pelo fato de não pedir ajuda, a qual lhe era acessível na **cidade** (23), **ambos** (24) deviam morrer. Se, contudo, ela fosse atacada no **campo** (25), onde não havia ajuda, só o agressor teria de morrer (25-27). Caso fosse descoberto o sedutor de uma **virgem** (28), **moça** não **desposada**, ele teria de pagar o dote de noiva, **cinqüenta siclos de prata** (29), e casar-se com ela, além de perder o direito ao divórcio.

A última dessas três leis proíbe tomar a madrasta como esposa (30). Descobrir a **ourela** (barra da roupa) da mulher significava tomá-la como esposa (cf. Rt 3.9). Moffatt traduz o versículo claramente: "Nenhum homem se casará com a esposa de seu pai ou terá relações sexuais com ela" (cf. NTLH). Em Levítico 18.6-17, há uma lista e outras relações nas quais o casamento é proibido. Talvez este tipo de relacionamento tenha sido escolhido entre os outros como representante ou indício da prevalência de tais uniões, as quais eram conhecidas até o tempo de Ezequiel (Ez 22.10). Pelo visto, este relacionamento era considerado prova do direito de herdar a propriedade do pai (2 Sm 3.7; 16.22; 1 Rs 2.22). Isto explica a freqüência de sua ocorrência.

Este capítulo fala com refinada sobriedade em uma época como a nossa, na qual as leis não são respeitadas. a) Em uma geração que explora os recursos naturais com apavorante eficácia e distinções há muito escarnecidas, fala da ordem divina na natureza (5-12). Ignorá-la é por nosso exclusivo risco. Este capítulo não pode ser usado para justificar o preconceito bitolado; por outro lado, as conseqüências finais de toda inovação científica nem sempre são vistas com antecedência e é fato que muitas inovações levam, no final das contas, a um colapso. b) Em dias em que se tolera cada vez mais a exploração de seres humanos como elementos de pouca importância no jogo do sexo, este capítulo fala da ordem divina entre os homens (13-30). Há a exigência do reconhecimento da santidade no casamento. As pessoas não são meros corpos com que jogamos. c) Em tempos em que a intenção é livrar-se de todas as restrições, este capítulo fala da base de um mundo ordeiro (1-4). Esta base não é a lei, mas o respeito à lei, manifestada numa atitude de cuidado fraterno ao próximo e sua propriedade. Desafiar esta ordem é cortejar não só com a liberdade, mas também com a anarquia. "Não podemos quebrar as leis de Deus; só podemos nos quebrar contra elas."

Em 22.8, há um tema sugerido: "Proteja Sua Casa". 1) Construa um parapeito de influências no lar (bons livros e revistas, filmes, música, rádio e televisão); 2) Construa um parapeito de exemplo parental; 3) Construa um parapeito de altares familiares; 4) Construa um parapeito de amor com disciplina e paciência (G. B. Williamson).

b) *A justiça e a congregação do concerto* (23.1-18). Vemos, agora, a justiça que Deus requer à medida que ela regula a entrada na comunidade do concerto e administra sua permanência.

(1) *A filiação à congregação* (1-8). Várias categorias de pessoas são permanentemente excluídas da **congregação do SENHOR** (Israel). "Permanentemente" é o significado de **nem ainda a sua décima geração** (2,3). Primeiro, aqueles que foram castrados por qualquer método (1), porque tais mutilações faziam parte da adoração pagã. Segundo, o **bastardo** (2, *mamzer*), o qual provavelmente significa o filho de casamento incestuoso (cf. 23.30). Terceiro, o **amonita** ou o **moabita**, por causa do tratamento hostil que deram aos israelitas quando fugiram do **Egito** (3-6). Esta proibição não contradiz 2.29, como parece à primeira vista. Driver comenta: "A expressão usada sugere que os moabitas não se apressaram em lhes oferecer comida em um espírito de amizade (cf. Is 21.14). Também não é necessariamente incompatível com o fato de lhes terem vendido alimentos, talvez por coação, em troca de pagamento em dinheiro".[56]

Estes regulamentos específicos são aplicações do princípio subjacente de que Deus exige que seu povo seja perfeito (cf. 18.13). Estes impedimentos físicos não desqualificam permanentemente seus portadores da comunhão espiritual do povo de Deus, onde "o espírito é o que vivifica, a carne para nada aproveita" (Jo 6.63; cf. Is 56.4,5; At 8.27,38). O **edomita** e o **egípcio** (7) não seriam excluídos depois da segunda **geração** (8). **Abominarás** (7) era "detestarás ou rejeitarás". Os edomitas, a despeito de demonstrações de inimizade (*e.g.*, Nm 20.18-21), eram parentes de Israel (Gn 36.1). Os egípcios, apesar da escravização dos filhos de Israel, salvaram a família de Jacó em tempos de falta extrema de víveres (Gn 42.1ss.). Para que estes estrangeiros entrassem na congregação, é claro que teriam de professar a fé de Israel.

(2) *A pureza do acampamento* (9-14). Quando a nação estivesse em processo de guerra santa (ver comentários no cap. 20), tinha de tomar medidas para assegurar que o acampamento fosse santo. Fora do acampamento, os israelitas deviam tomar providências para as necessidades fisiológicas alistadas nos versículos 10 a 13 (cf. Lv 15.16,17). Embora estas leis também tivessem valor sanitário, o propósito principal era demonstrar reverência a Deus, que liderava seu povo na batalha. Deus não queria **coisa feia em ti** (14; lit., a nudez de qualquer coisa). Não queria ver nada indecente no acampamento.

(3) *Dois exemplos* (15-18). A justiça da congregação é ilustrada no tratamento de escravos fugitivos (15,16) e na proibição de prostituição (17,18). **O servo que se acolher a ti** (15), em comparação com o tratamento severo outorgado pelas nações circunvizinhas, podia permanecer livre em Israel.[57] A prostituição, masculina e feminina, era característica principal do culto pagão. Não devia ter lugar em **Israel**; nem seus proventos, o **salário de rameira** ou o **preço de cão** (18), deviam caber na **casa** do **Deus** de Israel. **Cão**, aqui, denota o prostituto.

Este, em suma, é o caráter do povo de Deus: 1) O povo tem de ser um povo santo, 1-8; 2) O povo tem de ser santo, porque é o beneficiário de uma Presença Santa, 14; 3) A santidade do povo tem de ser demonstrada em seu estado pessoal e na prática santa,

15-18. A justiça exigida do antigo povo de Deus pressagia a justiça exigida da igreja, pela mesma razão e com conseqüências semelhantes (2 Co 6.14—7.1; Ef 5.25-27; Tt 2.14).

c) *A justiça e os membros do concerto* (23.19—25.18). A justiça que condiciona a entrada na congregação deve caracterizar o tratamento dos membros entre si. O texto tece considerações acerca de grupos diversos.

(1) *Os vizinhos* (23.19-25). Os procedimentos para com os vizinhos tinham de ser regidos pelo amor prestativo e sociável (cf. 22.1-4). O texto de Êxodo 22.25 proíbe cobrar juros (**usura**) de empréstimos feitos a israelitas em situações difíceis — lei que Levítico 25.35-37 estende a estrangeiros residentes. O versículo 19 repete a lei de Êxodo, proibindo juros de qualquer empréstimo, quer em dinheiro quer em mercadorias ou serviços. O versículo 20 não contradiz a lei de Levítico, pois aqui estão em vista empréstimos comerciais e não empréstimos pessoais. As taxas de juros nos países vizinhos eram elevadas, chegando até 50%. Para os pobres, esta cifra seria altíssima, e nenhum israelita deve causar a bancarrota do seu irmão.

Os versículos 24 e 25 ordenam sociabilidade semelhante a quem passa por vinhedos ou campos de outrem. A fome pode ser satisfeita, mas a ganância não; os direitos de propriedade devem ser respeitados. Os fariseus violaram o espírito e a letra desta lei quando acusaram os discípulos de fazer a colheita no sábado (Mc 2.24).

Intercalado entre estas leis, temos a lei dos votos (21-23). Se os israelitas tinham de manter a lealdade ao concerto no que tange ao seu vizinho, quanto mais ao seu **Deus** (21). Ninguém era obrigado a **votar** (22), mas, se o fizesse, teria de manter a palavra (23).

Nos versículos 21 a 23, encontramos o tema "Cumpra Seus Votos". 1) Considere suas possibilidades de pagamento antes de prometer, 22; 2) Pague seus votos a Deus, 21; 3) Cumpra suas promessas feitas de forma irrefletida e imprudente ou obtenha liberação honrada. Aprenda a fazer votos com a devida consideração, 23 (G. B.Williamson).

(2) *As esposas* (24.1-5). Esta não é uma lei que institui o divórcio. Nenhuma lei do Antigo Testamento promove o divórcio. Encontramos a atitude do divórcio em Malaquias 2.14-16. Esta é uma lei que restringe a prática do divórcio, aqui considerado como fato, no caso particular de uma mulher divorciada duas vezes ou da divorciada viúva.

Havia certas formalidades exigidas em todos os divórcios. O propósito dessas restrições era impedir o marido de precipitar-se em exercer o direito ao divórcio (só o homem podia pedir divórcio). Assim: a) Tinha de ter uma causa séria. **Coisa feia** (1) é expressão vaga, a qual, segundo Driver, "é muito natural entendermos que se trate de comportamento insolente ou indecente"[58] (cf. ARA). Não significa adultério, pois era punível com a morte (cf. 22.20,21). b) Tinham de observar devidamente o procedimento legal: a mulher recebia o **escrito de repúdio** e era formalmente despedida da casa do marido. Mas caso a mulher fosse divorciada duas vezes, ou se divorciasse uma vez e depois ficasse viúva do segundo marido, ela não podia se casar de novo com o primeiro marido **depois** que fora **contaminada** (3,4). A segunda união a colocou em relação adúltera com o primeiro marido (cf. Lv 18.20; Nm 5.13,14,20, onde é usado verbo "contaminar" para expressar o mesmo resultado). C. F. Keil comenta: "O casamento da mulher divorciada é implicitamente tratado como equivalente a adultério, aprontando o caminho para o ensino de

Cristo sobre a questão matrimonial".[59] A concessão ao divórcio pressuposta neste texto deuteronômico, Jesus a remove em Mateus 19.7-9. O versículo 5 mostra a alta consideração reputada ao casamento, ao isentar os homens do serviço militar e de outros serviços públicos durante o primeiro ano de casamento (cf. 20.5-9).

(3) *Os necessitados* (24.6-22). As pessoas incapazes de cuidar de si mesmas, tinham de receber cuidado especial. As leis nesta passagem tratam de três temas principais.

(a) *Os bens dados em penhor* (6,10-13,17,18). Ainda que fosse proibido cobrar juros de empréstimos (23.19,20), era permissível tomar um **penhor** (6, garantia de pagamento). Contudo, os muito pobres só possuiriam as coisas necessárias para a sobrevivência. Tomar garantia de pagamento deles por um empréstimo significaria pôr em risco a continuação da existência deles. Por conseguinte, há duas diretrizes. A primeira é que nada que pusesse a vida em risco podia ser tomado como garantia de pagamento. Por isso, das duas pedras redondas do moinho usadas para moer cereais, não deviam tomar a **de cima**, pois esta ação acabaria com a produção de alimentos. **As duas mós** é melhor "as duas pedras de moinho" (NTLH; NVI) ou "o moinho manual" (Moffatt). Se tomassem a roupa que se usa por cima, não deveriam mantê-la durante a noite (12,13,17), visto que o camponês, que a usava como cobertor, morreria de frio (Êx 22.26,27; Am 2.8). A segunda diretiva é que a escolha do **penhor** tinha de ser feita pelo tomador de empréstimo e não por quem emprestava. Era proibido o emprestador entrar na **casa** (10,11) de quem fazia o empréstimo. Era fácil a investigação para avaliar a situação financeira do tomador de empréstimo se tornasse em exame que humilha e envergonha.

(b) *A segurança das pessoas* (7-9,16). A vida humana era sagrada em Israel. Por conseguinte, o seqüestro de um patrício israelita para vendê-lo em escravidão era proibido sob pena de morte (7). Do mesmo modo, durante as epidemias de **lepra** (8), os israelitas tinham de tomar extremo cuidado em observar as leis para contê-la (Lv 13—14; cf. Mc 1.44). Estas leis foram exemplificadas na ocasião em que, sob expressas ordens divinas, **Miriã** (9) foi excluída do acampamento quando foi atacada de lepra (Nm 12.10-15). A **lepra** é um termo usado na Bíblia para designar várias doenças de pele, além da própria lepra.[60]

Por fim, ocorre a declaração do princípio da responsabilidade individual — **cada qual morrerá pelo seu pecado** (16). Em muitos países do antigo Oriente Próximo, em vez do indivíduo era a família a unidade da sociedade, de forma que se um membro cometesse um crime a família inteira era punida (Et 9.13,14; Dn 6.24). A repetida ênfase na responsabilidade pessoal no Antigo Testamento (*e.g.*, 2 Rs 14.6; Jr 31.29,30; Ez 18.19,20) sugere que Israel estava em perigo de cair presa desta concepção; daí, a razão desta lei.[61] O repúdio legal da concepção dessa culpa coletiva de nenhuma maneira anula a realidade do sofrimento coletivo que o pecado de um indivíduo ocasiona. É este sofrimento coletivo que é expresso no terceiro mandamento (5.9). Mas os processos inevitáveis da vida não devem se tornar os princípios da lei.

(c) *O cuidado com os pobres* (14,15,19-22). Não se devia tirar vantagem do **jornaleiro** (14; "empregado", NTLH) **pobre e necessitado**. Tinham de lhe pagar o **salário** (15) quando o tivesse ganhado. No tempo da colheita, os donos não podiam rebuscar o **campo**

(19) ou a **oliveira** (20) ou a **vinha** (21). Tudo que não fosse colhido tinha de ser deixado **para o estrangeiro, para o órfão e para a viúva.**

Estas leis relativas aos necessitados são notáveis, não só pelo interesse humanitário, mas também pelo modo humanitário em que esse interesse tinha de ser expresso. Não é suficiente estarmos preparados para ajudar os necessitados; devemos estar prontos a ajudá-los de forma a facilitar eles aceitarem a ajuda. Manley escreve: "Estas normas são ilustrações da 'benignidade' que é fruto do Espírito, pois inculcam respeito pelos sentimentos e pelas necessidades de quem toma emprestado".[62] O emprestador não deve entrar na casa do tomador do empréstimo (10,11); o empregado necessitado não tem de ser forçado a pedir seu salário (14,15), como também o pobre, as sobras da colheita (19-22). Estes indivíduos estão no seu direito e devem ser tratados de acordo, apesar da pobreza. O mesmo espírito foi transportado ao cristianismo, onde Paulo suplica aos homens irem a Cristo, ainda que o apóstolo tivesse a dignidade de embaixador (2 Co 5.20). Para usar a frase de Denney, temos de "pregar o evangelho no espírito do evangelho".[63]

(4) *Os desamparados* (25.1-19). Agora, a atenção se volta a situações nas quais os indivíduos estão em grande parte ou totalmente à mercê dos outros. Dizem que o tratamento dos desamparados é o padrão de aferimento da civilização. É verdade, sobretudo porque o inverso também é verdade: o exercício de poder é um dos testes mais minuciosos do caráter. Como disse Lord Acton: "O poder tende a corromper, e o poder absoluto corrompe de modo absoluto". Mais uma vez, o tom imponentemente moral de Deuteronômio brilha radiantemente por meio destes versículos.

(a) *Castigo justo aos culpados* (1-4). Os prisioneiros condenados estão particularmente vulneráveis em nações, como o antigo Israel, em que não há prisão e o castigo corporal é mais freqüente. Daí, o estabelecimento de condições rígidas para a administração da punição. Primeiro, o castigo tinha de ocorrer só depois de julgamento feito por **juízes** (1; cf. At 16.22-24,37-39) autorizados. Segundo, devia ser administrado na presença do **juiz... diante de si** (2). Terceiro, a punição tinha de ser por **quanto** bastasse pela **injustiça** cometida (proporcional ao crime; "de acordo com o crime que cometeu", NTLH) e havia um número determinado de açoites, uma proteção contra administração feita com raiva. E quarto, o número de açoites não devia exceder a **quarenta** (3). Para evitar o erro neste último ponto, tornou-se tradicional no judaísmo que a quantidade máxima de fustigadas ficasse restrita a 39 (2 Co 11.24).

O propósito destas restrições era evitar a humilhação do prisioneiro. Cunliffe-Jones diz com pertinência: "A personalidade do transgressor deve ser respeitada mesmo no ato em que se aplica o castigo. O código penal não deve ofender nem criticar, levando-o a ter prazer na desgraça do seu irmão, ou ser criminoso, levando-o a perder o respeito próprio, que é o fundamento da humanidade do indivíduo".[64] É interessante observar que embora o transgressor esteja entre os injustos (1), ele ainda é **teu irmão** (3). **Não fique envilecido** é melhor "não fique aviltado" (ARA; ou humilhado, cf. NTLH; NVI).

Anexado a esta, temos a lei sobre não amordaçar o **boi** (4). Esta regra amplia o princípio da importância respeitosa dada aos animais irracionais. Amarrar a boca do **boi**, ao mesmo tempo em que seus cascos separavam o grão das espigas, seria o requinte da crueldade. Em 1 Coríntios 9.9,10, o comentário de Paulo sobre esta lei força mais do

que comumente permite a língua hebraica. Por meio dessa imposição, o apóstolo faz uma comparação em termos de contraste absoluto.[65]

(b) *Tratamento justo aos mortos* (5-10). O costume do levirato (termo derivado do latim, *levir*, o irmão do marido) era amplamente praticado no mundo antigo. Sua formação variava de nação a nação. No antigo Israel, centralizava-se no temor da extinção da linhagem familiar (Rt 4.5,10; 1 Sm 24.21; 2 Sm 14.7). Talvez este receio existisse por causa da revelação incompleta do caráter da vida após a morte. Esta concepção tornava o fato de não ter filhos um revés para o defunto. Isto é confirmado pela idéia concomitante de perpetuar a herança do morto não se casando fora da família (5; Rt 4.5,10). A alienação da propriedade do falecido pelo casamento da viúva com um estranho significaria a perda da sua parte ganha na Terra Prometida. Por conseguinte, se o homem morresse sem filhos, era dever do seu irmão desempenhar o papel de marido para a viúva dele. Todo filho dessa união era considerado descendência do defunto (Gn 38.6,9).

A lei expressa aqui tem várias características distintivas. Em primeiro lugar, aplicava-se somente se os **irmãos** (5) morassem **juntos**, ou seja, tivessem um estabelecimento comum; e se o primeiro casamento não tivesse filho ou filha, ao invés da ausência de descendente masculino (conceito deduzido pelo fator implícito que há no direito de herança de filhas [Nm 27.4-11]).[66] Em segundo lugar, só o **primogênito** (6) tinha de levar o nome do defunto; os filhos subseqüentes levariam o nome do pai biológico. Em terceiro lugar, ao contrário de prática anterior (Gn 38.8-10), o irmão poderia rejeitar a responsabilidade, embora fosse considerada séria falta de cumprimento do dever fraternal. Neste caso, depois que informassem os **anciãos** (7) e os esforços para dissuadi-lo fossem malsucedidos (8), o irmão renunciaria formalmente sua obrigação na presença deles. Esta formalidade era simbolizada pelo ato de a mulher retirar a sandália do renunciante. Levando em conta que a pessoa ocupava a terra andando sobre ela, o **sapato** tornou-se símbolo de tomar posse; tirar o calçado representava perda ou rejeição. Este repúdio ao dever envolvia desgraça duradoura (10).

(c) *Tratamento justo às vítimas* (11,12). A **mulher** (11) que interfere a favor do marido, atacando indecentemente o agressor, deve sofrer esta pena: **Cortar-lhe-ás a mão** (12). "O ato proibido inclui o desrespeito pelo sinal do concerto e não se trata apenas de indecência. Esta idéia é sugerida pelo caráter similar da punição e do sinal, pois ambos acarretam em mutilação."[67] Este ponto de vista é apoiado por Vaux. Este estudioso considera que, na lei israelita, esta pena é a única aplicação física — e na forma simbólica — da Lei de Talião (19.21).[68]

(d) *Pesos e medidas justos* (13-16). O freguês estava à mercê do vendedor que poderia usar peso **grande** (13), para a compra, e peso **pequeno**, para a venda. Esta prática não era desconhecida (Am 8.5), embora os padrões oficiais para os pesos fossem estabelecidos nos dias de Davi (2 Sm 14.26). Este costume era uma **abominação** aos homens e a **Deus**, conforme mostrada pela bênção ligada ao **peso inteiro e justo** (15) e pela maldição a **todo aquele que faz injustiça** (16).

Nos versículos 13 a 16, identificamos "Rígida Honestidade". 1) A honestidade é toldada pela desonestidade, 13,14; 2) A honestidade perfeita é recompensada, 15; 3) A desonestidade é condenada, 16 (G. B. Williamson).

(e) *Procedimento justo aos amalequitas* (17-19). Depois das ilustrações feitas por exemplos, a subdivisão conclui com uma ilustração feita por advertências. O tratamento vergonhoso que os israelitas sofreram às mãos dos amalequitas, quando saíram **do Egito** (17), estava indelevelmente gravado na memória dos hebreus. A passagem de Êxodo 17.8-16 registra a batalha. Há especial amargura na descrição deuteronômica do ataque de tocaia feito aos **fracos** (18), cansados e afadigados, pela retaguarda israelita (cf. 1 Sm 15.2). Ninguém que temesse a Deus teria feito isso, mas os amalequitas fizeram. A mesma justiça que ordena tratamento justo aos necessitados implica em condenação de quem deixa de fazê-lo (19; ver comentários em 20.17,18).

Vamos organizar o pensamento desta subdivisão (23.19—25.19) procurando sua mensagem para nós hoje. A fé de Deuteronômio não era obviamente pietismo individualista com exaustão de forças ao alcançar a aceitação pessoal. Pelo contrário, a tônica desta subdivisão é que fé santa tem de resultar em ação santa; o efeito da santificação da alma é a santificação da sociedade. Os israelitas não deviam ser indivíduos meramente santos; tinham de ser uma nação santa (7.6). Daí as aplicações sociais da santidade apresentadas de forma intensamente concreta nesta subdivisão. O cristianismo se fundamenta na mesma tradição. Nas célebres palavras de Wesley, citamos: "O cristianismo é essencialmente uma religião social, e torná-la religião que não se adapta à sociedade é destruí-la. [...] O evangelho de Cristo não sabe o que é religião senão a religião social; não sabe o que é santidade senão a santidade social. [...] A fé que trabalha por amor é a largura, o comprimento, a altura e a profundidade da perfeição cristã".

Esta subdivisão nos sugere "Quatro Maneiras de Mostrar a Justiça Cristã". 1) Pela prática da sociabilidade cristã, 23.19-25. Levando em conta que Deuteronômio distingue as várias categorias de próximo (*e.g.*, "irmão" e "estranho", 23.19,20), a definição cristã de próximo é dada categoricamente na Parábola do Bom Samaritano (Lc 10.25-37). Nosso próximo é toda pessoa a quem estamos em posição de ajudar. 2) Pelo respeito ao casamento cristão, 24.1-5. Uma vez mais Jesus ultrapassa a posição deuteronômica, mesmo com sua aceitação limitada de divórcio, voltando à instituição original da criação quando a ordem era que o casamento fosse vitalício (Gn 2.23,24; Mt 19.3-9). 3) Pelo cuidado cristão aos necessitados, 24.6-22. De acordo com Josué 1.27, este tema está no âmago da pura religião. 4) Pela caridade cristã aos desamparados, 25.1-19. A preocupação pelos culpados diante da lei é repreensão particular aos nossos dias, que testemunham o retorno da tortura e a astúcia da lavagem cerebral. Nas palavras de Cunliffe-Jones: "O castigo deve se restringir ao mínimo possível compatível com a defesa da afirmação de que a lei justa deve ser obedecida; este é princípio de grande importância e permanente aplicação".[69]

A extensão na qual a sociedade contemporânea reflete estas características é a extensão da influência da fé deuteronômica e de sua sucessora cristã. A extensão na qual a sociedade não é assim, ou está se afastando de sê-lo, é a medida de nosso desafio.

4. *Liturgias que Reconhecem Deus como Senhor* (26.1-15)

A seção legal deste documento, que contém as condições do concerto entre Deus e Israel, se encerra com dois rituais. Estas são liturgias para serviços nos quais as pessoas reconhecem Deus como Benfeitor e declaram que observam as condições do concerto.

a) *Liturgia para a oferta das primícias* (26.1-11). Depois que tivessem entrado na terra, os israelitas tinham de, no devido tempo, tomar **das primícias de todos os frutos da terra** (2), colocá-las em um **cesto** e levá-lo ao santuário. Tinham de comparecer diante do **sacerdote** (3) e declarar que a promessa do concerto de Deus (1.8) se cumprira. Em seguida, o sacerdote colocaria o cesto **diante do altar** (4) e o adorador relataria as grandiosas libertações que Deus dera, as quais o possibilitaram chegar onde estava. Como exemplos, Moisés cita a libertação de Jacó, que servia Labão, e a libertação de Israel, que era escravo do Egito. O texto diz que Jacó era **sírio** (5; "arameu", ARA), pois sua mãe era da cidade de Naor (Gn 24.10) e por muitos anos ele ficou servindo Labão naquela região (Gn 29—31). Os adoradores tinham de contar a **dura servidão** (6) a que foram sujeitos no **Egito**, de onde foram libertos pelo **SENHOR** (7,8). Agora, em reconhecimento de que a nova terra era o dom de Deus, os adoradores apresentavam o cesto das primícias, colocando-o diante do altar, de onde o tinham apanhado (cf. 4), recitando a liturgia (5-10).[70] Após o ritual, havia um banquete sagrado no qual os levitas e os estrangeiros se reuniam com a família ofertante (11).

De acordo com Números 18.12,13 e Deuteronômio 18.4, as primícias pertenciam aos sacerdotes, embora não haja prescrição do ritual de apresentação. Esta falta é corrigida aqui — bastante conveniente, visto que, nas palavras de Welch, Deuteronômio "não é um manual de orientação dos sacerdotes. [...] É um tratado sobre leis voltado para o laicato".[71] Não é possível determinar se o cesto continha todas as primícias ou apenas uma amostra,[72] pois a maior parte era usada no banquete (11). A liturgia tinha o desígnio de ressaltar que o crédito pela fertilidade da terra pertencia ao **SENHOR, teu Deus** (repetido nove vezes),[73] não a um dos baalins cananeus.

Esta passagem incorpora todos os temas principais de Deuteronômio: a providência divina na história da nação, e a conseqüente ação de graças simbolizada pelo pagamento dos tributos e dons de Deus aos pobres. É o padrão caracteristicamente bíblico da graça e gratidão (ver, *e.g.*, Rm 12.1).

b) *Liturgia depois da distribuição dos dízimos* (26.12-15). Considerando que os **dízimos** (12) do primeiro e do segundo ano eram usados para as festas sagradas (14.22-27), no **terceiro** eram dados aos levitas e aos pobres (14.28,29). Quando este ato era devidamente feito, os adoradores compareceriam perante o Senhor no santuário (14.23; 15.20) e declaravam abertamente que foram obedientes aos **mandamentos** (13) divinos. Afirmariam particularmente que evitaram contaminar o dízimo, preservando-o de três fontes específicas: comendo dele na **tristeza** (14), procedimento que o tornaria cerimonialmente imundo (Os 9.4); distribuindo parte dele quando eles estavam ritualmente imundos; ou oferecendo parte dele aos mortos — possível indicação ao costume funerário cananeu de consagrar parte da oferta à deidade da vegetação.[74] Com base nesta obediência declarada, ele rogava pela continuação das bênçãos divinas.

Da mesma forma que em Números as primícias são destinadas aos sacerdotes, assim os **dízimos** são destinados inteiramente aos levitas (Nm 18.21-32). A explicação judaica tradicional desta discrepância entre Números e Deuteronômio é dizer que Deuteronômio fala de um segundo dízimo.[75] É mais provável que seja explicado como emenda em vista da mudança de condições ao entrarem em Canaã. No deserto, somente os dízimos do gado podiam ser pagos, como dá a entender Números 18.27,30, e nas cir-

cunstâncias limitadas do deserto os levitas os exigiriam todos. Na terra da abundância, onde o produto do campo seria abundante, haveria mais do que o suficiente, e os adoradores e os pobres tomariam parte nessa superabundância.

Podemos acrescentar os seguintes pensamentos: 1) A lei fundamental do dízimo em Levítico 27.30-33 não faz descrições concernentes à sua distribuição. Estabelece o princípio básico das coisas que "santas são ao SENHOR" (Lv 27.30), princípio respeitado em todas as leis do dízimo. 2) O fato de Deuteronômio determinar que os levitas recebessem uma parte, e não todo o dízimo, está, talvez, indicado na distinção entre o dízimo e a oferta alçada (*terumah*, "contribuição da mão", 12.6,11,17), sendo a oferta alçada a parte do dízimo para os levitas. Neste caso, a oferta alçada exerce a mesma relação com o dízimo assim como o cesto em relação à totalidade das primícias (26.2,11). 3) Podemos explicar os discrepantes destinos dos dízimos ressaltados em Números e em Deuteronômio pelas formações históricas diferentes e públicos diferentes dos dois livros. O Livro de Números estabelece determinações aos servidores religiosos levando em conta o ambiente rústico do deserto. O Livro de Deuteronômio fornece orientações aos adoradores leigos com vistas ao cenário mais amplo da Terra Prometida[76] (ver comentários em 14.22-29).

Não há que duvidar que os detalhes do procedimento eram mais inteligíveis aos israelitas do que a nós hoje. O que está bastante claro é o principal propósito da liturgia. Servia para declarar abertamente que os dízimos eram usados para os fins aos quais foram santificados por Deus, e não para a prática de ritos de fertilidade cananeus.

5. *Conclusão: Declarações de Lealdade* (26.16-19)

Embora a palavra *concerto* não seja usada nestes versículos, o pensamento que entretece as palavras é a conclusão de um contrato entre Deus e Israel. Tendo em vista que houve somente um concerto — aquele que foi firmado no Sinai (Êx 24.7) —, o cenário era de renovação de concerto. Naquele **dia** (16), as cláusulas do concerto foram lidas em sua totalidade. Entre elas havia **estatutos** (*huqqim*), leis por força de consciência; **mandamentos** (*mizwoth*), ordens sujeitas a pleno cumprimento; e **juízos** (*mishpatim*), leis estabelecidas por precedente legal — em suma, todo o conteúdo do livro (16,17; cf. 12.1).[77]

Israel se comprometera em observar as leis e, com isso, se prendera com Deus para ser o seu Deus. Esta é a força do termo **declaraste** (17,18), que significa "levar a reconhecer". É termo técnico e legal usado pelas partes contratantes em um concerto. Por outro lado, Deus levara os israelitas a reconhecer que eles eram o **povo seu próprio** (18; peculiar, particular). Contudo, este reconhecimento não era uma prisão, mas um privilégio, o cumprimento da promessa divina de fazer deles um **povo santo** (19). A santidade de coração é mais que obrigação; é uma honra.

Este capítulo considera que Israel está na Terra Prometida (1), desfrutando seus benefícios (9,15). Para que a prosperidade não fizesse com que os israelitas se esquecessem do Deus que os levara para lá, eles tinham de cumprir "Três Atos de Adoração para um Povo Bem-sucedido": 1) A adoração pelo testemunho, 1-11; 2) A adoração pelo dízimo, 12-15; 3) A adoração pela nova dedicação, 16-19.

Agora que chegamos ao fim da principal seção legal de Deuteronômio (12.1—26.19), é proveitoso fazermos algumas observações gerais sobre a organização das leis. Em muitos pontos, é difícil perceber por que determinada lei ocorre onde ocorre, e é fácil sugerir um lugar melhor para ela. As palavras de 19.14 não têm ligação óbvia com o contexto; ao

passo que as passagens de 21.10-14 e 23.9-14 teriam colocação mais apropriada no capítulo 20. Os exemplos são numerosos quanto são as confissões desesperadoras de estudiosos e comentaristas, que afirmam que o problema da ordem organizacional de Deuteronômio é insolúvel.[78]

Entretanto, mesmo que ainda não se conheça solução satisfatória e cabal, há fatores que oferecem orientação. O reconhecimento amplamente aceito de que Deuteronômio foi elaborado na forma de concerto, conforme mostrado por Mendenhall,[79] significa que o plano e desenvolvimento básico do livro são claros. Por sua vez, este fato proporciona mais uma pista. Se, nas cerimônias de renovação, o concerto era passível de atualização e acréscimo,[80] pode ser que este processo explique a ordem das leis na forma que as conhecemos. Quando se trata de acréscimos, Daube mostrou a alta freqüência com que são feitas no final, quer tenham ou não levado em consideração o tema da última lei do código existente.[81]

O antigo Oriente Próximo apresenta provas comparativas que mostram que, se uma lei era substituída por outra com efeito diferente ou oposto, a lei original não era necessariamente extirpada.[82] Portanto, devemos ser condescendentes com "a lei da mudança na Bíblia",[83] por meio da qual o código basicamente mosaico foi modificado e ampliado para atender as necessidades de uma situação em constante mudança.

Nas palavras de F. F. Bruce: "Pouco importando com quantas revisões paralelas ou sucessivas as suas leis poderiam ser atualizadas e, de vez em quando, de novo promulgadas, e pouco importando como poderiam ser ampliadas e aplicadas nas condições variáveis da vida, na forma escrita ou na tradição oral, a lei de Israel nunca deixaria de ser conhecida por a lei de Moisés. Esta é conclusão correta: Os princípios estabelecidos em seus dias, antes da conquista de Canaã, permaneceram os mesmos princípios da lei de Israel ao longo de todos os séculos futuros".[84] Portanto, é correto procurar interpretar Deuteronômio como um todo coerente e também abster-se de forçar ligações onde obviamente não existem.

Seção III

DISCURSOS FINAIS: O CONCERTO

Deuteronômio 27.1—30.20

A exposição das cláusulas do concerto terminara. Restava o povo se comprometer formalmente com o concerto. Nos concertos característicos do antigo Oriente Próximo em vigor no tempo de Moisés, esta cerimônia, com seus vários elementos, eram o clímax habitual da conclusão de um concerto.[1] Os capítulos 27 a 30 incorporam este procedimento de ratificação. As características principais são a repetição das bênçãos e maldições que se aplicarão, respectivamente, na observância e infração do concerto (28); e a efetiva cerimônia de juramento (29,30).

A. A Cerimônia de Ratificação, 27.1-26

O conquistador impunha sobre seu vassalo um concerto que, em geral, era renovado em dois estágios. O primeiro ocorria antes da morte do suserano, e o segundo, depois da ascensão do seu sucessor. Pelo que deduzimos, este é o padrão que aparece aqui, visto que Moisés está a ponto de morrer e ser sucedido por Josué. Pelo visto, este capítulo reúne o ritual para a segunda ocasião (o registro do cumprimento está em Js 8.30-35). O fato de interromper a seqüência entre 26.19 e 28.1 se deve, talvez, porque leva em conta esta ocasião posterior. De maneira nenhuma a ordem das partes nesses tratados antigos era constante.[2] Este fato explicaria por que Moisés se sentia livre para se afastar de uma ordem mais lógica, sobretudo quando essa ação lhe permitiria ordenar a obediência a Deus nos dias futuros, quando ele já não estaria liderando o povo de Deus.

1. *A Escrita Cerimonial da Lei* (27.1-8)

Assim que chegassem à Terra Prometida, os israelitas tinham de reunir **umas pedras grandes**, caiá-las e escrever **nelas todas as palavras desta lei** (2,3). O ato de entalhar leis em pedras era comum no mundo antigo. O código de Hamurábi, o famoso rei babilônico do século XVIII a.C., tem cerca de 8.000 palavras esculpidas em um bloco de diorito. O código Persa, entalhado na pedra de Behistun, é duas vezes mais longo que Deuteronômio 12 a 26. O método de entalhe ordenado aqui é egípcio. Em vez de esculpir, envolvia aplicar uma camada de estuque na superfície da pedra e escrever com um pigmento preto.

Mais importante que o método de escrita da lei era sua significação. A publicação da lei implicava em proclamá-la lei da terra onde era publicada. O ato público de escrever o concerto de Deus com Israel, no momento da chegada a Canaã, significava que a nação a aceitava como norma de vida na nova terra. As pedras inscritas seriam testemunho permanente desta solenidade e do conteúdo da lei.

Fato que confirma este significado da escrita da lei é a ordem de oferecer sacrifício, parte habitual do procedimento de ratificação do concerto (cf. Gn 15.9-18; Jr 34.18).[3] Os israelitas tinham de erigir um altar no **monte Ebal** (4) feito de **pedras inteiras** (6), ou seja, pedras ao natural, não tocadas por ferramenta de **ferro** (5). Em hebraico, a palavra traduzida por **inteiras** (*shelemoth*) provém do mesmo radical que *shalom* ("paz"). O caráter físico das pedras indica sua função e efeito espiritual. Como ocorreu no Sinai (Êx 24.5,11), a "assinatura" do concerto seria acompanhada por um banquete sacrifical, no qual as pessoas se alegrariam **perante o SENHOR** (7).

É digno de nota que Moisés não achou incongruência entre a edificação de um altar no monte Ebal e a lei do santuário central vigente em 12.1-14. Pelo contrário, como diz Manley, ele "usa as mesmas palavras de Êxodo 20.24 que, imagino, Deuteronômio as revoga".[4] Esta é forte indicação de que, ainda que 12.1-14 anteveja um santuário central, a lei permite a adoração do verdadeiro Deus em qualquer lugar autorizado (ver comentários em 12.1-14).

2. *A Lembrança Solene* (27.9,10)

No meio de orientações para o futuro, há a inserção desta lembrança: **Israel** (9) sempre deve ser o **povo** do **SENHOR... Deus**. O concerto precisaria ser ratificado mais tarde, embora já estivesse em processo de ratificação enquanto Israel ouvia suas cláusulas da boca de Moisés nas campinas (ou planícies) de Moabe (ver Mapa 3). A obediência **à voz do SENHOR, teu Deus** (10), era obrigação atual e futura (10). Rad observa que estes versículos mostram notavelmente que o concerto é o dom gratuito de Deus. Não era a recompensa da obediência de Israel, pois até agora não tiveram oportunidade de obedecer às suas condições de vida em Canaã. A obediência é, de fato, uma exigência, mas é a conseqüência e não a causa do concerto.[5]

Esta seção mostra uma semelhança, em termos de linguagem e conteúdo, com a passagem de 26.16-19 e o capítulo 28. Longe de interromper a seqüência, serve para unir estes capítulos.

3. *As Bênçãos e Maldições* (27.11-13)

O pensamento aqui se volta para a cerimônia de ratificação no futuro, depois que os israelitas tivessem entrado na terra. As bênçãos e maldições são as sanções do concerto

(11.26-28). O capítulo 28 indica o conteúdo do concerto. Dos trechos de 11.29 e Josué 8.30-35, deduzimos, pelo menos em parte, a forma precisa do ritual de abençoar e amaldiçoar.

Seis tribos tinham de ficar no **monte Gerizim** (12) para abençoar, e as outras seis, no **monte Ebal** para **amaldiçoar** (13) o povo. O texto não é claro em dizer se as tribos recitariam as bênçãos e maldições ou se alguém as recitaria para elas. No meio deste anfiteatro natural ficavam os sacerdotes com a arca do concerto. A substância das bênçãos e maldições é omitida aqui, presumivelmente por causa de sua inclusão no capítulo 28.

Pelo visto, o princípio no qual as tribos foram divididas entre o monte da bênção e o monte da maldição é genealógico. Os filhos das esposas legítimas de Jacó foram designados para abençoar, e os filhos das concubinas, para amaldiçoar. Porém, Rúben, que perdeu seu direito de primogenitura (Gn 49.4), e Zebulom, o filho mais novo de Léia (Gn 30.19,20), foram transferidos ao segundo grupo para que ambos os grupos tivessem números pares. Ao mesmo tempo, não é impossível estabelecer uma base geográfica. O primeiro grupo, com a exceção duvidosa de Issacar, são tribos que se estabeleceram ao sul de Esdraelom. O segundo grupo, inclusive Rúben e Gade da Transjordânia, se instalaram ao norte (ver Mapa 4).

4. *O Juramento do Concerto* (27.14-26)

Estes versículos revelam um ritual distinto de bênção e maldição. O procedimento é evidente pelo fato de que, aqui, os **levitas** (14) pronunciam as maldições e **todo o povo** (15), em vez de apenas a metade, responde. Esta cerimônia contém somente maldições. O juramento formal de obediência fazia parte da conclusão de um tratado no antigo Oriente Próximo e da leitura de suas condições ou do pronunciamento de suas sanções.[6]

É provável que esta característica, na qual o vassalo invocava maldições sobre si mesmo caso quebrasse as cláusulas do tratado, esteja agregada nestes versículos.[7] Os textos de Êxodo 24.7 e Josué 24.16,21,24 se referem, provavelmente, ao mesmo tipo de cerimônia. À medida que as maldições eram lidas em voz alta, o povo indicava seu consentimento respondendo com o **Amém!** (15).[8] Quanto a outras ocorrências bíblicas, ver Números 5.22; 1 Reis 1.36 e Neemias 5.13.

Todas as contravenções amaldiçoadas aqui são condenadas em outros textos do Pentateuco, embora não em uma única passagem. Fazer **imagem de escultura ou de fundição** (15) é proibido em Êxodo 20.4; **desprezar a seu pai ou a sua mãe** (16), em Êxodo 20.12 e Deuteronômio 21.18-21; **arrancar o termo** (17), em 19.14; fazer o **cego** (18) errar de **caminho**, em Levítico 19.14; **perverter** (19) a justiça, em 24.17; várias formas de incesto (20,22,23), em Levítico 18.8,9,17; praticar bestialidade (21) — rito pagão para obter fertilidade —, em Levítico 18.23; cometer homicídio (24), em Levítico 24.17; receber suborno para assassinar (25), em Êxodo 23.8 e Deuteronômio 16.19.

Elemento notável sobre esta coletânea de males, e que lhe dá coesão, é o caráter secreto destes pecados. Esta característica é explícita nos versículos 15 e 24, e implícita nos versículos 16, 17, 18 e 25, bem como na vasta área de pecados sexuais (20-23). Estas transgressões poderiam escapar dos olhos humanos e evitar a justiça humana, mas não fugiriam da visão e justiça de Deus. "Há algo esplêndido", diz Rad, "sobre o modo em que Israel [...] reconhece que a vontade de *Yahweh* [...] está vinculada a essas ocasiões, quando o homem pensa que está sozinho."[9] Como constatou o salmista (Sl 139), não havia parte de sua vida interior que fosse desconhecida a Deus.

Como este capítulo e a cerimônia que o descreve falou para Israel acerca do reconhecimento do senhorio divino, assim nos fala de "A Vinda do Reinado de Deus". Há: 1) O reconhecimento do reinado de Deus, 1-8, que é o segredo da bênção, 3; 2) A graça do reinado de Deus, 9,10; sua vontade em abençoar requer obediência, mas como conseqüência e não como condição prévia. 3) A esfera do reinado de Deus, 11-26 — tudo até as fontes secretas; se Ele for o Senhor do coração, Ele será o Senhor de tudo o mais.

B. A Sanção do Concerto, 28.1-68

Agora que foi tratado o segundo estágio da renovação do concerto, Moisés se volta para o primeiro. Ele se preocupa com a submissão dos israelitas a Deus **hoje** (1), enquanto fala com eles nas planícies de Moabe. Em mente, 28.1 é a seqüência de 26.19 e 27.9,10. A exposição das bênçãos e maldições que seguiriam a obediência ou a desobediência às cláusulas do concerto era uma das características principais desta cerimônia de submissão.[10] Estas bênçãos e maldições, reunidas no capítulo 28, constituíam as sanções exclusivas do concerto, outra indicação de que o povo era diretamente responsável a Deus.

Em comparação com as seções paralelas de outros concertos antigos, o capítulo 28 tem várias características destacáveis. Primeiramente, considerando que a organização habitual é maldições e depois bênçãos, aqui a ordem está invertida. "Este fato", diz Kitchen, "talvez fosse característica específica do Antigo Testamento, não sem relação com a diferença no tipo de testemunhas envolvidas."[11] O Deus de Israel vem primeiro para abençoar. Em segundo lugar, e aparentemente incoerente ao primeiro ponto, há muito mais maldições (15-68) que bênçãos (1-14). Ainda que provavelmente tenha analogias em outros tratados antigos,[12] a explicação desta desproporção está na tendência de Israel a desviar-se. Esta tendência já fora categoricamente comprovada durante a jornada israelita pelo deserto.

1. *As Bênçãos* (28.1-14)

A obediência à **voz do SENHOR, teu Deus** (1) e a **todos os seus mandamentos** expressos no concerto trará **estas bênçãos** (2). Estas são minuciosamente explicadas nos versículos a seguir. Primeiro, há uma série de seis beatitudes — **Bendito serás** (3-6). São promessas de bênçãos em todas as áreas da vida. As últimas três indicam especificamente sua abrangência. Há a promessa de prosperidade no **cesto** e na **amassadeira** (5; gamela). O **cesto** era usado para armazenar e a gamela para preparar o produto da terra para comer. O versículo 6 significa que o trabalho seria abençoado do começo ao fim.

Depois desta bênção geral, três áreas são especificadas, nas quais há a promessa de mais bênçãos. Estas se tornam o tema do restante do capítulo. Se for obediente, a nação vencerá os **inimigos** (7). Ainda que formem um único exército e avancem valentemente contra a nação, os inimigos serão afugentados em todas as direções. Israel gozará de bênçãos nos seus **celeiros** (8), ou seja, terá prosperidade material. Os israelitas também conhecerão a felicidade espiritual e moral no fato de que Deus os estabelecerá como seu **povo santo** (9). Estas bênçãos são repetidas em ordem inversa nos versículos 10 a 14. No versículo 10, a frase: **Verão que és chamado pelo nome do SENHOR**, é mais corretamente traduzida por: "Verão que o nome do Senhor é chamado em ti". Estas pala-

vras expressam propriedade divina, como ocorre no versículo 9.[13] Os versículos 11 e 12 prometem prosperidade material. **O seu bom tesouro** (12) se refere à **chuva... no seu tempo**. O versículo 13 corresponde ao versículo 7, oferecendo a expectativa de poder e influência em formação. Por toda a passagem, é enfatizada a dependência desta bênção à obediência (1,9,13,14).

2. *As Maldições* (28.15-68)

Depois das bênçãos, vêm seis grupos de maldição. O primeiro (15-19) consiste na reversão das bênçãos apresentadas nos versículos 3 a 6. Em seguida, ocorrem três ciclos de maldições (20-26, 27-37 e 38-48) conforme o padrão das bênçãos dos versículos 7 a 14. A nação pode ser abençoada no âmbito militar, material e espiritual, mas será amaldiçoada nestas mesmas áreas se quebrar o concerto. A mais horrenda destas maldições — a derrota militar — é destacada e exposta como maldição isolada (49-57). O capítulo termina com uma maldição de advertência que resume todas as outras (58-68). Esta série de maldições é uma das mais solenes e eloqüentes na Bíblia. Gera grande parte do seu efeito pela repetição.

a) *A reversão das bênçãos do concerto* (28.15-19). A obediência ocasiona bênçãos (8); a desobediência ocasiona **todas estas maldições** (15). Esta ordem é notavelmente expressa no fato de que estes versículos são inversão exata dos benefícios anteriormente prometidos. O versículo 15 corresponde ao versículo 1; os versículos 16 a 19, com pequena mudança, seguem a ordem dos versículos 3 a 6.

b) *As maldições no homem e na natureza: ciclo um* (28.20-26). Os versículos 20 a 24 descrevem a maldição nos reinos físicos e materiais. O homem e a natureza são ambos atingidos — o homem com doenças[14] e a natureza com pestilência e seca. A **destruição das sementeiras** (22) diz respeito ao efeito destruidor do ardente vento oriental do deserto (cf. NTLH). O versículo 23 se refere à retenção de chuvas. Não haverá nuvens — os **céus** serão tão brilhantes quanto o **bronze**. A **terra** será seca e formará uma crosta tão dura quanto o **ferro**. A retenção de chuvas leva o autor a unir, no versículo 24, os pensamentos da **destruição das sementeiras** (22) e da seca. A única **chuva** que cairia seria de **pó** trazido pelo vento oriental que chegava inesperadamente das areias do deserto, enchendo totalmente o ar. Os versículos 25 e 26 descrevem a derrota militar. O versículo 25 é a inversão do versículo 7. A última frase do versículo 25: **E serás espalhado por todos os reinos da terra**, é mais bem traduzida por: "E serás motivo de horror para todos os reinos da terra" (ARA; cf. NVI). O pensamento é o que consta em Jeremias 18.15-17. A derrota na batalha seria tamanha que ocasionaria o extermínio da nação. A indignidade final seria que o homem, feito para ter domínio sobre as criaturas da terra (Gn 1.26), se tornaria sua infeliz presa. Nem mesmo haveria alguém para os expulsar (26).

O fato de estes desastres virem da mão do **SENHOR** (20-22,24,25) indica que Ele repudiou Israel como seu povo (9,10).

c) *As maldições no homem e na natureza: ciclo dois* (28.27-37). O mesmo tema continua nesta subdivisão, embora a maldição sobre o homem tenha predominância (27-35).

A rejeição de Deus é mais explícita que no ciclo precedente (36,37). Kline observa[15] que, das quatro formas de maldição mencionadas nos versículos 27 a 35 — a doença, a loucura, a opressão e a frustração —, as primeiras três levam à quarta, depois da qual são repetidas em ordem inversa, ou seja, o arranjo é invertido.

A maldição afeta o homem fisicamente. Talvez "as úlceras do Egito, [...] tumores, [...] sarna e [...] prurido de que não possas curar-te" (27, ARA), sejam formas de praga. A maldição também afeta o homem mentalmente, resultando em **loucura** (28, confusão) pior que a cegueira física (29a). O versículo 29b deixa claro que um dos agentes do julgamento divino é o invasor estrangeiro — **serás oprimido** ("serão perseguidos", NTLH). Por conseguinte, a vida social do homem também ficará um caos. A fim de evitar certas decepções, os homens foram dispensados do serviço militar (20.5-7). Mas são exatamente estas decepções que inexoravelmente sobrevirão sobre eles (30). A propriedade será desapropriada diante dos seus **olhos** (31). Os filhos serão vendidos como escravos enquanto os pais estiverem olhando, imóveis, por não poderem fazer absolutamente nada para impedir (cf. 32-34). Os versículos 33 a 35 repetem estes mesmos julgamentos em ordem inversa.

O clímax deste ciclo é o fato de o **SENHOR** (36) rejeitar seu povo, simbolizado pelo exílio nacional e pela adoração de **outros deuses, feitos de madeira e de pedra**.

d) *As maldições no homem e na natureza: ciclo três* (28.38-48). A maldição material ocupa os versículos 38 a 44, embora a nota de derrota militar esteja presente no versículo 41. O tema básico é que o julgamento na forma de pestes e ferrugem reduzirá os israelitas à pobreza. Em processo de inversão da promessa dos versículos 12 e 13, eles terão de pedir emprestado do **estrangeiro** (43,44). A causa destas **maldições** (45,46) materiais é a deserção espiritual. **Deus** (47) rejeitará a nação israelita, ato que será marcado pela entrega de Israel aos seus **inimigos** (48).

e) *A maldição da ruína nacional* (28.49-57). Neste trecho, a mais pavorosa de todas as maldições — a derrota militar — é ampliada na forma de maldição isolada. Esta constitui o clímax, visto que não havia maior marca de desaprovação divina que a destruição da nação.

Os horrores que a acompanham serão tão ruins quanto a própria maldição. Estes horrores virão de dentro e de fora. De fora, virá o inimigo invasor de tal reputação que causará terror. Será uma **nação... que voa como a águia** (49, abutre), que fala uma **língua** estrangeira e desconhecida e que não tem o mínimo de piedade (50). Além de saquear a **terra** (51), "sitiará" (52, NVI; cf. ARA) e destruirá as cidades. Em conseqüência do **cerco** (53), a privação será tamanha que os israelitas sitiados recorrerão ao canibalismo. O **homem mais mimoso e mui delicado** (54; "o homem mais educado e carinhoso", NTLH; cf. NVI) se rebaixará a tal dilema que não dividirá, nem mesmo com a **mulher** e **filhos** sobreviventes, a **carne de seus filhos** (55) que estiver consumindo agora. Nem mesmo os instintos maternos ou o decoro feminino se oporão à intensa privação. A senhora de posição, que não se aventuraria a **pôr a planta de seu pé sobre a terra** (56), por estar acostumada a ser levada na liteira, comeria suas **páreas** (57, secundinas) e os **filhos** nascidos durante o assédio. Mas ela agiria **às escondidas**, a fim de não ter de compartilhar esta comida horrível com o marido e os outros **filhos** (56,57).

f) *Uma advertência de maldição sumária* (28.58-68). Até este ponto, a grande maioria das maldições estava no modo indicativo. Agora, no início da série final, o texto retoma o modo condicional — **se não tiveres cuidado de guardar** (58) — com o qual começara (15). Este recurso é para lembrar Israel que estes resultados drásticos não são inevitáveis, mas que só acontecerão por desobediência. O tema deste grupo final é aproximadamente o mesmo que o primeiro (15-19), isto é, a inversão das bênçãos do concerto. Contudo, aqui as bênçãos com que as maldições são comparadas são as da promessa do concerto original a Abraão (Gn 12.2), subseqüentemente confirmado na libertação milagrosa do Egito.

A obediência ocasionou a isenção das pragas do Egito (Êx 8.22,23; 9.4,6,7,26; 10.23; 11.7). Em contraste, a desobediência não só traria estas **pragas** (59), mas outros julgamentos que não estão escritos no concerto (61). **Maravilhosas** (59) é melhor "extraordinárias" (RSV). Se a obediência possibilitou os israelitas de se multiplicarem mesmo sob opressão (Êx 1.12), os julgamentos divinos os dizimariam (62). Se a obediência os levou à Terra Prometida (Gn 12.1), a desobediência os expulsaria da **terra** (63). Eles se tornariam um remanescente disperso, rebaixados à servidão pagã (64). Mesmo no exílio não teriam sossego (65). Vendo a vida **como suspensa** (66; "em perigo", NTLH; "em constante incerteza", NVI), seriam vítimas constantes da ansiedade (67). O texto descreve o transporte dos israelitas em **navios** (68) de traficantes de escravos de volta ao **Egito**, a uma escravidão pior que a dos seus antepassados. Lá, sofreriam a indignidade última de serem indesejados como escravos e escravas.

Profecia e maldição se misturam quando a pena por desobediência assume a forma de banimento da **terra** (63,64). Não há inconsistência entre isto e a ameaça de retorno ao Egito, que se tornou símbolo de rejeição divina (Os 8.13).

Este capítulo é a exposição mais apoiadora no livro de uma das doutrinas centrais de Deuteronômio: a obediência ocasiona a prosperidade e a desobediência, a desgraça. De acordo com muitos estudiosos, esta opinião é peculiar ao que identificamos por teologia deuteronômica. Trata-se de uma teologia pragmática que "ensina que o sucesso imprevisto dos israelitas refletirá, inevitavelmente, sua lealdade religiosa. Ensina também que, quando forem fiéis e puros em sua adoração e vida, a prosperidade marcará seu estilo de vida, ao passo que a decadência religiosa será seguida por desgraça e maldição".[16] Sob a luz do ensino do Novo Testamento, tal parecer é, na melhor das hipóteses, meia-verdade, visto que em muitos casos a fidelidade a Deus ocasiona o inverso da prosperidade.

O autor de Deuteronômio não teria negado esta declaração. Na verdade, George Adam Smith ressalta que há, pelo menos, uma passagem no livro que explica o sofrimento em termos didáticos e não em termos corretivos ou em cláusulas punitivas (8.2,3).[17] Entretanto, não é esta a lição que o livro precisava ou queria destacar. Na época em que os israelitas estavam prestes a entrar em Canaã, onde encarariam as mais diversas tentações, o ponto de destaque primordial era que a desobediência ocasionaria a ruína.

Ainda que nem todos os sofrimentos sejam explicados com tais palavras, parte importante pode. Se o universo foi criado e ordenado por Deus, refletirá — embora caído — o caráter divino. Por conseguinte, a vida verdadeiramente "natural" é a vida vivida de acordo com a vontade de Deus. Viver de outro modo é viver contra a natureza da vida, é abordar a vida de modo errado. Este não é o caminho à paz ou prosperidade. Baines Atkinson resume o assunto ponderadamente, quando diz: "A questão é que há uma me-

dida de prosperidade material prometida por Deus ao seu povo",[18] conclusão que certamente é justificada pelas palavras de nosso Senhor em Mateus 6.33.

Dentro desta área, o capítulo ensina "As Bênçãos e o Julgamento na Vida Humana". 1) A intenção primária de Deus é abençoar. A precedência das bênçãos sobre as maldições, em contraste com a ordem inversa nos concertos seculares, é impressionante. Vriezen tem razão ao protestar contra a descrição enganosa do Deus do Antigo Testamento como um Deus de julgamento em comparação ao Deus de misericórdia do Novo Testamento.[19] Oséias 11.8,9 e Lamentações 3.32,33 são passagens típicas do Antigo Testamento que falam com a mesma voz que João 3.17 e 12.47. 2) O caminho para abençoar é a obediência. 3) A punição da desobediência é o julgamento. Este princípio, cuja operação Deuteronômio mostra no âmbito temporal, também alcança o eterno. As pessoas que não receberem Cristo como Salvador o enfrentarão como Juiz (Jo 3.18,36).

C. O Juramento do Concerto, 29.1—30.20

Fim da apresentação do teor do concerto, inclusive dos benefícios por obedecer-lhe e das penalidades por quebrá-lo. Resta, agora, selar o concerto fazendo o juramento. É este ato e seus efeitos secundários que são o assunto dos capítulos 29 e 30. Para ressaltar a solenidade do juramento, ocorre a repetição resumida dos principais elementos do concerto, de forma que, até certo ponto, estes capítulos são uma recapitulação de todo o concerto. Assim, o texto de 29.1-9 corresponde ao prólogo histórico registrado em 1.6 a 4.49; a passagem de 29.16-29 condiz com as sanções de 28.1-68; e os trechos de 30.8,10-14 aludem às estipulações do concerto reunidas em 5.1 a 26.19; ao passo que 30.15-20 contém a convocação ao juramento e a citação das testemunhas, até agora não mencionadas, mas partes integrantes do padrão comum de tratado.[20] Aqui, como por todo o Deuteronômio, há forte característica exortativa. O livro não é meramente um concerto legal, mas a compilação de material para a proclamação pública de um concerto. Poderíamos intitulá-lo "concerto pregado" — daí, o forte elemento exortativo.

1. *A Exortação Fundamentada na História* (29.1-9)

No texto hebraico, o versículo 1 é considerado como 28.69. Gramaticalmente, estas palavras podem ser a assinatura do capítulo 28 ou o sobrescrito do capítulo 29. As **palavras do concerto** (1,9) referem-se, talvez, às cláusulas dos capítulos 5 a 26, ou mais provavelmente às palavras que Moisés está a ponto de falar (cf. 4.45; 5.1).[21]

O **concerto** (1) feito em **Horebe** está prestes a ser renovado em **Moabe**. Ao entrarem neste concerto, **Moisés** lembra os israelitas das bênçãos que receberam do **SENHOR** (2). Três bênçãos são recordadas. A primeira é a libertação da escravidão egípcia (2,3). **Grandes provas** (3) é boa tradução. A segunda é a provisão milagrosa no **deserto** (5,6); e a terceira, as vitórias sobre **Seom** e **Ogue** (7,8; 2.30—3.11), cujas terras agora ocupam. Contudo, a despeito destas demonstrações de poder sobrenatural dadas para evocar fé em **Deus** (6; cf. 8.2-4), Israel ainda estava desconfiado (4). "Ao atribuir a Jeová a dureza de coração de Israel, Moisés está meramente adotando o modo de pensar que percorre todo o Antigo Testamento: atribuir todas as coisas a Jeová como fonte última."[22] No que diz respeito a este **concerto** renovado, as coisas deviam ser diferentes (9).

2. *Os Partícipes do Concerto* (29.10-15)

Moisés conclamou o povo para fazer o juramento do concerto: os líderes (10), as crianças, as **mulheres** (11), os estrangeiros, os servos — ninguém ficou de fora. Nem só os que estavam vivos na ocasião faziam parte do juramento. O concerto se estendia a quem ainda não havia nascido — **aquele que hoje não está aqui conosco** (15). O propósito é duplo, como são os partícipes: Israel seria o **povo** (13) de Jeová e Ele, o seu Deus (cf. 26.17,18). Na verdade, o ato de Israel jurar lealdade a Deus é senão o cumprimento do ato de Deus ter jurado aos seus pais fundadores (Gn 17.7).

3. *A Exortação Baseada nas Sanções do Concerto* (29.16-29)

O concerto tinha de ser observado por causa das bênçãos de Deus já recebidas e por causa das tremendas conseqüências da desobediência. A principal ameaça para Israel seria a idolatria. Esta subdivisão começa com uma advertência dupla, embora não esteja muito clara na maioria das traduções. No começo dos versículos 16 e 18 algumas palavras como "prestai atenção" têm de ser acrescentadas (cf. o v. 18 na NVI). Pouco importando a intensidade do fascínio da adoração idólatra, os resultados seriam desastrosos. A **raiz** (18) venenosa daria fruto amargo. Esta apostasia poderia ocorrer inclusive por parte de quem imaginou que a **maldição** (19; "juramento", NTLH; NVI) garantiria segurança incondicional. Longe disso, a infração do concerto ocasionaria a destruição da nação inteira. Quanto à expressão: **Para acrescentar à sede a bebedice** (19), leia: "Isto levaria à ação de tomar de roldão secos e molhados" (RSV), provérbio que indica ruína geral (cf. NTLH; NVI).

Nos versículos 21 a 29, a perspectiva se amplia e se alonga. Nos versículos 18 a 21, a tônica se concentra no indivíduo traiçoeiro. O efeito de seu ato sobre a nação é mencionado de modo incidental (19). Agora, porém, ele é tratado como fonte de contaminação para a nação inteira, e o tom muda de advertência para predição. As conseqüências medonhas são descritas em um diálogo dramático entre os **vossos filhos, que se levantarem depois de vós** (22; os israelitas do futuro), e o **estranho**, alusão aos visitantes estrangeiros a quem Israel se tornou horrível atração turística, uma segunda **Sodoma** (23; cf. Gn 14.2; 19.29). E até os surpresos pagãos entenderão a causa do abandono: **Porque deixaram o concerto do SENHOR** (25). Os próprios pagãos se sentiam ligados aos seus deuses, mesmo sendo falsos. O Israel incrédulo mostrara uma deslealdade que nem mesmo os pagãos conseguiam igualar (26); daí a razão da ruína e exílio (27,28). A advertência é, então, repetida. As **coisas encobertas** (29) do futuro estão somente na mente de **Deus**. O dever de Israel é viver pelo que sabe hoje — a **lei**, o concerto, a vontade de Deus.

4. *A Obediência é a Cura para a Ruína Nacional* (30.1-10)

O tom agora é inconfundivelmente profético. O exílio não é uma ameaça, mas uma certeza — **sobrevindo-te todas estas coisas** (1). Esta passagem olha além da **bênção** e da **maldição**, tratando do período de restauração. Nesta qualidade, é seqüência adequada de 29.16-29. Embora a ligação imperfeita dos assuntos seja, *talvez*, explicada por deslocamento do texto, o caráter deuteronômico de "pregação da lei" também pode ser fator contribuinte. Como diz Manley: "A fluência das palavras flui, como é próprio a discursos, com várias mudanças de direção, e não como em um documento formal. [...] A

organização seqüencial é regida pelo dominante motivo religioso do legislador e pelos diversos assuntos que requeriam sua atenção. Devemos ter o cuidado de não rebaixamos ou eliminarmos passagens por considerarmos inserções tardias, quando podem ser meras divagações".[23]

A ruína futura da nação não tem de ser necessariamente final. Se a idolatria ocasiona a calamidade, a obediência ocasiona a restauração. Os propósitos de Deus são misericordiosos e Ele "mudará a tua sorte, e se compadecerá de ti" (3, ARA). Da **extremidade do céu** (4), Ele os trará de volta à **terra** (5) prometida, abençoando-os com prosperidade (9) e amaldiçoando os **inimigos** (7) de outrora. Contudo, este procedimento é condicional à obediência sincera (2,8,10), u ma obediência que o próprio Deus os capacitará a cumprir. O sinal do concerto de Israel era a circuncisão da carne. No seu devido tempo, Deus os visitará com uma circuncisão espiritual, por meio da qual, de corações renovados e dispostos, eles prestarão a obediência voluntária que o Senhor exige (Jr 31.31-34; Ez 36.26-28; Rm 2.28,29; Cl 2.10,11).

5. *A Convocação para a Decisão* (30.11-20).

O segredo desta obediência futura se mostrará em sua naturalidade e comodidade. Mas com este pensamento, a mente do legislador se volta para o presente e para todos que estão "hoje perante o SENHOR, vosso Deus" (29.10). Para eles, a obediência também é possível. As exigências divinas são fáceis de apurar e entender. Sua disponibilidade é a principal característica da lei divina: está **na tua boca e no teu coração, para a fazeres** (14).

Por conseguinte, passou o tempo para a exposição da lei. Agora é o momento de decisão. As alternativas são apresentadas inflexivelmente: **a vida e o bem** (15) são dependentes da obediência; **a morte e o mal** são resultantes da desobediência (15-18). **Denuncio** (18) quer dizer "declaro" (ARA; NVI; cf. NTLH). Estas alternativas são a essência da teologia do livro deuteronômico. Como toque de solenidade, **os céus e a terra** (19) são intimados para testemunhar que a oportunidade para a livre escolha foi oferecida. O discurso se encerra com uma exortação para escolher a **vida** e seus benefícios concomitantes (19,20).

Destes capítulos, é fácil derivar as "Lições Modernas da Antiga Fé". O novo concerto suplanta o velho no sentido de cumpri-lo e não de anulá-lo. Cristo é o Cumprimento da promessa feita a Abraão (Gn 12.3; Gl 3.29), e os princípios do procedimento de Deus com os homens são imutáveis. Três lições são particularmente destacadas aqui: 1) A condicionalidade da segurança, 29.16-29 (esp. os vv. 19,20). O concerto só garante bênçãos sob a condição da obediência (cf. Am 9.10). 2) A possibilidade da obediência interior, 30.1-14 (esp. o v. 6). Para nós, por meio de Cristo, a devoção de todo o coração a Deus, sem parcialidade, tornou-se possibilidade prática. Esta é a essência do novo concerto. 3) A necessidade de decisão, 30.15-20.

Nos versículos 15 a 20, identificamos o tema "Faça Sua Escolha". 1) Deus deixa claro as alternativas, 15-18; 2) O homem toma a decisão, 19; 3) As conseqüências finais são certas, 17,18,20 (G. B. Williamson).

SEÇÃO IV

A PERPETUAÇÃO DO CONCERTO

Deuteronômio 31.1—32.47

As providências para a sucessão, estabelecidas pela ação de depositar uma cópia do concerto no Templo e pela proclamação de ordens para sua leitura pública regular, eram elementos importantes em muitos antigos documentos de concerto. Havia, também, uma lista de testemunhas que garantiriam o concerto, e um esboço dos procedimentos a tomar caso o vassalo se rebelasse. Não é por casualidade que precisamente estes elementos estejam presentes nesta seção final de Deuteronômio. Claro que a seqüência organizacional dos elementos difere da apresentada em muitos tratados seculares, mas, como ressaltou Mendenhall,[1] estes mesmos tratados mostram variação em ordem seqüencial, omissão, etc., de forma que o padrão não era rígido.

Estes capítulos mantêm o tom exortativo observado em outros lugares de Deuteronômio. Esta característica mostra que o livro não é um mero documento legal, mas uma apresentação simultânea do concerto e da exortação em obedecer-lhe. Pelo visto, é justo considerarmos que estes capítulos indicam uma renovação do concerto de Deus com Israel em virtude da morte iminente de Moisés, que, em sua pessoa, unia os papéis de mediador divino e representante e chefe nacional.

A. PROTEÇÕES PREPARATÓRIAS, 31.1-30

1. *A Nomeação do Sucessor* (31.1-8)

A morte de Moisés estava se aproximando. Por dois motivos, ele não podia liderar os israelitas na conquista de Canaã. Primeiro, a idade exaurira sua capacidade de liderança. Já não podia **sair e entrar** (1; mas cf. 34.7). Segundo, ele fora divinamente proibido

por Deus de cruzar o rio **Jordão** por causa de um pecado cometido (cf. 4.21,22; Nm 20.12). Deus, então, lhe indicara o sucessor. Já ordenado como líder da nação (Nm 27.18-23; Dt 1.38), **Josué** (3) foi a pessoa divinamente nomeada para o cargo. Mas o próprio Deus seria o verdadeiro Líder dos israelitas, os quais poderiam esperar vitórias no futuro como as obtidas sobre **Seom** e **Ogue** (4,5; cf. 2.32—3.10). Josué não precisava ter medo (6), e pela mesma razão: o **SENHOR, pois, é aquele que vai adiante de ti** (6-8).

2. *As Ordens para a Leitura do Concerto* (31.9-13)

O concerto de Israel tinha de ser lido **ao fim de cada sete anos**,[2] no **ano da remissão** (10; cf. 15.1-15), durante a **Festa dos Tabernáculos** (cf. 16.13-15). A responsabilidade da leitura foi dada conjuntamente aos **sacerdotes** e **anciãos** (9), ou seja, as autoridades religiosas e civis. Levando em conta que só os homens tinham de comparecer à festa (16.16), no sétimo ano **todo o Israel** tinha de se reunir: **homens**, **mulheres**, **meninos** ("crianças", NTLH) e os **estrangeiros** (11,12). Todos que desfrutam os benefícios do concerto também devem estar cientes de suas obrigações. Embora esta não fosse a única ocasião em que haveria ensinos sobre fatos e significados do concerto (cf. 6.6,7,20-25), esta seria uma lembrança dramática e memorável para a nação inteira.

3. *A Incumbência de Josué e uma Predição* (31.14-23)

Dois temas estão combinados nestes versículos, o comissionamento de Josué e a composição do Cântico de Moisés. Certos estudiosos advogam que estes versículos estão mal organizados. Por esta e outras razões,[3] eles os atribuem a uma fonte independente e incompatível. Mas o modo em que Moisés e Josué estão associados na cerimônia de comissionamento (14) e na escritura do cântico (19; cf. 32.44), indica, talvez, que Josué está sendo especialmente comissionado no pleno conhecimento da rebelião futura de Israel.

A **tenda da congregação** (14) ou Tenda do Encontro (cf. NVI) era o lugar de encontro pessoal com Deus (Êx 25.22; 29.42; 30.36). Aqui, **Josué**, que já fora comissionado por Moisés (7,8; Nm 27.18-23), teve o comissionamento confirmado pela presença imediata do **SENHOR** (15,23). Além disso, foi-lhe deixado claro que, como o futuro líder de Israel, a nação abandonaria Deus e anularia o **concerto** (16) divino. Junto com Moisés, ele foi encarregado de escrever um **cântico** do testemunho e ensiná-lo aos **filhos de Israel** (19). Esta canção desempenharia a função de testemunha do concerto (ver comentários em 32.1). Quando Israel traiu o concerto, o cântico, por sua existência e por seu teor, testificaria que a nação conscientemente estava quebrando sua palavra (20,21).

4. *A Colocação do Documento junto à Arca* (31.24-27)

A arca já era conhecida por **arca do concerto** (25), porque continha as tábuas do concerto feito no Sinai. Nesta ocasião, porém, o concerto tinha de ser colocado **ao lado** (26) e não dentro da arca. Aqui, cumpriria o papel de **testemunha** do concerto junto com o cântico.

É interessante a referência à atividade de Moisés **escrever** (24) a lei (cf. 9,22; Êx 17.14; Nm 33.2). Ainda que tais dizeres não signifiquem necessariamente que ele tenha sido o verdadeiro escritor de todas as passagens deuteronômicas, não há razão para duvidar que em sentido fundamental ele foi o arquiteto e o autor do Livro de Deuteronômio.

5. *A Leitura Pública do Cântico* (31.28-30)

Duas testemunhas já foram nomeadas: o cântico (19-21) e o documento do concerto colocado ao lado da arca (26). Mas o cântico ainda tinha de ser lido publicamente (28) para que, quando no futuro Deus castigasse os israelitas por serem desobedientes (29), ninguém alegasse ignorância como desculpa. O próprio cântico era uma testemunha, mas Moisés também chamou **os céus e a terra** (28) como testemunhas contra eles. Ele conclamou todo o universo criado para testemunhar que fora feito um concerto entre Israel e Deus.[4]

As ordens centrais neste capítulo — que o concerto seja lido regularmente, que o Cântico do Testemunho seja escrito e ensinado para Israel e que o documento do concerto seja colocado ao lado da arca — englobam um único temor: que Israel se esqueça da promessa feita e a quebre. Era e ainda é um perigo constante. John Wesley acreditava que um importante "meio de promover a religião séria, que era praticada por nossos antepassados e ligada a bênçãos eminentes",[5] era renovar, "em cada circunstância, o concerto que o Senhor seja o nosso Deus".[6] Wesley fez seu primeiro Culto do Concerto no dia 11 de agosto de 1755, e, desde o primeiro domingo de 1782, tem marcado o início de cada ano-novo para os metodistas de todo o mundo. A recordação de nossas promessas a Deus é um complemento necessário para recordarmos as promessas que Ele nos fez. Recordar coletivamente ensina nossos filhos (13); recordar individualmente, nos anima.

High heaven that heard that solemn vow
That vow renewed shall daily hear
Till in life's latest hour I bow,
*And bless in death a bond so dear.**

— *P. Doddridge*

B. PROCEDIMENTO DE *IMPEACHMENT*: O CÂNTICO DO TESTEMUNHO, 32.1-47

O típico tratado do Oriente Próximo continha uma lista de testemunhas das cláusulas do concerto. Outra característica era a determinação dos procedimentos a tomar em ação contra o vassalo rebelde.[7] Continha muitos dos elementos do próprio concerto, mas reformulados na forma de ação judicial.[8] O Cântico de Moisés une estes dois elementos: testemunhas e ação judicial.

Há quem assevere que a forma de Deuteronômio 32 é mais que ação judicial normal, pois pondera sobre a restauração depois do julgamento (26-43). Por esta razão, dizem que o capítulo é reformulação posterior do padrão de ação judicial com o propósito de confissão e ensino.[9] Contudo, Deuteronômio não é mero documento legal. Quando se serve de formatos legais, usa-o para finalidades próprias. E não há motivo para ter se adaptado ao padrão de ação judicial secular para transmitir sua mensagem. A linguagem e a estrutura poética tendem a confirmar esta concepção.[10] Mais tarde, esta ação

* Os altos céus que ouviram o voto solene / Continuarão a ouvir diariamente a renovação do voto / Até que, no último momento de vida, eu me curvar / E bendizer na morte um laço tão querido.

judicial ou padrão controverso se tornou arma legal nas mãos dos profetas para acusar Israel de violação da fé (cf. Is 1.2; Os 4.1; 12.2; Mq 6.2).[11]

1. *A Convocação das Testemunhas* (32.1-3)

O procedimento para levar os rebeldes a julgamento começa com a convocação das testemunhas do concerto, os **céus** e a **terra** (1), para testificarem que o pacto foi feito de forma legal. Mas a convocação também implica em uma afirmação da probidade do concerto. A **doutrina** (2) ou "ensino" (NTLH; NVI) do concerto tem o efeito que a **chuva** faz na vegetação, porque é a palavra de Deus. Deve ser recebida neste princípio vital (3). O termo **doutrina** (2, *leqah*) é usado somente na literatura sapiencial, como, por exemplo, em Provérbios 1.5; 4.2; Jó 11.4 e Isaías 29.24.

2. *A Declaração Preliminar da Acusação* (32.4-6)

O Deus de Israel é a **Rocha** (4; cf. 15,18,30,31,37), a essência da estabilidade e confiança. Sua administração política do mundo é **perfeita, porque todos os seus caminhos** são justos. Esta perfeição de desempenho governamental é mera expressão da perfeição do seu caráter, que é "fiel e correto" (NTLH), **justo e reto**. Seu povo apresenta um triste contraste, e com o versículo 5 inicia a acusação. "Seus filhos têm agido corruptamente para com Ele, já não são seus filhos, por causa da mancha que possuem" (5, RSV). No versículo 6, a acusação é imposta interrogativamente. Onde está a sabedoria em repudiar **teu Pai**, que salvou a nação da escravidão no Egito? (Cf. 8.1-5.) **Não é ele** que **te fez e te estabeleceu?**

3. *A Acusação em Detalhes* (32.7-18)

A acusação contra os israelitas é que eles retribuíram a Deus com maldade pelas suas múltiplas bênçãos recebidas. Esta idéia, esboçada nos versículos 4 a 6, agora é minuciosamente desenvolvida, recontando a bondade de Deus nos versículos 7 a 14. Os versículos 15 a 18 descrevem a ingratidão de Israel. A benevolência de Deus data dos **dias da antiguidade** (7), na verdade, desde o estabelecimento das **nações** (8), quando cada uma recebeu sua **herança**. Naqueles tempos antigos, as nações foram dispostas de modo a deixar espaço adequado para **Israel** (cf. Gn 10.32). O povo de Israel se tornou a **porção do SENHOR** (9).[12]

No versículo 10, o pensamento avança para as peregrinações no deserto — deixando de lado a libertação do Egito para enfatizar o cuidado divino. Israel foi encontrado no **deserto**, como uma criança abandonada (10; Ez 16.3-6). Deus cuidou dessa criança como **a menina do seu olho**. Considerando que Deus está constantemente cuidando de Israel, sua imagem está refletida na pupila dos olhos divinos. A metáfora da **águia** (11, abutre) que empurra as avezinhas recém-emplumadas para fora do ninho para lhes ensinar a voar, mas paira por perto para sustentá-las se caírem, enfatiza ainda mais o cuidado de Deus. A próxima acusação é prevista pela afirmação de que **só** Deus conduziu os israelitas sem a ajuda de qualquer **deus estranho** (12).

A terceira marca do favoritismo de Israel é a ocupação da Terra Prometida, "que mana leite e mel". A posse das **alturas da terra** (13) dá a entender propriedade incontestável. Depois do parco regime alimentar no deserto, ainda que tivesse sido suficiente, o produto suculento dos campos e rebanhos era mesmo abençoador (13,14).

Como prova de que o cântico não era mosaico, certos expositores afirmam que os versículos 7 a 14 rememoram o Êxodo e a ocupação da terra do ponto de vista de acontecimentos do passado remoto. Esta interpretação visa menosprezar ou negar seu elemento profético, como nas passagens anteriores nas quais estão baseados (*e.g.*, 28.15-68; 9.16—30.10).

Nos versículos 8 a 14, vemos o cuidado de Deus para com seu povo na descrição "Como Águias". 1) Deus empluma o ninho, 8-10,12-14; 2) Deus agita o ninho, 11a; 3) Deus ensina os filhotes a voar segundo a natureza, 11b; 4) Deus sustenta os que caem, 11c (G. B. Williamson).

O esplendor da beneficência divina serve apenas para realçar a baixeza da resposta de Israel. O vocábulo **Jesurum** (15, "ereto, íntegro") vem do mesmo radical que a palavra "Israel", à qual é uma opção. Pode ser um nome carinhoso. Há grande ironia em seu uso aqui. Israel reagiu à bondade de Deus como um animal superalimentado, ficando teimoso e até desdenhoso do **Deus que o fez**. Não satisfeito em ignorá-lo (18), Israel se voltou a **deuses estranhos** (16) e às **abominações** que vinham com eles (cf. 18.9-12). Estes deuses são chamados **diabos** (17). No Salmo 106.37, a única outra ocorrência no Antigo Testamento da palavra, eles são os recebedores dos sacrifícios humanos. Estes eram **deuses** que eles nunca **conheceram**; **novos deuses** de quem **seus pais** nunca tinham ouvido falar. Qualquer deus era suficientemente bom e não muito ruim para Israel servir (16,17), ao passo que o Deus "que os gerou" e "os fez nascer" (18, NVI) foi ignorado.

4. *A Sentença* (32.19-25)

Chegou a hora da sentença, dada em duas partes. Os versículos 19 a 21 enfatizam o princípio; os versículos 22 a 25 acrescentam pormenores. O princípio é a justiça rígida. Visto que seus filhos o ignoraram (18), Ele esconderia **deles** o **rosto** (20). Visto que querem seguir os próprios caminhos, Ele os deixará para ver **qual será o seu fim**. Note a fórmula periódica em Romanos 1.24,26,28: "Deus os entregou [abandonou]". Dodd escreve: "Paulo [...] vê que o fato realmente terrível é cair das mãos divinas, e ser deixado a si mesmo em um mundo onde a escolha do mal ocasiona a própria vingança moral".[13] Visto que Israel provocara Deus com um não-**Deus** e ídolos inúteis, Ele os provocará com um não-**povo** e uma **nação louca** (21; "insensata", NVI). Preferem a insensatez; eles a terão. A perfeita combinação com um deus que é a negação de tudo que é divino é um povo que é a negação de tudo que é civilizado — uma horda de bárbaros selvagens. Tendo tudo o que se quer, como descobriu Midas, é uma boa definição de inferno. Este abandono judicial por Deus, longe de ser sinal de desdenho da responsabilidade de sua parte, é um **fogo** (22) aceso contra o pecado que engloba o universo e alcança as profundezas do mundo inferior.[14] O **mais profundo do inferno** é, aqui, o "Sheol" (NVI), a sepultura; não é o domicílio eterno dos ímpios, como no Novo Testamento.

A segunda parte da sentença expõe o modo no qual a pena será estabelecida: a imposição das maldições do concerto (cf. 28.15-68). Como caçador em franca perseguição, Deus esgotará as suas **setas** contra **eles** (23). A **fome** (24), a **peste** e a praga serão o ponto culminante na invasão. A guerra de ruas não poupará o **jovem**, a **virgem**, a **criança de mama** ou o **homem de cãs** (25).

5. *A Promessa de Misericórdia* (32.26-43)

A sentença, que obviamente está a ponto de ser dada na morte e aniquilação de Israel, é subitamente encurtada. É detida pelo temor divino do efeito que esse fim causaria no invasor. **Por todos os cantos os espalharia** (26) é melhor "para longe os espalharia" (RSV). Na estupefação do triunfo sobre Israel, o **inimigo** (27) deduziria que fora seu poder que lhe trouxera vitória. **A ira do inimigo** quer dizer "a provocação do inimigo" (ARA; cf. NVI). **Não estranhem** significa "entendesse[m] mal" (NVI), ou seja, não vissem a verdade. Longe de revelar a glória de Deus, tal reação a colocaria em dúvida.

Esta interpretação enganosa da vitória inimiga pelos conquistadores de Israel é desenvolvida nos versículos 28 a 35. Se tivessem perspicácia, eles perceberiam que o julgamento último seria **o seu fim** (29; cf. 34,35). A derrota dos exércitos de Israel obtida pelos adversários fracos teria somente uma explicação: Deus tinha abandonado Israel (30). Com certeza não podia ser explicada pela superioridade moral dos inimigos, cuja **vinha é a vinha de Sodoma** (32). Se é que eles são piores que os israelitas. Por conseguinte, o julgamento é inevitável. A colheita mortal está selada nos depósitos de Deus (34). Logo virá a hora da **vingança** (defesa) divina quando sobrevier a **ruína** (35).

O pensamento agora se volta diretamente para os israelitas (36-43). À beira da destruição total, no último instante eles vêem a maré virar. No momento de abandono, quando não houver **fechado nem desamparado** (36; "escravo nem livre", ARA; NVI), Deus interferirá para fazer **justiça ao seu povo** e se arrepender **pelos seus servos**. Ele defenderá seu povo e lhe mostrará compaixão. A profundidade do fundo do poço em que os israelitas se encontrarem os compelirá a reconhecer o poder divino. Os **deuses** em quem ternamente confiavam — a **rocha** (37), como são ironicamente chamados — os decepcionaram. Há apenas um Deus, o Único que tem o poder da vida e da morte (39). E agora Ele jura que afiará a sua **espada** (41) e dará aos **adversários** o que merecem. Ele ergue a **mão**, fazendo um juramento que, como **eu vivo para sempre**, assim a justiça será feita (40,41). No versículo 42, a espada entra em ação. "Embriagarei as minhas setas de sangue (a minha espada comerá carne), do sangue dos mortos e dos prisioneiros, das cabeças cabeludas do inimigo" (42, ARA). Os cabelos compridos caracterizavam a aparência feroz e desleixada ou indicavam a dedicação religiosa à guerra (Sl 68.21).

O cântico termina com uma convocação a todas as **nações** (43): Elas devem se alegrar na intervenção justa de Deus. A salvação dos israelitas é causa de alegria, pois por eles todas as nações da terra serão abençoadas (Gn 12.3). A ocasião de alegria é, primeiramente, a exibição da justiça, e em segundo lugar, o exercício da misericórdia. **Terá misericórdia** tem o sentido de "fará expiação" (ARA; cf. NVI; NTLH). O mesmo Deus que se vinga do pecado, o perdoa e limpa; Ele é ao mesmo tempo "Deus justo e Salvador" (Is 45.21), a um só tempo "justo e justificador daquele que tem fé em Jesus" (Rm 3.26).

6. *A Exortação de Moisés* (32.44-47)

Como indicado pelo texto de 31.14,19, Josué estava associado com Moisés em escrever o cântico e ensiná-lo para Israel. **Oséias** (44, Salvação) era o nome original que Moisés mudou para Josué (Jeová é Salvação, Nm 13.8,16). A ocorrência de Oséias aqui é provavelmente erro de ortografia, criado pela omissão de um til (cf. Mt 5.18). Moisés

exorta que **todo o Israel** (45) preste atenção a **todas as palavras** (46) do cântico, de forma que ele as ensine à geração em formação. Esta mensagem não é **vã** (47, insignificante, inútil; cf. NVI), pois a **vida** de Israel está em jogo.

O Cântico de Moisés é grandiosa exposição da doutrina do julgamento de Deus na história, visto que a história de Israel é exemplo notável disso. A doutrina bíblica do senhorio divino da história — do qual o julgamento é apenas um aspecto — é, aqui, dramaticamente afirmada. Se Deus tem um acordo com o povo de Israel para abençoá-lo, também tem um procedimento concordante para autuá-lo em caso de pecado e rebelião. Deus não fica, como pensou Carlyle, sentado no céu sem fazer nada. Há momentos e lugares que parece que o certo é desconsiderado e o erro fica impune, de forma que é difícil "justificar os caminhos de Deus aos homens". Em tais ocasiões, unindo-nos com Forsyth, "confiemos em Cristo" nos quesitos que não podemos "investigar acerca dos acontecimentos".[15] Moisés, primeiro, e Israel, depois, descobriram que a justificação de Deus no ato pelo qual Ele perdoou o pecado, também o condenou (32.43). Na mais ampla medida, podemos descobrir que por esse ato semelhante Ele fez o mesmo pelo mundo inteiro. Foi demonstração sublime de sua justiça e amor na cruz do seu Filho (Rm 3.21-26).

Seção V

A MORTE DE MOISÉS

Deuteronômio 32.48—34.12

Com o Cântico do Testemunho, a forma-padrão de tratado em Deuteronômio chega ao fim. Os dois capítulos restantes estão relacionados com a morte de Moisés. O capítulo 33 registra a bênção que ele deu às tribos de Israel, e o capítulo 34, sua morte misteriosa. A seção termina com uma reflexão feita por outro escritor sobre a grandeza inigualável de Moisés (34.10-12). Estes capítulos são mais que "mero suplemento para registrar o fim de Moisés",[1] um remate para concluir convenientemente a história e satisfazer a curiosidade sobre o que aconteceu com o grande líder. É difícil resistir à conclusão de que, além de relatar a morte de Moisés, estes capítulos reputam que esta ocorrência tem significação para o concerto como um todo. Há quem assevere que Deuteronômio reúne o concerto entre Deus e Israel que foi renovado nas campinas de Moabe em vista da morte iminente de Moisés. Se este pensamento for verdade, conclui-se que a morte de Moisés é equivalente à ativação do concerto.

O falecimento de um líder e a sucessão do seu herdeiro designado, Josué, é prova da fidelidade da nação ao que ela prometera. Pelo que deduzimos, a inclusão do ritual para a ratificação do concerto (cap. 27), a incumbência de Josué (31.1-8,14-23) e muitas características dos capítulos 33 e 34 apóiam esta opinião. Por conseguinte, a Bênção de Moisés e o relato de sua morte, enquanto completam a biografia de um grande homem de Deus, também têm direta importância para o concerto.

A. A Bênção de Moisés, 32.48—33.29

1. *A Morte Iminente de Moisés* (32.48-52)

O passamento de Moisés estava mais imediato do que fora percebido. **Naquele mesmo dia** (48), ele foi chamado ao **monte de Abarim, o monte Nebo** (49; a ARA não faz boa

tradução: "monte de Abarim, ao monte Nebo"), para morrer. **Abarim** significa provavelmente "a montanha das regiões fronteiriças" e denota uma cadeia de montanhas da qual Nebo é o cume mais alto.[2] Moisés não vai morrer sem ver a Terra Prometida. Se "ver" tem o sentido legal sugerido nos comentários em 34.1-4, então, em sentido legal, Moisés estava recebendo posse de Canaã como representante de Israel. Contudo, esta posse legal não lhe seria efetiva em sentido pessoal. Como aconteceu com seu irmão **Arão** (50), ele tinha de morrer sem entrar em Canaã (Nm 33.37-39). E pela mesma razão: pecado — em seu caso nas **águas da contenção, em Cades** (50,51; "águas de Meribá, em Cades", NVI; cf. 1.37). **Pois me não santificastes no meio dos filhos de Israel** (51) é melhor "pois vós não me venerastes como santo no meio do povo de Israel" (RSV; cf. NVI).

2. *A Bênção de Moisés: Introdução* (33.1-5)

A bênção sobre a descendência daqueles prestes a morrer era procedimento comum em muitas sociedades antigas. Ademais, era importante, porque as sociedades nômades não tinham o costume de escrever, tornando obrigatória falar a bênção.[3] Este ato tinha a validade de última vontade e testamento (cf. Gn 27.34-38). Como Jacó (Gn 49.1-27), Moisés **abençoou os filhos de Israel antes da sua morte** (1). As bênçãos (6-25) estão dispostas em uma estrutura (1-5,26-29) que se refere a Moisés na terceira pessoa. Os versículos 1 e 4, como a narrativa de sua morte, foram evidentemente escritos por outra pessoa. Mas as bênçãos mostram todos os indícios de serem mosaicas. Aludem a ocorrências contemporâneas (8,9,21), e a forma das palavras, a dicção poética e a estrutura requerem uma data antiga.[4]

A afirmação que diz que muitas das bênçãos individuais inferem acontecimentos ou circunstâncias depois do tempo de Moisés, por exemplo, os versículos 6 e 7, ignora o elemento profético de tais bênçãos (cf. Lc 2.28-35). Em seu teor, as bênçãos contêm uma referência teocrática, se as compararmos com o tom predominantemente secular das bênçãos de Jacó. Também contrastam notavelmente com o tom do Cântico do Testemunho. Se ameaças e avisos fazem parte do concerto, as bênçãos serão a última palavra.

Os versículos introdutórios das bênçãos constituem um poema em louvor da grandeza e bondade do **SENHOR** (2), o Deus de Israel, particularmente por Ele haver dado a lei. O texto pinta Deus como um amanhecer resplandecente sobre o **Sinai**, figura comum no Antigo Testamento (Jz 5.4; Hc 3.3). Ele é escoltado por **dez milhares de santos**, cuja descrição ocorre na última frase dos versículos 2 e 3. Estes versículos são mais bem traduzidos assim: "À sua direita surgem os poderosos, os guardiões dos povos. Todos os santos estão na tua mão, eles se prostram a teus pés e executam tuas decisões".[5] A doação da **lei** (concerto) por **Moisés** (4) e sua ratificação pela assembléia de **Israel** (5) eram o reconhecimento de Deus como o Rei de Israel.

3. *As Bênçãos Individuais* (33.6-25)

Moisés invoca bênçãos sobre cada uma das tribos, exceto sobre Simeão, que logo seria absorvido por Judá (Js 19.2-9). O número 12 é mantido contando José por dois (17). As tribos dos filhos das esposas de Jacó são abençoadas em primeiro lugar, vindo em seguida as tribos dos filhos das servas.

O primeiro a ser abençoado é **Rúben** (6), como fez também Jacó. Esta oração repete o termo modificador "não" (Gn 49.4) para que a tribo **não** seja extinta. A bênção de **Judá**

(7) é difícil de interpretar; pode ser uma oração profética revelando que Deus sanará a discórdia entre **Judá** e as tribos do norte (1 Rs 12.16-20). A bênção de **Levi** (8-11) é confirmação da tribo na função com que já fora investida. Espalhados por todo o Israel nas palavras de Jacó (Gn 49.5-7), os filhos de Levi foram elevados à posição de tribo sacerdotal. Eram os guardiões do **Tumim** e **Urim** (8), o peitoral sagrado pelo qual a vontade de Deus era revelada (ver comentários em Êx 28.30). Em **Massá** e **Meribá**, Levi, nas pessoas de Moisés e Arão, foi provado e fracassou (Êx 17.1-7; Dt 6.16). A prova que os *levitas* fizeram de Deus foi a revelação da própria incredulidade e foi, também, a prova que Deus fez *deles*. Não obstante, no episódio do bezerro de ouro, eles permaneceram leais a Deus mesmo à custa de repudiar os **irmãos** (9; cf. Êx 32.26-29). Conseqüentemente, ensinarão **os teus juízos a Jacó** (10), exercendo as funções do sacerdócio: ensinar a lei e fazer sacrifícios. Moisés oferece uma oração em prol da **obra das suas mãos** (11) e pela destruição dos inimigos.

Tendo abençoado a tribo do primogênito de Jacó e as tribos da realeza e do sacerdócio, Moisés agora se dedica às tribos dos filhos de Raquel. **Benjamim** (12), o filho da velhice de Jacó, é abençoado em termos que condizem com seu lugar no afeto do pai. Além de serem guardados e protegidos, o próprio Deus **morará entre** os **ombros** dos benjamitas. O verbo hebraico traduzido por **morará** vem da palavra hebraica que designa a habitação de Deus entre seu povo. Em hebraico, o vocábulo **ombros** é usado para se referir ao monte em Jerusalém, no qual seria levantado o Templo (Js 15.8; 18.16, RSV). O significado é que o Templo seria construído nas terras de Benjamim.

A mais longa das bênçãos é reservada para **José** (13-17; cf. Gn 49.22-26). Nos versículos 13 a 16, Moisés invoca a prosperidade material sobre esta tribo. O versículo 14 concebe que a **lua** contribui para o crescimento das plantas. Aquele que **habitava na sarça** (16) é referência à manifestação do próprio Deus a Moisés (Êx 3.2). O poder militar é o assunto do versículo 17, sendo as **pontas** ("chifres", NVI, de boi selvagem) símbolo de força. **Efraim** e **Manassés**, filhos de José, receberam a porção dobrada tirada de Rúben (a quem pertencia por ser o primogênito) e dada por Jacó a José (Gn 48.22).

Zebulom e **Issacar** compartilham a próxima bênção (18,19). Gênesis 49.13 descreve que Zebulom é uma tribo ligada ao mar, e os dois versículos seguintes apresentam Issacar se dedicando à agricultura. Estas carreiras são confirmadas pelas **saídas** de Zebulom e pelas **tendas** de Issacar (18). Ambas as tribos chamarão outros **povos** (19) para suas festas religiosas, nas quais também haveria comércio. Os **tesouros escondidos na areia** (19) se referem, provavelmente, ao fabrico de vidro, atividade que se sabe ter ocorrido nas regiões arenosas de Aco.

As demais bênçãos são dadas sobre os filhos de Zilpa e Bila, respectivamente as criadas de Léia e Raquel. **Gade** é abençoado (20,21) por causa de sua bravura militar. Sendo a primeira das tribos a escolher uma herança, ela se instalou na Transjordânia (Nm 32.1-5). "Escolheu para si o melhor; a porção do líder lhe foi reservada" (21, NVI). Embora os gaditas houvessem recebido herança própria, Moisés tinha certeza de que, conforme a palavra que deram (Nm 32.6-33), eles lutariam ao lado das outras tribos até que todas recebessem suas respectivas heranças (21b). **Dã** (22) é creditado com a capacidade de ataque surpresa, demonstrado na vitória esplendorosa obtida sobre Laís, em **Basã**, onde depois se estabeleceram (cf. Js 19.47; Jz 18.27). **Naftali** (23), cuja sorte era a parte norte da Galiléia, será tão favorecido pela natureza quanto pelas bênçãos do

Senhor. A tradução **Ocidente** (23) é um erro. A palavra hebraica significa "lago" (cf. ARA). **Naftali** possuirá "o lago da Galiléia até o Sul" (NTLH). A bênção final é sobre **Aser** (24), situada na fronteira Noroeste de Israel. Sobre esta tribo é invocada prosperidade expressa em população, popularidade e riqueza. Usar **azeite** nos pés era sinal de fartura. O território de Aser era notável para sua riqueza natural (cf. Gn 49.20). Por causa da exposição que denotava sua posição geográfica, havia a promessa de **força** (25). Esta **força** se expressaria em armamentos e número de homens.

Vale a pena estudar as características das bênçãos. Primeiro, devemos compará-las com as bênçãos registradas em Gênesis 49.1-27. A comparação revela que, enquanto certas tribos permaneceram nas garras de suas fraquezas ou imoralidade (*e.g.*, Rúben), outras passaram por uma transformação (*e.g.*, Levi). As bênçãos em si são importantes, pois mostram as qualidades que Deus deseja para o seu povo: adoração (Levi), trabalho honesto (Zebulom e Issacar), abnegação (Gade), segurança (Benjamim) e força (Aser). Cada tribo não tinha as mesmas necessidades, mas pouco importando quais fossem, Deus podia satisfazê-las. Do ponto de vista grupal, as bênçãos são significativas, pois mostram a completa ausência do tom de severidade e maldição, presente nas bênçãos de Jacó. Apesar do fato e adequação das advertências e ameaças dos capítulos anteriores, Deuteronômio demonstra seu caráter final nas bênçãos de Deus. "Não esmagará a cana quebrada e não apagará o morrão que fumega, até que faça triunfar o juízo" (Mt 12.20; Is 42.3).

4. *A Bênção de Moisés: Conclusão* (33.26-29)

Os versículos introdutórios da bênção recordam a criação da nação no Sinai (1-5). Estes versículos finais têm tamanha confiança na ocupação bem-sucedida da terra, que os verbos hebraicos dos versículos 27 e 28 estão no passado (e não em outros tempos verbais como nas traduções; contudo, ver o v. 27b na ARA). O fundamento desta confiança é o único e incomparável Deus de Israel, que **cavalga sobre os céus** (26) para ajudar a nação israelita. Ele é a **habitação** (Sl 90.1 [cf. RC, nota de rodapé: "morada"]) do seu povo, e o seu sustento (27) é tão eterno quanto sua pessoa — os **braços** de Deus nunca se cansam. Ele tratará dos **inimigos** (28) de Israel para que este goze de segurança e prospere. A **fonte de Jacó** (28) se refere à população israelita. Pelo fato de Deus ser seu Deus único, **Israel** (29) é um povo único. É **salvo** (vitorioso) pelo **escudo** e **espada** do Senhor. Os **inimigos** bajularão os israelitas, ou seja, lhes prestarão obediência dissimulada. Israel ocupará **suas alturas** (os imponentes lugares altos do território).[6]

Nos versículos 26 a 29, vemos "O Deus Incomparável". 1) Deus é um Refúgio eterno, 27; 2) Deus é um Apoio seguro, 26; 3) Deus é a Fonte de suprimento abundante para toda necessidade, 28 (cf. Fp 4.19) (G. B. Williamson).

B. A MORTE DE MOISÉS E A SUCESSÃO DE JOSUÉ, 34.1-12

O capítulo 34 registra a obediência de Moisés à ordem recebida em 32.48-52, de onde esta narrativa é a continuação. Pelo menos em parte, os acontecimentos recontados aqui têm o desígnio de mostrar que, com o falecimento de Moisés, Israel permaneceu fiel à promessa que fizera no concerto, e que o sucessor designado por Deus foi devidamente

reconhecido. É impossível dizer quanto tempo depois da morte de Moisés este relato foi escrito. Os versículos 10 a 12 dão a entender que, desde então, suficientes profetas se levantaram para tornar uma comparação possível.

1. *A Morte de Moisés* (34.1-8)

Chegou a hora de Moisés morrer, mas ele não subiu ao monte apenas para isso. Em primeiro lugar, foi-lhe mostrada a Terra Prometida. Do monte **Nebo** (1), do topo da cordilheira serrilhada ou *pisga*[7] das montanhas a leste de Jericó, "está em panorama a parte principal do oeste da Palestina".[8] **Toda a terra** foi mostrada a Moisés, e não somente parte dela (1-3). A Oeste, ele viu **Judá, até ao mar último** (2; o "mar ocidental", ARA; *i.e.*, "o mar Mediterrâneo", NTLH). Ao **Sul** estava **Jericó**, famosa por suas **palmeiras** até **Zoar** (3). Esta era a terra prometida aos patriarcas, e Moisés estava vendo-a por inteiro. Daube, com base em analogia legal, propõe que no pensamento hebraico olhar era símbolo de aquisição, por cujo ato a propriedade se tornava legalmente, senão de fato, de quem olhava (cf. Gn 13.14,15).[9] Desta forma, Moisés estava aceitando de Deus a propriedade da Terra Prometida em nome de todo o povo de Israel. Mas isto só acrescenta sentimento de aflição à tragédia inevitável da situação. Ele a vê mas nunca a possuirá de verdade. Por causa de pecado próprio, embora ocasionado pelo pecado de outrem (3.24-29), ele foi permanentemente excluído.[10] **Assim, morreu... Moisés, servo do SENHOR** (5) até à morte, e foi enterrado em sepultura desconhecida (6). Ninguém vai adorar junto ao túmulo do mediador do antigo concerto nem do Mediador do novo. O registro bíblico enfatiza que, apesar de idade avançada, **seus olhos nunca se escureceram** (7). Esta observação reforça que ele viu a terra em sua totalidade e, assim, entrou em plena posse legal.[11] A frase: **Nem perdeu ele o seu vigor**, dá a entender que sua morte não foi natural, mas ocorreu **conforme o dito do SENHOR** (5). O versículo 8 registra o período de **trinta dias** de luto oficial.

2. *A Sucessão de Josué* (34.9-12)

O líder da nação que representara Deus ao povo e o povo a Deus falecera, mas não houve crise de obediência. Os líderes mudam, mas a obra de Deus avança (Js 1.1). A nação, em obediência à ordem de Moisés (31.1-8), confirmou a sucessão de **Josué** (9).

Embora Josué fosse o sucessor de Moisés, não lhe era igual. Na verdade, de todos os profetas que desde então surgiram, nenhum foi **como Moisés** (10; cf. 18.15-19; Nm 12.6-8). O Livro de Deuteronômio termina com um olhar para o futuro. Relembrando 18.15-19 e afirmando que até então nenhum profeta como Moisés surgira, são fatores que apontam para Aquele que, séculos mais tarde, ofereceu aos seus seguidores reunidos o cálice do novo concerto selado com o seu próprio sangue (Mc 14.23,24).

Notas

INTRODUÇÃO

[1]M. G. Kline, *Treaty of the Great King* (Michigan: William B. Eerdmans Publishing Company, 1963).

SEÇÃO I

[1]Adam Clarke, *The Holy Bible with a Commentary and Critical Notes*, vol. I (Londres: William Tegg & Company, 1854), p. 749.

[2]J. H. Hertz (editor), "Deuteronomy", *The Pentateuch and Haftorahs* (Londres: Soncino Press, 1938), p. 737.

[3]G. T. Manley, "Deuteronomy", *The New Bible Commentary*, editado por F. Davidson (Londres: InterVarsity Fellowship, 1954), p. 199.

[4]Clarke, *op. cit.*, vol. I, pp. 678, 679.

[5]W. L. Alexander, "Deuteronomy", *The Pulpit Commentary*, editado por H. D. M. Spence e Joseph S. Exell (Londres: Funk & Wagnalls, 1907), p. 18.

[6]H. Cunliffe-Jones, "Deuteronomy", *Torch Bible Commentaries*, editado por J. Marsh *et al.* (Londres: Student Christian Movement, 1951), p. 34.

[7]S. R. Driver, "Deuteronomy", *The International Critical Commentary* , editado por S. R. Driver *et at.* (Edimburgo: T. & T. Clark, 1895), p. 31.

[8]Manley, NBC, p. 200.

[9]D. J. Wiseman, "Horites, Horim", *The New Bible Dictionary*, editado por J. D. Douglas *et al.* (Londres: InterVarsity Fellowship, 1962), p. 537.

[10]W. F. Boyd, "Zamzummim", *Dictionary of the Bible*, editado por James Hastings *et al.* (Edimburgo: T. & T. Clark, 1929), p. 983.

[11]PC, *loc. cit.*

[12]Cf. Driver, *op. cit.*, p. 53.

[13]C. H. Waller, "Deuteronomy", *A Bible Commentary*, editado por Charles John Ellicott, vol. II (Londres: Marshall Brothers, s.d.), p. 18.

[14]Manley, NBC, p. 201.

[15]Hertz, editor, *op. cit.*, p. 756.

[16]F. F. Bruce, *Israel and the Nations* (Exeter: Paternoster Press, 1963), p. 14.

[17]T. W. Davies, "Deuteronomy", *A Commentary on the Bible*, editado por Arthur S. Peake (Londres: T. Nelson & Sons, 1948), p. 234.

SEÇÃO II

[1]Hertz, editor, *op. cit.*, p. 764.

[2]Bruce, *op. cit.*, p. 16.

[3]Manley, NBC, p. 204.

[4]J. Battersby-Harford, "Deuteronomy", *A New Commentary on Holy Scripture*, editado por Charles Gore *et al.* (Londres: Society for Promoting Christian Knowledge, 1928), p. 156.

[5]G. Ernest Wright, "Deuteronomy", *The Interpreter's Bible*, editado por George A. Buttrick *et al.*, vol. II (Nova York: Abingdon-Cokesbury Press, 1951), p. 372.

[6]Driver, *op. cit.*, p. 93.

[7]Clarke, *op. cit.*, p. 769.

[8]Para informar-se de uma análise mais completa sobre este assunto, ver Driver, *op. cit.*, pp. 201ss.

[9]Hertz, *op. cit.*, p. 780.

[10]Wright, IB, vol. II, p. 386.

[11]Kline, *op. cit.*, p. 74.

[12]Hertz, *op. cit.*, p. 790.

[13]Clarke, *op. cit.*, p. 778.

[14]Cf. Driver, *op. cit.*, pp. 203, 204.

[15]Para cientificar-se de uma declaração ótima e concisa sobre a posição conservadora, ver G. Ch. Aalders, *A Short Introduction to the Pentateuch* (Londres: Tyndale Press, 1949), cap. xi, e Hertz, *op. cit.*, pp. 939-941. Para inteirar-se da posição modificada de Wellhausen, ver Driver, *op. cit.*, pp. 136-150, e Gerhard von Rad, *Studies in Deuteronomy* (Londres: SCM Press, 1966), pp. 89-94.

[16]Kline, *op. cit.*, p. 84.

[17]Hertz, *op. cit.*, p. 807 (acerca do v. 17, cf. tb. a p. 808).

[18]W. J. Moulton, "The Social Institutions of Israel", *A Commentary on the Bible*, editado por Arthur S. Peake (Londres: T. Nelson & Sons, 1948), p. 110.

[19]Cf. Alexander, *op. cit.*, p. 253.

[20]Matthew Henry, "Deuteronomy", *An Exposition of the Old and New Testament*, vol. I (Londres: James Nisbet & Company, 1857), p. 787.

[21]Hertz, *op. cit.*, p. 814.

[22]*Ib.*

[23]Cf. nota extensa sobre a noção hebraica de justiça. *Ib.*, pp. 820, 821.

[24]J. Wellhausen, *Prolegomena to the History of Ancient Israel* (Nova York: Meridian Books, 1957), cap. iv.

[25]Para inteirar-se de um exame das supostas violações da lei, ver W. H. Green, *The Higher Criticism of the Pentateuch* (Londres: Richard D. Dickinson, 1895), pp. 150-154.

[26]Esta tradução está perfeitamente de acordo com o hebraico (ver Wright, IB, vol. II, p. 444).

[27]W. F. Albright, *Archaeology and the Religion of Israel*, terceira edição (Baltimore: The Johns Hopkins Press, 1953), p. 110. Para inteirar-se de comentários mais minuciosos sobre a relação dos sacerdotes e levitas, ver James Orr, *The Problem of the Old Testament* (Londres: James Nisbet & Company, 1907), pp. 184-190; e D. A. Hubbard, "Priest and Levites", NDB, pp. 1.028-1.034.

[28]Ver, *e.g.*, Kline, *op. cit.*, cap. 2; E. W. Nicholson, *Deuteronomy and Tradition* (Oxford: Basil Blackwell, 1967), pp. 78, 79.

[29]Kline, *op. cit.*, p. 20.

[30]*Ib.*, p. 100. Para inteirar-se de outras possíveis explicações, ver Driver, *op. cit.*, pp. 215, 216.

[31]Quanto ao significado da frase **ao lugar que o SENHOR escolheu** (6), cf. comentários em 12.5.

[32]"Pelo visto, a cultura sedentária que os israelitas encontraram no século XIII a.C. retratava o mais baixo nível religioso de toda a história cananéia" (Albright, *op. cit.*, p. 94).

[33]Para inteirar-se da documentação relativa à função de concerto que os profetas exerciam, ver Nicholson, *op. cit.*, pp. 78, 79.

[34]Ver Bruce, "Messiah", NDB, pp. 812-814, acerca do Messias como antítipo de Moisés.

[35]Manley, NBC, p. 213.

[36]K. A. Kitchen, *Ancient Orient and the Old Testament* (Londres: Tyndale Press, 1966), p. 147.

[37]"Meu altar" (Êx 21.14) não é o "lugar" para onde "ordenar-te-ei" (Êx 21.13). Ver Adam C. Welch, *The Code of Deuteronomy* (Londres: James Clarke, 1924), pp. 138, 139.

[38]Kline, *op. cit.*, p. 102.

[39]M. Greenberg, "Some Postulates of Biblical Criminal Law", *The Yehezkel Kaufmann Jubilee Volume* (Jerusalém: Magnes Press, The Hebrew University, 1960), pp. 5-28.

[40]Sobre o tema do caráter progressivo da revelação, ver os comentários incisivos de Orr, *op. cit.*, pp. 465-477.

[41]Para inteirar-se de um relato de Guerra Santa em Israel, ver Roland de Vaux, *Ancient Israel, Its Life and Institutions*, segunda edição (Londres: Darton, Longman & Todd, 1965), pp. 258-267.

[42]Ver o comentário feito por Gerhard von Rad, em *Studies in Deuteronomy* (Londres: SCM Press, 1966), cap. 4.

[43]G. T. Manley, *The Book of the Law* (Londres; Tyndale Press, 1957), pp. 112, 113.

[44]Hertz, *op. cit.*, p. 833.

[45]Vaux, *op. cit.*, p. 138.

[46]Welch, *op. cit.*, pp. 147, 148.

[47]Kline, *op. cit.*, p. 107.

[48]Vaux, *op. cit.*, p. 53.

[49]*Ib.*, p. 149.

[50]Wright, IB, vol. II, p. 329.

[51]George Adam Smith, "The Book of Deuteronomy", *The Cambridge Bible* (Cambridge: University Press, 1918), p. 259.

[52]Welch, *op. cit.*, p. 202.

[53]Ver a nota de Driver, *op. cit.*, p. 250.

[54]Smith, *op. cit.*, p. 250.

[55]Wheeler Robinson diz: "Talvez a união das deidades masculinas e femininas estivesse tacitamente reconhecida por este tecido (egípcio?)" ("Deuteronomy and Joshua", *The Century Bible* [Edimburgo: T. & T. Clark, s.d.]), p. 168.

[56]Driver, *op. cit.*, p. 43.

[57]Vaux, *op. cit.*, p. 87.

[58]Driver, *op. cit.*, pp. 270, 271.

[59]Citado em Driver, *op. cit.*, p. 272.

[60]Waterson, "Disease and Healing", NBD, p. 314.

[61]Os expositores afirmam, sobretudo com base em Js 7.24,25 e 2 Sm 21.1-9, que este ponto de vista também prevalecia em Israel. Driver ressalta que os exemplos citados são excepcionais e não apóiam uma conclusão geral (*op. cit.*, p. 277). Para inteira-se de uma análise que sustenta que nem sempre esses elementos sociais e individuais estavam presentes no pensamento israelita, ver Th. C. Vriezen, *An Outline of Old Testament Theology* (Oxford: Basil Blackwell, 1958), pp. 324, 325. É interessante destacar que Vriezen advoga que a alternação da forma de tratamento entre o singular e o plural, característica marcante em Deuteronômio, é prova do seu argumento.

[62]Manley, NBC, p. 216.

[63]J. Denney, "The Second Epistle to the Corinthians", *The Expositor's Bible* (Londres: Hodder & Stoughton, 1894), p. 216.

[64]H. Cunliffe-Jones, "Deuteronomy", *Torch Bible Commentaries*, editado por J. Marsh *et al.* (Londres: Student Christian Movement Press, 1951), p. 140.

[65]Ver os comentários de E. E. Ellis em seu livro *Paul's Use of the Old Testament* (Grand Rapids: William B. Eerdmans Publishing Company, 1957), pp. 46, 47.

[66]Wright e Thompson, "Marriage", NBD, p. 789.

[67]Kline, *op. cit.*, p. 118.

[68]Vaux, *op. cit.*, p. 159.

[69]Cunliffe-Jones, *op. cit.*, p. 140.

[70]Hertz, *op. cit.*, p. 860.

[71]Welch, *op. cit.*, p. 93.

[72]No v. 2, o termo hebraico *min* (que significa "de", tradução que aparece na palavra **das** [contração da preposição *de* com o artigo definido plural *as*]) pode ser enfático (ver **RSV**; NVI). Talvez a refeição sagrada (11) seja aquela que acompanha a Festa das Semanas (16.11), na qual as primícias poderiam ter sido oferecidas (ver Driver, *op. cit.*, p. 290).

[73]A expressão **o SENHOR, teu Deus** é usada 299 vezes em Deuteronômio, muitas delas com associações ao Êxodo e ao Sinai. "*Yahweh*, teu Deus', expressa uma relação pessoal e exclusiva entre *Yahweh* e Israel, e indica a consciência de que há diferença fundamental entre o Deus de Israel e os deuses das nações" (Manley, *The Book of the Law*, p. 41).

[74]Manley, *The Book of the Law*, pp. 108, 109.

[75]Para informar-se de um relato sobre este ponto de vista e suas objeções, ver Driver, *op. cit.*, pp. 170, 171.

[76]Para inteirar-se de uma exposição mais profunda sobre este ponto de vista (embora com certas variações), ver A. H. Finn, *The Unity of the Pentateuch* (Londres: Marshall Brothers, s.d.), pp. 196-199.

[77]Ver Manley, *The Book of the Law*, pp. 71-73.

[78]Como exemplo de confissão de insolubilidade do problema organizacional de Deuteronômio, ver Nicholson, *op. cit.*, pp. 32, 33.

[79]G. E. Mendenhall, *Law and Covenant in Israel and the Ancient Near East* (Pittsburgh, Pensilvânia: The Biblical Colloquium, 1955), pp. 31-35. O reconhecimento de que o *todo* de Deuteronômio é responsável por este padrão abrange todas as nuanças do espectro teológico sustentado por Rad, no lado liberal (*e.g.*, Rad, *Studies in Deuteronomy*, pp. 14, 15), e por Kline, no lado conservador (Kline, *Treaty of the Great King*, pp. 27-44), que aplica a idéia com grande eficácia.

[80]Segundo Kline, *op. cit.*, p. 20.

[81]D. Daube, *Studies in Biblical Law* (Cambridge: University Press, 1947), cap. 2, "Codes and Codas".

[82]Cf. Kitchen, *op. cit.*, p. 128, nota de rodapé n.º 63; pp. 134, 135, 148, 149; Greenberg, *op. cit.*, pp. 5-7.

[83]A frase é título do cap. 2 do livro de H. M. Wiener, *Early Hebrew History* (Londres: Robert Scott, 1924). No capítulo, ele mostra que Moisés não considerava que suas leis fossem imutáveis em todos os tempos. Ele próprio as modificou (cf. Nm 27.1-11, que modifica a regra de que só os filhos homens têm direito a herança). Também deu espaço para que outros a modificassem, quando previu a monarquia (Dt 17.14-20) com suas inseparáveis mudanças, e a sucessão de profetas que ocupariam seu lugar (Dt 18.9-22). O critério de tais alterações é que não deviam promover a apostasia (cf. Dt 13.1-5; 18.20).

[84]F. F. Bruce, *Israel and the Nations* (Exeter: Paternoster Press, 1963), p. 16.

SEÇÃO III

[1]Para inteirar-se de um resumo e comparação, ver Kitchen, *op. cit.*, pp. 90-99.

[2]Mendenhall, *op. cit.*, p. 32. Ver tb. J. A. Thompson, *The Ancient Near Eastern Treaties and the Old Testament* (Londres: Tyndale Press, 1964), p. 15.

[3]Thompson, *op. cit.*, pp. 25, 26.

[4]Manley, *The Book of the Law*, p. 134.

[5]Rad, "Deuteronomy", p. 166.

[6]Cf. Kitchen, *op. cit.*, pp. 92-94; Thompson, *op. cit.*, p. 14.

[7]Segundo Kline, *op. cit.*, p. 124; Kitchen, *op. cit.*, p. 98.

[8]Cf. J. B. Pritchard, *Ancient Near Eastern Texts* (Princeton, Nova Jersey: Princeton University Press, 1950), pp. 353ss.

[9]Rad, "Deuteronomy", pp. 168, 169.

[10]Ver F. C. Fensham, "Malediction and Benediction in Ancient Near Eastern Vassal-Treaties and the Old Testament", *Zeitschrift Für Die Alttestamentliche Wissenschaft*, Heft 1 (Berlim: Töpelmann, 74 Band, 1962), pp. 1-8.

[11]Kitchen, *op. cit.*, p. 97, nota de rodapé n.º 39.

[12]*Ib.*, nota de rodapé n.º 41.

[13]Ver a nota de Driver, *op. cit.*, p. 306.

[14]Para inteirar-se de identificações médicas das doenças alistadas nos vv. 21,22, ver Smith, *op. cit.*, p. 311.

[15]Kline, *op. cit.*, p. 127.

[16]H. H. Rowley, *The Growth of the Old Testament* (Londres: Hutchinson's University Library, 1956), p. 27.

[17]Smith, *op. cit.*, p. xxxviii.

[18]J. Baines Atkinson, *The Beauty of Holiness* (Londres: The Epworth Press, 1953), p. 131. Todas as suas considerações de a prosperidade ser um de "Os Frutos do Amor Perfeito" (pp. 128-131) são feitas com refinado equilíbrio.

[19]Vriezen, *op. cit.*, pp. 274-276.

[20]Mendenhall, *op. cit.*, pp. 32ss.

[21]Manley, *The Book of the Law*, pp. 151, 152.

[22]Manley, NBC, p. 218.

[23]Manley, *The Book of the Law*, p. 68.

SEÇÃO IV

[1]Mendenhall, *op. cit.*, p. 32.

[2]Entre os hititas, a cujos tratados Deuteronômio tem a mais estreita semelhança, os concertos eram lidos publicamente a cada três anos (Mendenhall, *op. cit.*, p. 40).

[3]Ver o resumo de Driver, *op. cit.*, pp. 337, 338.

[4]Um típico tratado hitita entre suserano e vassalo alista "as montanhas, os rios, as fontes, o grande Mar, os céus e a terra, os ventos e as nuvens para serem testemunhas deste tratado e seu juramento" (Pritchard, *op. cit.*, pp. 203-205).

[5]J. Wesley, *Journal*, 6 de agosto de 1755, Edição Padrão, editado por Neemiah Curnock, vol. IV (Londres: The Epworth Press, 1938), p. 126.

[6]Wesley, *Journal*, 25 de dezembro de 1747, vol. III (*ed. cit.*), p. 328.

[7]Mendenhall, *op. cit.*, pp. 35ss.

[8]Ver Julien Harvey, "Le 'Rib-Pattern,' Réquisitoire Prophétique Sur La Rupture de L'Alliance", *Biblica*, vol. XLIII (1962), pp. 172-196. Devemos muito a esta obra o padrão exegético apresentado ao cap. 32.

[9]G. Ernest Wright, "The Lawsuit of God: A Form-Critical Study of Deuteronomy 32", *Israel's Prophetic Heritage, Essays in Honour of James Muilenburg*, editado por Bernhard W. Anderson e Walter Harrelson (Londres: SCM Press, 1962), pp. 26, 27, 40, 41, 54-58.

[10]Quanto à linguagem, ver W. F. Albright, "Some Remarks on the Song of Moses in Deuteronomy 32", *Vetus Testamentum*, vol. IX (1959), pp. 339-346. Quanto à estrutura poética, ver Patrick W. Skehan, "The Structure of the Song of Moses in Deuteronomy", *Catholic Biblical Quarterly*, vol. XIII, n.º 4 (Outubro de 1951), pp. 153-163.

[11]Mendenhall, *op. cit.*, pp. 44ss.

[12]Há quem sugira uma explicação alternativa aos vv. 8,9 com base no texto da última frase do v. 8 conservada no Antigo Testamento grego e no texto de Deuteronômio encontrado na Caverna 4 em Qumran. Lê-se: "Conforme o número dos filhos de Deus" (cf. NVI, nota de rodapé). Considera-se que os "filhos de Deus" sejam o concílio dos seres sobrenaturais, mas inferiores, que Deus tem nos céus, por quem ele administra o universo (cf. 1 Rs 22.19-22; Jó 1.6). Então, o significado seria que as outras nações são governadas pelos subordinados de Deus, ao passo que Israel é de responsabilidade direta de Deus.

[13]C. H. Dodd, "The Epistle of Paul to the Romans", *The Moffatt New Testament Commentary* (Londres: Hodder & Stoughton, 1932), p. 29.

[14]Compare com a versão de Dodd sobre a ira de Deus, que não é como "a atitude de Deus ao homem", mas como "o inevitável processo de causa e efeito no universo moral" (*op. cit.*, p. 23).

[15]P. T. Forsyth, *The Justification of God* (Londres: Independent Press, 1948), p. 192.

[1]Kitchen, *op. cit.*, p. 128, nota de rodapé n.º 63.

[2]Manley, *The Book of the Law*, p. 60.

[3]C. H. Gordon, em "Biblical Customs and the Nuzu Tablets" (*Biblical Archaeologist*, vol. III, n.º 1, Fevereiro de 1940, p. 8), cita um exemplo de Nuzu ou Nuzi no nordeste do Iraque do século XV a.C., no qual uma bênção oral foi confirmada em tribunal.

[4]F. M. Cross e D. N. Freeman, "The Blessing of Moses", *Journal of Biblical Literature*, vol. LXVII (1948), pp. 191, 192.

[5]*Ib.*, p. 193. Por outro lado, a NTLH parece entrever que as pessoas dos vv. 2 e 3 são grupos diferentes.

[6]Kitchen interpreta que o significado é "pisar sobre as suas costas [dos inimigos]" (*op. cit.*, p. 164).

[7]**Pisga** é um substantivo comum com o provável significado como indicado (cf. Nm 21.20; 23.13,14 para dois outros exemplos, e Manley, *The Book of the Law*, pp. 61, 62).

[8]Smith, *op. cit.*, p. 378.

[9]Daube, *op. cit.*, pp. 24-35.

[10]Para inteirar-se de uma exploração exaustiva acerca da tragédia de Moisés e de suas lições espirituais, ver H. H. Farmer, "Life's Frustrations", *The Healing Cross* (Londres: James Nisbet & Company, 1949), pp. 65-75.

[11]Daube, *op. cit.*, p. 39.

Bibliografia

I. COMENTÁRIOS

ALEXANDER, W. L. "Deuteronomy." *The Pulpit Commentary*. Editado por H. D. M. Spence e Joseph S. Exell. Londres: Funk & Wagnalls, 1907.

BATTERSBY-HARFORD, J. "Deuteronomy." *A New Commentary on Holy Scripture*. Editado por Charles Gore *et al.* Londres: Society for Promoting Christian Knowledge, 1928.

CLARKE, Adam. *The Holy Bible with a Commentary and Critical Notes*, Vol. I. Londres: William Tegg & Company, 1854.

CUNLIFFE-JONES, H. "Deuteronomy." *Torch Bible Commentaries*. Editado por J. Marsh *et al.* Londres: Student Christian Movement Press, 1951.

DAVIES, T. W. "Deuteronomy." *A Commentary on the Bible*. Editado por Arthur S. Peake. Londres: T. Nelson & Sons, 1948.

DRIVER, S. R. "Deuteronomy." *The International Critical Commentary*. Editado por S. R. Driver *et at.* Edimburgo: T. & T. Clark, 1895.

HENRY, Matthew. "Deuteronomy." *An Exposition of the Old and New Testament*, Vol. I. Londres: James Nisbet & Company, 1857.

HERTZ, J. H. (editor). "Deuteronomy." *The Pentateuch and Haftorahs*. Londres: Soncino Press, 1938.

MANLEY, G. T. "Deuteronomy." *The New Bible Commentary*. Editado por F. Davidson. Londres: InterVarsity Fellowship, 1954.

MOULTON, W. J. "The Social Institutions of Israel." *A Commentary on the Bible*. Editado por Arthur S. Peake. Londres: T. Nelson & Sons, 1948.

RAD, Gerhard von. "Deuteronomy." *The Old Testament Library*. Londres: SCM Press, 1966.

ROBINSON, H. Wheeler. "Deuteronomy and Joshua." *The Century Bible*. Edimburgo: T. & T. Clark, s.d.

SMITH, George Adam. "The Book of Deuteronomy." *The Cambridge Bible*. Cambridge: University Press, 1918.

WALLER, C. H. "Deuteronomy." *A Bible Commentary*. Editado por Charles John Ellicott, Vol. II. Londres: Marshall Brothers, s.d.

WRIGHT, G. Ernest. "Deuteronomy." *The Interpreter's Bible*. Editado por George A. Buttrick *et al.*, Vol. II. Nova York: Abingdon-Cokesbury Press, 1951.

II. OUTROS LIVROS

AALDERS, G. Ch. *A Short Introduction to the Pentateuch*. Londres: Tyndale Press, 1949.

ALBRIGHT, W. F. *Archaeology and the Religion of Israel*, Terceira Edição. Baltimore: The Johns Hopkins Press, 1953.

ANDERSON, G. W. *A Critical Introduction to the Old Testament*. Londres: Gerald Duckworth & Company, 1959.

ATKINSON, J. Baines. *The Beauty of Holiness*. Londres: The Epworth Press, 1953.

BRUCE, F. F. *Israel and the Nations*. Exeter: Paternoster Press, 1963.

DAUBE, D. *Studies in Biblical Law*. Cambridge: University Press, 1947.

DENNEY, J. "The Second Epistle to the Corinthians." *The Expositor's Bible*. Londres: Hodder & Stoughton, 1894.

DODD, C. H. "The Epistle of Paul to the Romans." *The Moffatt New Testament Commentary*. Londres: Hodder & Stoughton, 1932.

ELLIS, E. E. *Paul's Use of the Old Testament*. Grand Rapids: William B. Eerdmans Publishing Company, 1957.

FARMER, H. H. *The Healing Cross*. Londres: James Nisbet & Company, 1949.

FINN, A. H. *The Unity of the Pentateuch*. Londres: Marshall Brothers, s.d.

FORSYTH, P. T. *The Justification of God*. Londres: Independent Press, 1948.

GREEN, W. H. *The Higher Criticism of the Pentateuch*. Londres: Richard D. Dickinson, 1895.

KITCHEN, K. A. *Ancient Orient and the Old Testament*. Londres: Tyndale Press, 1966.

KLINE, M. G. *Treaty of the Great King*. Michigan: William B. Eerdmans Publishing Company, 1963.

MANLEY, G. T. *The Book of the Law*. Londres: Tyndale Press, 1957.

MENDENHALL, G. E. *Law and Covenant in Israel and the Ancient Near East*. Pittsburgh, Pensilvânia: The Biblical Colloquium, 1955.

NICHOLSON, E. W. *Deuteronomy and Tradition*. Oxford: Basil Blackwell, 1967.

ORR, James. *The Problem of the Old Testament*. Londres: James Nisbet & Company, 1907.

PRITCHARD, J. B. *Ancient Near Eastern Texts*. Princeton, Nova Jersey: Princeton University Press, 1950.

RAD, Gerhard von. *Studies in Deuteronomy*. Londres: SCM Press, 1963.

ROWLEY, H. H. *The Growth of the Old Testament*. Londres: Hutchinson's University Library, 1956.

THOMPSON, J. A. *The Ancient Near Eastern Treaties and the Old Testament*. Londres: Tyndale Press, 1964.

VAUX, Roland de. *Ancient Israel, Its Life and Institutions*, Segunda Edição. Londres: Darton, Longman & Todd, 1965.

VRIEZEN, Th. C. *An Outline of Old Testament Theology*. Oxford: Basil Blackwell, 1958.

WELCH, Adam C. *The Code of Deuteronomy*. Londres: James Clarke, 1924.

WELLHAUSEN, J. *Prolegomena to the History of Ancient Israel*. Nova York: Meridian Books, 1957.

WESLEY, J. *Journal*. Edição Padrão. Editado por Neemiah Curnock. Londres: The Epworth Press, 1938.

WIENER, H. M. *Early Hebrew History*. Londres: Robert Scott, 1924.

YOUNG, E. J. *An Introduction to the Old Testament*. Londres: Tyndale Press, 1960.

III. ARTIGOS

ALBRIGHT, W. F. "Some Remarks on the Song of Moses in Deuteronomy 32." *Vetus Testamentum*, Vol. IX (1959), pp. 339-346.

BOYD, W. F. "Zamzummim." *Dictionary of the Bible*. Editado por James Hastings *et al.* (Edimburgo: T. & T. Clark, 1929), p. 983.

BRUCE, F. F. "Messiah." *The New Bible Dictionary*. Editado por J. D. Douglas (Londres: InterVarsity Fellowship, 1962), pp. 812-814.

CROSS, F. M. e FREEMAN, D. N. "The Blessing of Moses." *Journal of Biblical Literature*, vol. LXVII (1948), pp. 191, 192.

FENSHAM, F. C. "Malediction and Benediction in Ancient Near Eastern Vassal-Treaties and the Old Testament." *Zeitschrift Für Die Alttestamentliche Wissenschaft*, Heft 1 (Berlim: Töpelmann, 74 Band, 1962), pp. 1-8.

GORDON, C. H. "Biblical Customs and the Nuzu Tablets." *Biblical Archaeologist*, vol. III, n.º 1 (Fevereiro de 1940), p. 8.

GREENBERG, M. "Some Postulates of Biblical Criminal Law." *The Yehezkel Kaufmann Jubilee Volume* (Jerusalém: Magnes Press, The Hebrew University, 1960), pp. 5-28.

HARVEY, Julien. "Le 'Rib-Pattern,' Réquisitoire Prophétique Sur La Rupture de L'Alliance." *Biblica*, vol. XLIII (1962), pp. 172-196.

HUBBARD, D. A. "Priest and Levites." *The New Bible Dictionary*. Editado por J. D. Douglas (Londres: InterVarsity Fellowship, 1962), pp. 1.028-1.034.

KLINE, M. G. "Ten Commandments." *The New Bible Dictionary*. Editado por J. D. Douglas (Londres: InterVarsity Fellowship, 1962), pp. 1.251, 1.252.

MANLEY, G. T. "Book of Deuteronomy." *The New Bible Dictionary*. Editado por J. D. Douglas (Londres: InterVarsity Fellowship, 1962), pp. 307-310.

MOTYER, J. A. "Prophecy, Prophets." *The New Bible Dictionary*. Editado por J. D. Douglas (Londres: InterVarsity Fellowship, 1962), pp. 1.036-1.046.

SKEHAN, Patrick W. "The Structure of the Song of Moses in Deuteronomy." *Catholic Biblical Quarterly*, vol. XIII, n.º 4 (Outubro de 1951), pp. 153-163.

STEWART, R. A. "Passover." *The New Bible Dictionary*. Editado por J. D. Douglas (Londres: InterVarsity Fellowship, 1962), pp. 936-938.

THOMPSON, R. J. "Sacrifice and Offering. 1. In the Old Testament." *The New Bible Dictionary*. Editado por J. D. Douglas (Londres: InterVarsity Fellowship, 1962), pp. 1.113-1.122.

THOMSON, J. G. S. S. "Tithes." *The New Bible Dictionary*. Editado por J. D. Douglas (Londres: InterVarsity Fellowship, 1962), p. 1.284.

WATERSON, A. P. "Disease and Healing." *The New Bible Dictionary*. Editado por J. D. Douglas (Londres: InterVarsity Fellowship, 1962), p. 314.

WISEMAN, D. J. "Horites, Horim." *The New Bible Dictionary*. Editado por J. D. Douglas (Londres: InterVarsity Fellowship, 1962), p. 537.

WRIGHT, G. Ernest. "The Lawsuit of God: A Form-Critical Study of Deuteronomy 32." *Israel's Prophetic Heritage, Essays in Honour of James Muilenburg*. Editado por Bernhard W. Anderson e Walter Harrelson (Londres: SCM Press, 1962), pp. 26-67.

WRIGHT, J. S. e Thompson, J. A. "Marriage," *The New Bible Dictionary*. Editado por J. D. Douglas (Londres: InterVarsity Fellowship, 1962), p. 789.